

RENATA CINTRA

A IMAGEM DE CÉSAR E AUGUSTO: representações do ideal
de *princeps* em Suetônio

ASSIS

2013

RENATA CINTRA

A IMAGEM DE CÉSAR E AUGUSTO: representações do ideal
de *princeps* em Suetônio

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Mestra em História (Área de Conhecimento: História e Sociedade)

Orientador: Dr^a. Andréa Lúcia Dorini de Oliveira Carvalho Rossi

ASSIS

2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da F.C.L. – Assis – UNESP

Cintra, Renata
C575i A imagem de César e Augusto: representações do ideal de
princeps em Suetônio / Renata Cintra. Assis, 2013
108 f.

Dissertação de Mestrado - Faculdade de Ciências e Letras de
Assis - Universidade Estadual Paulista.
Orientadora: Prof. Dra. Andrea Lúcia Dorini de Oliveira Carvalho Rossi

1. Cesar, Julio. 2. Augusto, Imperador de Roma, 63A.C. -
14D.C. 3. Suetônio. 4. Roma - História. 5. Roma - Civilização.
6. Mito. I. Título.

CDD 937.06

Dedico este trabalho a minha mãe, Marilda.
Por ser sempre o meu norte.

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa não teria sido realizada sem o apoio afetivo e financeiro de minha mãe, Marilda Alves de Lima –verdadeira guerreira- que desde sempre se entregou incondicionalmente em prol de meus objetivos, abrindo mão de muitos dos seus para realizar os meus, fortalecendo-me sempre. É um presente ser filha de pessoa tão digna.

À orientação exemplar da Prof^a Andrea Lúcia D. O. C. Rossi. Sempre comprometida e motivada, elevando sempre minha capacidade acadêmica a um nível acima do meu esperado. Por esse compromisso e pela companhia nesses anos, serei eternamente grata por ter aceitado guiar uma perdida estudante –que perambulava por uma segunda-feira chuvosa no departamento de história –com paciência e dedicação, e mais do que isso, com sua valiosa e ilimitada amizade. Devo muito do que sei a ela e penso que essa dívida seja impagável.

Gostaria de agradecer à Prof^a Margarida Maria Carvalho (nossa famosa Margô) por, além de aceitar o convite para a banca de defesa, ter contribuído com suas sugestões de leitura e direcionamentos. Agradeço também ao Prof. Ivan Esperança Rocha pelas sugestões teóricas apontadas e seu sempre tão presente bom humor.

Fases difíceis longe de casa foram amenizadas pela vivência em república. Aos meus amigos: Rebeca (Rebs), Bruna (Brux), Ivan (Bixo), e ao amado Maurício, a solidão –nem tão solitária assim- da pesquisa certamente foi amenizada pelas noites mal dormidas, e intermináveis em suas horas de programação aberta na televisão e suas análises semióticas impagáveis, pelas festas etílicas, pelas gargalhadas e histórias impublicáveis que compõem a parede de boas memórias da minha vida assisense, cercada, contudo, de dolorosas (e necessárias) despedidas. História essa, que rende até hoje ótimos momentos que só a cumplicidade da amizade pode produzir. Penso que a distância geográfica seja incapaz de abater a sintonia e o afeto com esses irmãos de coração.

Aos companheiros de pós-graduação destaque, num primeiro momento, pessoas como Amanda Giacon Parra, que contribuiu pacientemente para meu amadurecimento acadêmico, Germano Esteves, Maria Cristina Bigeli, Renata Cerqueira Barbosa, Isadora Buono de Oliveira e seu alojamento sempre tão acolhedor, Rafael Virgílio de Carvalho

e suas caronas Bauru-Assis, recheadas com discussões analíticas mitológicas, Fernando Cândido da Silva com seu impagável bom humor, e não esqueçamos seu currículo premiado –afinal, gostamos mais de você assim. Nelson Bondioli Paiva, e seu apoio psicológico e físico em nossas incursões turística e linguística mexicanas. Danieli Mennitti e Benedito Inácio Ribeiro, que nunca me deixam esquecer o caminho já percorrido.

Aos queridos João Winck, Marcos Souza e Rick Ferreira, que me propiciaram oportunidades únicas para esse almejado sonho, e sem as quais não teria conseguido.

Ao “irmão” e eterno amigo Flávio Guadagnucci Palamin, cuja nossa infância tão inventiva e cúmplice fez com que cruzássemos também nosso futuro acadêmico. E a toda família Guadagnucci Palamin, que sempre esteve presente nos momentos mais marcantes de minha vida. À Simone Esteves, sempre amiga e alicerce.

Entre os funcionários da faculdade é válido e justo lembrar o trabalho de alguns como: Clarice (História), Zazá (Serviços Gerais), Auro (Biblioteca), Zélia, Sueli, Lucilene e Marcos da Pós-Graduação, por responderem com presteza e comprometimento às diversas solicitações durante estes anos.

Por último, gostaria de agradecer à CAPES pela concessão da bolsa que possibilitou a dedicação exclusiva ao trabalho que segue.

CINTRA, Renata. **A IMAGEM DE CÉSAR E AUGUSTO: representações do ideal de princeps em Suetônio.** 2013, 108 f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013.

RESUMO

A presente pesquisa tem como objeto as figuras dos governantes Júlio César e Augusto na *De Vita Caesarum*, e buscar-se-á uma análise da representatividade heroica dos personagens e dos seus ideais explorados nesta narrativa biográfica elaborada nos governos de Trajano e Adriano (98 a 138 d.C.), primeiros imperadores da Dinastia Antonina. Para isso é necessário compreendermos alguns aspectos em torno da figura do herói e da constituição do mito. O arcabouço ideológico fundava-se na estrutura de propaganda que buscava construir a imagem do *princeps* infalível, semideus, futuro *divus* e provedor da justiça. Os romanos tinham ainda como suporte da construção dessa imagem, no plano da realidade concreta, o Senado, os generais e as forças militares e, principalmente, um aparato cerimonial complexo e utilitário, capaz de manter as categorias de valores morais nos patamares desejados pelo poder constituído. Ao estudar a trajetória de construção dos personagens César e Augusto na *De Vita Caesarum* de Suetônio, torna-se imprescindível à análise do papel da religião pública romana, assim como suas manifestações rituais e míticas. Assim, ao se verificar a figura do general e do *princeps* nesta fonte, busca-se entender a remissão às práticas políticas e religiosas do século I a.C., período final da República romana.

Palavras –chave: César. Augusto. Suetônio. Roma. Mito.

CINTRA, Renata. **THE IMAGE OF CAESAR AND AUGUSTUS: representations of the ideal of princeps in Suetonius.** 2013, 108 f. Dissertation (Master in History). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013.

ABSTRACT

This research has as object the figures of rulers Julius Caesar and Augustus in the *De Vita Caesarum*, and will seek an analysis of the representativeness of the heroic characters and their ideals explored in this biographical narrative developed in the governments of Trajan and Hadrian (98 to 138 AD), First emperors of the Antonina Dynasty. For this it is necessary to understand some aspects around the figure of the hero and the formation of myth. The ideological framework was based on the structure of propaganda that sought to build the image of infallible princeps, demigod, future divus and provider of justice. The Romans also had as a support of the construction of this image, in terms of concrete reality, the Senate, the generals and the military forces, and especially a complex and utilitarian ceremonial apparatus, able to keep the categories of moral values in the levels desired by the constituted power. When studying the trajectory of the construction of the characters of Caesar and Augustus, in the *De Vita Caesarum* of Suetonius, it becomes essential to consider the role of the public Roman religion, as well as its ritual and mythical manifestations. Thus, verifying the figure of General and princeps in this source, we seek to understand the remission to the political and religious practices of the first century BC, the final period of the Roman Republic.

Key words: Caesar. Augustus. Suetonius. Rome. Myth.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I	
Do poder imperial e realizações de Trajano e Adriano.....	27
1. A adoção e origem de Trajano.....	31
1.1 A sucessão por Adriano.....	35
2. As imagens e suas manifestações públicas.....	38
CAPÍTULO II	
A construção e ascensão do ideal romano de <i>Princeps</i>	49
1. A biografia como fonte e sua intenção historiográfica.....	50
1.1 O Biógrafo Suetônio.....	53
1.2 A propaganda política e a biografia.....	55
2. A biografia de Suetônio e a sociedade romana.....	57
3. Política, Poder e Mito em Roma no século I e II d.C.....	63
CAPÍTULO III	
Sedução e Aclamação na <i>De Vita Caesarum</i>	71
1. O mito como objeto de poder e ascensão.....	72
1.1 A aventura do herói.....	80
2. A construção da imagem de um <i>Princeps</i>	85
CONCLUSÃO	92
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	96

Introdução

Após o século XIX, a história política é adotada por vários autores que debatiam sobre a falta de precisão na sua escrita, do mesmo modo que sua leviandade. Émile Durkeim que conceituava os episódios específicos nada mais que “manifestações superficiais” da história de uma nação, distante da “história real” (BURKE, 1997, p.20).

No século XIX, na história europeia sobressaía a intitulada história política clássica, essa história achava-se apontada, como afirma Ferreira:

...para os acidentes e as circunstâncias superficiais e negligenciava as articulações dos eventos com as causas mais profundas: era o exemplo típico da história dita événementielle. Ao privilegiar o nacional, o particular, o episódico, a história política privava-se da possibilidade de comparação no espaço e no tempo e mostrava-se incapaz de elaborar hipóteses explicativas ou produzir generalizações e sínteses que dão às discussões do historiador sua dimensão científica. Era uma história que permanecia narrativa, restrita a uma descrição linear e sem relevo, concentrando sua atenção nos grandes personagens e desprezando as multidões trabalhadoras. A história política reunia portanto um número infindável de defeitos - era elitista, anedótica, individualista, factual, subjetiva, psicologizante.(1992, p.266)

Existia contra essa história política uma afluência quanto às críticas. Positivistas, marxistas e os criadores dos *Annales*, todos, sem prerrogativa, cerravam alas contra sua hegemonia, que controlava o cenário historiográfico, sendo o inimigo comum a ser enfrentado, pelas propostas historiográficas em desenvolvimento. E, acredita-se, foi nesse âmbito –de avaliação ao historicismo –que se compôs algumas oposições às perguntas que, posteriormente, estariam a cercar o estudo de indivíduos ou seus cursos, específico dos escritos de gênero biográfico.

Os novos padrões que se instituíram, para além da análise da história política usual, ambicionavam notar os princípios que regiam a história dos homens, o que obviamente não seria executável com a matéria-prima dos historiadores políticos.

Desse modo, quando uma história completa se estabeleceu, no final do século XIX, novas faculdades de pesquisa e escrita da história se alicerçavam. Descreve assim, Roger Chartier numa análise criteriosa, o novo modo da escrita da história, conhecido estruturalista, buscava:

... identificar as estruturas e as relações que, independentemente das percepções ou intenções dos indivíduos, comandam os mecanismos econômicos, organizam as relações sociais, engendram as formas de discurso. Daí a afirmação de uma separação radical entre o objeto do conhecimento histórico propriamente dito e a consciência subjetiva dos atores.(1998, p.98).

Os fundamentos dessa leitura estruturalista fixam-se dentro dos princípios que Carlo Ginzburg aponta como exemplo galileano do conhecimento histórico, que obtinha, com muita dedicação, seu reconhecimento. Assim, de uma “simples cartografia das particularidades ou de um simples inventário de casos ou fatos singulares, a história ciência buscava identificar estruturas e regularidades, e, portanto, formular relações gerais” (CHARTIER, 1994, p.98).

Segundo Bloch :

... deve se voltar de preferência para a o individuo ou para a sociedade, e critica a definição de história de Fustel de Coulanges, a quem não obstante admirava: a história é a ciência das sociedades humanas, observando que isso talvez seja reduzir em excesso, na história, a parte do indivíduo.(2001, p.22)

Embora na elaboração dos *Annales* a avaliação de caminhos individuais deveria adequar-se para a percepção da sociedade, pode-se notar a constância da tensão individual-coletiva presente, Georges Duby confirma:

...eu era, com efeito, o primeiro dentre os epígonos de Marc Bloch e Lucien Febvre a aceitar escrever a biografia de um “grande homem”. Mas na realidade não me desviava nem um milímetro do meu percurso. A única modificação – das mais importantes, reconheço – dizia respeito à forma. Eu estava voltando sem rodeios à narrativa. Contava uma história, seguindo o fio de um destino pessoal. Mas continuava atendo-me à história-problema, à história-questão. Minha pergunta continuava sendo a mesma: que é a sociedade feudal? Uns doze anos antes, valera-me de um acontecimento de primeira grandeza, Bouvines, de algo excepcional, para descobrir, no terreno da guerra, o banal, o quotidiano. Desta vez, observava a carreira excepcional, de um campeão do mundo, de um vencedor, observava como vivia o Platini, o Tapie do século XII, pois ele me interessava, mas sobretudo para ser capaz, através dele, através dos numerosíssimos vestígios deixados por sua turbulenta passagem por este mundo, de saber mais, muito mais sobre o cavaleiro comum, sobre a cavalaria.(1993, p.137-8)

Evidentemente estas apreensões na correlação individual-coletivo/universal-particular, acharam algumas respostas com a denominada nova história política que, defronte das várias modificações sociais e políticas pelas quais andou a Europa nas últimas décadas, fez com que inúmeros pesquisadores reavaliassem a atribuição do político no novo âmbito do final do século.

A nova história política contestava as velhas acusações de que se importava somente pelas minorias privilegiadas, pelos fatos efêmeros e circunstanciais. O regresso, no entanto, incorporou na pesquisa histórica uma pluralidade de cadências que

combina, por exemplo, o imediato com o extremamente lento, o individual e o coletivo (FERREIRA,1992,P.265).

Como esclarece Pierre Rosanvallon, o político não é um domínio entre outros da realidade, “[...] é o lugar onde se articulam o social e sua representação, a matriz simbólica onde a experiência coletiva se enraíza e se reflete ao mesmo tempo” (ROSANVALLON, 1995, p.22).

O debate sobre obras do gênero biográfico associou-se, intensamente, às renovações teóricas no terreno da historiografia, intimamente, ao chamado regresso da história política. Assim, como diz Levillain, no começo dos anos de 1980, a renovação da historiografia fez:

... ensaios sobre o gênero biográfico na história florescerem, os dicionários consagrarem-lhes verbetes, e organizarem-se seminários sobre o tema (2003,p.162).

Sobre a assimilação das biografias na pesquisa em história, Giovanni Levi, afirma:“... mais do que nunca a biografia está no centro das preocupações dos historiadores” (LEVI,2005, p.167). E que sua assimilação ao universo de estudos introduziria discussões valiosíssimas, como: a recente grandeza da individualidade, as analogias entre história e narrativa, as relações entre comportamentos.

Analisar somente um desses muitos aspectos, o da relação entre narrativa literária e narrativa histórica, que cinge a amplificação da noção de documento, o buraco entre historiadores e biógrafos diminuiu, como diz Levi:

Nosso fascínio de arquivistas pelas descrições impossíveis de corroborar por falta de documentos alimenta não só a renovação da história narrativa, como também o interesse por novos tipos de fontes, nas quais se poderiam descobrir indícios esparsos dos atos e das palavras do cotidiano. Além disso, reacendeu o debate sobre as técnicas argumentativas e sobre o modo pelo qual a pesquisa se transforma em ato de comunicação por intermédio de um texto escrito (2005,p.169).

É claro, no entanto, a instância de adotarmos alguns cuidados para não cairmos nos ardis das “prosopografias e da biografia modal –biografias individuais só despertam interesse quando ilustram comportamentos ou as aparências ligadas às condições estatisticamente mais frequentes –ou da monografia de circunstância” (LEVI, 2005, p.172).

Provavelmente em consequência da comprovação de que a escrita biográfica tem, entre outros objetivos, immortalizar imagens sobre as personagens que ela

acompanha e que nela são retratadas, o que auxiliou com que fosse considerada uma fonte “viciada”. Esses “vícios”, no entanto, e sem inovação, estão correntes nos mais variados tipos de fontes históricas, conforme já assinalava Jacques Le Goff ao caracterizar a exigência da crítica interna e da crítica externa dos documentos.

Não existe um documento objetivo, inócuo, primário. A ilusão positivista (que, bem entendido, era produzida por uma sociedade cujos dominantes tinham interesse em que assim fosse), a qual via no documento uma prova de boa-fé, desde que fosse autêntico [...] O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo *cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa.* (2003, p.535-6)

A escrita do gênero biográfico se associa, profundamente, com o cenário de sua produção. Assim como a história, as biografias aludem muito mais ao presente do que propriamente ao passado, na direção apontada por Bloch e Le Goff que afirmam:

...“a história não é a ciência do passado”, mas a “ciência dos homens no tempo”. Há na escrita biográfica, assim como na historiografia, “intenções”, “objetivos” e “fins”(2003, p.23-4) .

Quanto à relação ficção-realidade presente nas biografias, houve modificações importantes. Essas modificações relacionam-se ao próprio paradigma dominante nos estudos históricos. Na medida em que as discussões historiográficas se afastavam da dominância do ideal “positivista” de produção do conhecimento, e que discussões sobre a intencionalidade dos documentos — que são, em verdade e também, “monumentos”, como afirma Le Goff (2003)— ganhavam força, as biografias, consideradas como obras pouco rigorosas, nas quais a inventividade do autor está muito presente e associada. Este gênero literário passou a ganhar força dentro da academia.

Devemos lembrar, também, que a biografia é um gênero de escrita muito rico. Como será apontado nesse trabalho, a variedade e a magnitude do conhecimento de uma época, essencial para a elaboração de uma biografia, é significativa, justamente porque na sua narrativa há uma amálgama de elementos estruturais e micro-históricos.

Sua elaboração transcorre por todos os períodos da história humana: Antiguidade, Idade Média, Renascimento, Iluminismo, Idade Moderna e Pós-Moderna. É factível apontar sua presença num cordão de continuidade e rupturas epistemológicas, cuja genealogia se detecta entre os gregos. Embora os primeiros a se distinguirem pelos seus modelos de biografias históricas tenham sido os romanos, acima de tudo aqueles

determinados por Suetônio e Plutarco: o estudo da personalidade e a análise dos tipos ideais (LEVILLAIN, 2003, P.148-149)

Mantendo a mesma tradição, sobressai-se na historiografia latina a História Augusta, uma coletânea de seis biografias de imperadores, composta progressivamente, do final do século II ao início do século IV. Nelas destaca-se a biografia do imperador Aureliano, conferida a Flavio Vopisco de Siracusa, classificado, na opinião da historiadora Maria Luiza Corassim, “imitador de Suetônio, tanto no estilo como em assunto”(CORASSIM,1997, P.140)

Plutarco escreveu a *Vidas Paralelas*, dentre as várias biografias comparativas entre gregos e romanos, as biografias de Alexandre, O Grande, e de Júlio César. Nestas biografias cria uma diferença entre História e descrição de vidas passadas em que havia universo para trabalhar com episódios e anedotas. Nas biografias mencionadas, distingue-se a valorização da mimese, o uso dos *exempla* como material de instrução moral, artifício comum ao maior número das escolas retóricas. Foram feitas a partir de um aparato factual: incidentes, frases, conversas e outros documentos classificados essenciais e, na falta desses, seus escritores conceberam livremente para preencher os lapsos de suas informações.

Na Idade Média, sobressai a produção hagiográfica: vida de santos, relatos de milagres, listas episcopais, Anais e Crônicas. As biografias de santos¹ exibem, comumente, um resquício panegírico que se orientava em modelos antigos compelidos à exemplaridade. As hagiografias baseavam-se, segundo Michel de Certeau, num ramo literário que favorecia os atores do sagrado, ou seja, os santos, e visava à edificação.

Sua elaboração narrativa achava-se alicerçada numa retórica tautológica do culto. E, muito embora Michel de Certeau não o credite como um texto historiográfico, o documento hagiográfico se define por uma composição textual, na qual se desdobram lugares e assuntos que se aludem “àquilo que é exemplar”. A partir de 1643, com o desempenho dos Bollandistas, “as vidas de santos gerais e particulares são uma grande parte da história eclesiástica”(CERTEAU,1982,p.268).

Em diante, ocorre uma cisão: de um lado, temos a austeridade da certeza nas biografias eruditas; por outro, uma “folclorização” popular, uma literatura beata, que

¹ São exemplos obras como: A vida de Santo Antônio, de Atanásio; A vida de Constantino, de Eusébio.

finda com o afetuoso e o excepcional das vidas edificantes. Ambas os arranjos narrativos aplicam-se com uma poética do sentido e produzem uma simbolização moral.

Na Renascença, nos séculos XIV e XV, surgem as crônicas narrando enormes feitos. No prefácio de uma obra ilustrativa do período, denominada Carlos VII, Basin delibera sua função de historiador como “escrever e transmitir à posteridade, sob a forma de relatos verídicos, a história do passado e, sobretudo, a vida dos personagens ilustres”(BASIN, 1999,p.99)

Entre as ajustes das biografias renascentistas, Peter Burke (1997) enumera as seguintes características: os biografados eram, de modo geral, governantes, filósofos, generais, literatos; tinham um escopo didático; eram repetidamente empregados para apontar um ambiente de publicação da obra de um definido autor. Sua espinha narrativa tinha um método cronológico, mas adotava-se a estrutura temática: origens, formação, trabalho, sociabilidade, personalidade e epitáfio funerário.

Os séculos XVI, XVII e XVIII foram determinados por modificações historiográficas, abrangendo a erudição metódica, a história diplomática, o sentimento nacional e a ênfase do lado literário e retórico da história. Nesse tempo os historiadores julgavam que a história deve averiguar os motivos e as paixões que guiam as ações humanas e exibem heróis de alto relevo, como fez, por exemplo, Gibbon, cujo objeto principal, e praticamente único, de suas histórias é o homem e suas paixões:

... a tarefa suprema do historiador consistia em devassar os atores históricos em suas profundezas(GAY,1990, p.37).

No período do século XIX, o número de produções biográficas que caminhavam pelas veredas históricas é relevante. Nas primeiras décadas do século, predomina um entendimento de história como sendo uma biografia em proporção maior. É a partir de meados desse século, que os desenvolvimentos da metodologia histórica tornam mais exigentes, cuidadosos e severos os procedimentos científicos, vários historiadores contestam o reconhecimento da biografia com a história (GAY,1999, P.211)².

As alterações de caráter profissionalizante na historiografia ocasionaram a substituição de uma literatura de celebração –biografias encantadas –por uma crítica - biografias desencantadas .

² Marx e Tocqueville. Para estes historiadores, o choque de classes, o desenvolvimento de estruturas econômicas e sociais eram os verdadeiros impulsos das transformações históricas. GAY, Peter. *O coração desvelado: a experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud*.

A retrospectiva elaborada até o momento exibe o modelo narrativo biográfico elaborado entre uma linha temporal constante entre o nascimento e a morte, onde são engatados os acontecimentos que completam uma vida individual. A memória é vista como substrato para a reconstituição histórica a partir de métodos da rememoração de eventos vividos, pessoas, personagens, lugares, costumes.

A historiografia nós apresenta uma rede muito rica de estudos do período do principado, para compreendermos o discurso político do período e suas manifestações, faremos uma elucidação do que ocorreu no período citado e a importância biográfica para essa análise.

Após o difícil período do final da República entre os séculos III e I a.C., Roma tornara-se o centro de um Império. Augusto compreendeu a importância que as tradições religiosas, pautadas no *mos maiorum*³, poderiam desempenhar para seu programa político, atitude que se tornara mais tarde inerente aos demais *princeps*.

A cultura romana não atribuía a si própria outra superioridade senão aquela que provinha das armas e da glória das vitórias, isto é, das conquistas. A estrutura social romana passa por mudanças que vão ser importantes para definir novas práticas para a escolha daqueles que seriam seus governantes, uma nova base para carreiras públicas apoiadas em características censitárias dos cidadãos e o modo como desembolsavam e investiam a sua riqueza. Foi com comandantes como Mário, Sila, Pompeu e César, que a milícia tradicional romana adquiriria algumas das características de um exército privado.

A partir destes elementos, buscar-se-á uma análise mais detalhada da representatividade heróica dos personagens e dos seus ideais representados nos mitos presentes na obra de Suetônio. Para isso é necessário compreendermos alguns aspectos em torno da figura do herói e da constituição do mito.

As construções míticas e biográficas de algumas obras literárias do final do I e início do II século d.C. são fontes para o historiador que pretende entender as representações dos governantes romanos no início do período imperial. As práticas políticas e religiosas estão presentes nas caracterizações dos personagens biografados. Pode-se analisar como exemplo as figuras de Júlio César e Augusto biografadas por

³ O costume dos antepassados e da tradição romana. Código denominado como a conduta a ser seguida pelos romanos.

Suetônio. Assim como nos mostra Roger Chartier (1990,p.24) cada entendimento de uma representação, é resultado da sua própria elaboração, de seu contexto histórico, de seus objetos e objetivos.

O mito é uma realidade cultural extremamente complexa, que pode ser abordada e interpretada através de perspectivas múltiplas e complementares.(ELIADE,1991, p.11).

Assomado todo esse poder de persuasão diante de seu público e a convicção da legitimidade de poder fazê-lo, os modelos presentes nas biografias de Suetônio, como o personagem biografado Júlio César, dispunham ainda de seu poderio militar. César nada mais é do que um César ideológico para Suetônio.

Se o mito fosse uma narrativa ou uma fala qualquer, estaria diluído completamente. O mito é, então uma narrativa especial, particular, capaz de ser distinguida das demais narrativas.(ROCHA,1991, p.8).

Assemelhado ao visto nos “*Commentarii de Bello Gallico*” de autoria do próprio César, que se caracteriza como o exemplo de quem pode investir-se na concretização social presente no universo abstrato e idealizado pelos romanos. César alcança sucesso tornando-se um catalisador das idéias favoráveis de um ambiente à espera de uma *persona* social que incorporasse integralmente as manifestações da tradição, de autoridade, da hierarquia e das glórias romanas.

...uma história de guerra, orgulho “nacional” e patriotismo, e uma história da ideologia em todos os seus sentidos, incluindo ideias, crenças, normas culturais e valores conscientes e inconscientemente alimentados.(FINLEY,1983, p.40).

Nas biografias de Suetônio, a presença dos mitos nas caracterizações dos personagens, principalmente César e Augusto, são elementos fundantes para se entender e analisar a concepção de governante ideal presente principalmente nos governos de Trajano (98-117 d. C.) e de Adriano (117-138 d.C.). Na obra de Suetônio, o próprio César nos conta sua origem divina:

No panegírico de sua tia disse: “Do lado materno minha tia Júlia descende de reis, e o paterno está enlaçado aos deuses imortais, com efeito, os Márcios Reis, e esse foi o nome de sua mãe, que vêm de Ancus Martius e de Vênus provêm os Júlios e sua gente a qual é nossa família. Há, pois, no nosso sangue o sagrado que é dos reis, tendo grande poder entre os homens, e a santidade dos deuses, poder esse que depende os reis. (SUETÔNIO, Jul.7.2)

É complexa a análise da obra biográfica de Suetônio, pois o gênero biográfico, antes do autor, tinha um caráter laudatório para os personagens. Considerando seus feitos heróicos, ano a ano, a obra de Suetônio se torna única, pois ela expõe as

fragilidades e defeitos dos homens mais poderosos de seu tempo, os imperadores identificados e denominados como *caesar*⁴ e *princeps*.

A análise temática da *De Vita Caesarum* permite apreender que a visão de Suetônio sobre seus doze biografados não é somente um reflexo de opiniões imaginárias pessoais, mas encerra um elenco de concepções e práticas sociais, sedimentadas na história romana.

Não há na construção do imaginário do Principado qualquer contradição com o conflito de idéias entre a tradição e o novo. A propaganda política, dinamizada em Roma a partir do reinado de Augusto, tem suas bases no imaginário social e na imaginação política. A finalidade precípua e irremovível é fabricar o carisma do grande chefe. As imagens da bondade e do terror, do bom governante e do tirano são aquelas imagens que devem ser reconhecidas coletivamente no sistema, permitindo, portanto, discernir o bem do mal. Ressalta-se a sua própria condição de ser que existe materialmente perante os olhos dos súditos do Império.

Para entender melhor as imagens constituídas durante o Principado e, principalmente, nos discursos políticos propagados neste período, é necessário analisar também um pouco da biografia dos imperadores. Como o objeto de estudo deste projeto é o período do governo de Trajano e de Adriano, se faz imprescindível à análise de sua ascensão ao *imperium*⁵. As imagens relacionadas às biografias de Júlio César e Augusto terão como objeto de análise também as figuras de Trajano e Adriano devido os elementos representativos e simbólicos presentes na fonte.

⁴ Título imperial derivado do nome de *Julius Caesar*, a transformação do nome de família em título imperial deveu-se ao grande apelo pessoal de Augusto em tornar esse como seu nome.

⁵ *Imperium* significa supremo comando. O detentor do *imperium* tem o direito de comandar as guerras, administrar as leis, e aplicar punições (incluindo a pena de morte, sujeita à apelação, originariamente ao povo, posteriormente ao imperador). Pretores e cônsules detinham o *imperium* e como ex-magistrados, têm um compromisso especial, tal como os governadores das províncias que tinham o *pro praetore* ou *pro consule* (pressupondo que o governador era tecnicamente o substituto de um pretor ou cônsul). Normalmente, o *imperium* de um propetor ou procônsul era restrito a uma província em particular. Em relação ao Império, era o imperador que possuía o *imperium proconsulares maius*, ou seja, era ele que detinha o poder maior, embora fosse ocasionalmente concedido a um segundo indivíduo, para criar um comando unificado para uma campanha em particular. Certas províncias eram atribuídas ao imperador – as províncias imperiais criadas por Augusto, que governava através de representantes (ex-pretores ou ex-cônsules) os quais, detinham o título de *legatus Augustus pro praetore*, e exerciam o *imperium* em seu nome. O imperador podia também interferir nas províncias sob o controle senatorial em virtude de seu grande *imperium*, e uma administração especial era concedida para exercer seu *imperium* mesmo dentro de Roma. (SPEAKE, Graham. *Dictionary of Ancient History*. Cambridge: Blackwell, 1994, p.442). Como afirma Oliveira, (1996, p.88).

O Alto Império, tempo conhecido entre fins do século I a.C. e meio do século II d.C., é acreditado como a época em que Roma atingiu seu ápice, tornando sua extensão geográfica máxima ao mesmo tempo em que usufruiu de um período de paz correspondente no seu interior bem como em suas fronteiras (ALFOLDY, 1989). É durante esse tempo áureo que a elite provincial e a ordem equestre obtiveram lugar de evidência dentro da política romana. O percurso da primeira é extenso e vem do período da República, quando Roma começou o triunfo na península itálica, procedimento que foi favorecido porque:

Roma, surgida de uma união de povos, sabia conviver com as diferenças e adotava, por vezes, uma engenhosa tática para evitar a oposição e cooptar possíveis inimigos: incluir membros das elites de povos aliados na órbita romana, com a concessão de direitos totais ou parciais de cidadania. Assim, havia povos que se aliavam aos romanos e seus governantes tornavam-se seus amigos (FUNARI, 2002, p. 86).

Declarado de outro modo os romanos, que genuinamente era uma mistura de povos, achavam-se habilitados a coexistir com os diferenciais das populações dominadas, preferencialmente quando a associação indicava a conservação de poder sobre os novos territórios. Esse hábito cultural assinalou a trajetória da família do imperador Trajano, natural da Úmbria e que seguidamente se estabilizou na Bética, na Hispânia, que desfrutou como primeiro componente a atingir a condição senatorial Marco Úlpio Trajano, cônsul em 70 d.C. (BOWDER, 1980).

Esse percurso concede uma amostra característica do método de crescimento e aculturação romana, e pode ser dividido em três partes. Na primeira a família de Trajano mostra-se como componente da elite Úmbria associados pelos romanos, costume citado por Funari (2002), como ação para incorporar prováveis adversários autóctones no meio de influência de Roma. Na segunda, quando mudam para a Bética, representam como princípios de propagação da cultura romana na Hispânia, reforçando a fase posterior agora na atribuição de conquistadores, e por fim na última etapa, um integrante da família, o pai de Trajano, afilia-se ao Senado e no curto período de uma geração outro integrante, o próprio Trajano, torna-se *princeps*.

Nesse momento o avanço de Trajano é célebre por sua velocidade, muito embora as capacidades do novo *princeps* tenham agido em sua subida em direção ao poder elas não dão estimativa de todo o método. Este considera-se ser a partir de um cenário mais amplo que, começa na fase final da República, se fortaleceu no período do Principado:

...integração das províncias e dos seus habitantes no Estado e na ordem social romana e teve como consequência o fato de as populações da maior parte das províncias adquirirem o estatuto de “romanos” (no sentido de um modelo social específico), o que se traduziu na gênese de uma ampla aristocracia imperial, cada vez mais homogênea, e num reforço da coesão das elites locais, juntamente com uma assimilação de camadas mais vastas da população (ALFOLDY, p. 110-111, 1989).

É necessário exibir mesmo que sucintamente a que se deveu e o que foi esse novo modo de governo que designou-se Principado. No período da República, entre fins do século VI a.C. e fins do século I a.C., Roma era governada por uma elite aristocrata municipal que conservava toda a supremacia, essa aristocracia, que deve ser denominada sob a designação de ordem senatorial, assentava sua relevância na posse de terras e no domínio dos principais cargos religiosos, políticos e jurídicos. Associados com a nomeação de magistraturas esses cargos eram colegiados e limitados no tempo por intervalos de um ano, essa estratégia visava frustrar a centralização de poder em uma única pessoa por longo período, já que os romanos receavam que o fortalecimento pessoal promovesse uma séria ameaça à República e ao seu povo. Ademais, a despeito das providências adotadas pela ordem senatorial um regime concentrado com os poderes nas mãos de um excepcional indivíduo impôs-se.

O governo pessoal surgiu de circunstâncias remotas e conveniências profundas. Podemos sintetizar em uma palavra: conquista. Em determinado momento Roma, esta cidade que, por um quinhão único, dominara o mundo, teve que optar entre a conservação de suas instituições tradicionais e a preservação de seu império (HOMO, p.243-244,1950). Uma das informações mais célebres sobre Roma é sua natureza conquistadora, antes mesmo da época imperial propriamente dita o método de conquista era o elemento mais marcante de seu desenvolvimento.

O imenso crescimento provincial causou um fluxo do prestígio do eixo econômico do império, que se deslocou da Itália para as províncias, especialmente as ocidentais (ALFOLDY, 1989), onde a influência nas áreas agrícolas, na elaboração de mercadorias e no comércio levou os romanos a ampliar às elites dessas regiões os direitos de cidadania que antes foram cedidos de Roma para a Itália. Desse modo, as províncias, tendo maior importância econômica, fez com que seus habitantes proeminentes conseguissem iguais direitos de cidadania que antes era distinção dos romanos e italianos. Tal comparação jurídica fez com que as aristocracias provinciais entrassem no círculo da aristocracia romana. Porém acreditando nas características do Principado não se tratava de uma descomplicada associação de elites, era também um

modo com o qual o novo comando ultrapassava as amarras do clássico regime municipal e iniciava a compor o governo imperial assimilando a ele uma série cada vez maior da população. Além do mais, se no Alto Império a assimilação das províncias era feita sob a força do príncipe significando um vasto embasamento de novos elementos que de uma só vez exprimiam como os grupos leais ao imperador e como agentes diluidores do arcaísmo republicano ao governo imperial.

Dessa forma o percurso da família de Trajano foi mostrado como exemplo da romanização e do destaque atingido pelas elites provinciais, o progresso de Trajano ao Principado corrobora o quanto aqueles territórios com seus representantes tinham autoridade de agir nas decisões em ocasiões críticas da política romana, isso pode ser demonstrado pois:

Se ha supuesto que el influjo del hispano L. Licinio Sura, que fue la mano derecha de Trajano durante su gobierno, estuviera en la decisión tomada por Nerva. Ésta es la tesis, bien documentada y muy aceptable, que presentan A. Canto y P. González Conde (BLÁZQUEZ, 2003, p. 42).

A notícia de um não italiano no comando do Império só foi verossímil devido à escalada de destaque econômica das províncias, o que permitiu a probabilidade de seus habitantes compararem-se juridicamente como cidadãos preparados a integrar a política romana. Porém o Principado não solicitou apenas apoio as províncias anteriormente exteriores aos objetos políticos do império, ele precisou também de auxílio de princípios que historicamente já eram depositários da cidadania romana.

No período do Império o *princeps* via seu poder concorrer com a tradição senatorial, isso baseava-se em um bloqueio para o novo modo de administração centrado no *princeps* oposta à primeira, em que o poder, mesmo que centralizado dentro do Senado era compartilhado pelos magistrados eleitos entre eles. Para compreendermos essa divergência necessitamos entender a ordem senatorial.

Esse conjunto configurava uma parcela irrelevante entre os romanos, rica e poderosa, que conservava para si as funções mais importantes da administração romana no período da República. Esse grau de afastamento além de econômico e político era do mesmo modo intelectual, o que confirmava para eles sua perpetuação no comando da fortuna dos romanos. Como a análise de Rouland (1997), a contar da constituição da cidade de Roma os pastores, os patrícios, que lá moravam se beneficiavam de vários métodos para conservar as prerrogativas do comando. Assim que os novos habitantes,

chegaram e agregaram-se a eles fascinados pelas possibilidades comerciais que a cidade dispunha aos pastores, que no período da República e do Principado responderão à ordem senatorial senão na sua composição humana, porem certamente no seu entendimento, foram distanciados da justiça, pois só os patrícios conheciam as fórmulas religiosas que sacramentavam os acordos sob a competência da lei. Tais modos de controle reproduzem o juízo que os senadores tinham de si mesmos ao longo do tempo, o juízo de que eles eram capacitados para fazerem a ligação entre os deuses e os homens e assim conduzir a sorte da *res publica*.

Esse pensamento era o alicerce de manutenção da República, e assim que foi afrontado com um modo de governar centralizado, cujo depositário do poder sustentava-se nas classes populares, respondeu de modo radical que pode ser demonstrado pelo homicídio, efetuado por um grupo de senadores, de Júlio César em 44 a.C. No entanto, outra amostra de governo se estabelece e o Senado foi submetido a acatar nova realidade. No entanto não abriu mão totalmente, o *princeps*, não obstante senhor cabal do poder devia revesti-lo de uma película constitucional que contentasse aos senadores. Porém os príncipes também adotaram providências para diminuir o ranço senatorial conta o novo governo. Nessas atitudes podemos salientar a de César de elevar o número de seus componentes, essa medida estava na trilha de Sila que dobrou o número de senadores, César no entanto, triplicou-o.

Como notamos, sobre a família de Trajano, a cúria foi acrescentada e dissolvida em sua arcaica constituição por elementos provenientes das províncias. No entanto, as medidas iam além de atacar a oposição no próprio íntimo do Senado, tratou-se também de alçar outra ordem relevante nesse novo ambiente.

O Principado, para a condução do império procurou apoio dos *novi homines*, oriundos da ordem equestre, eles se transformariam em alicerces significativos para o Estado, e sua ação agregaria à sua ordem uma compreensão de classe ao regime, “uma classe que se transformou na aliada dos imperadores, no instrumento do estatismo, na plataforma giratória da romanização” (PETIT, 1989, p. 243).

A ascendência dos cavaleiros incorporados ao estado assim como sua penetrabilidade na ordem senatorial vinha de sua próspera importância na sociedade romana. Os imperadores não desconheciam essa importância e agregaram os mais hábeis na administração do governo desfrutando de um Senado mais retraído.

O imperador preenche esses vazios nomeando um Senado de “homens novos”. Estes provêm exatamente daquelas elites provinciais que desejaram profundamente o regime imperial. Entre 68 d. C. e 96 d. C., o percentual de senadores italianos passa de 83% para 76%, e o dos senadores provinciais avança de 16,8% para 23%, e entre estes contam-se 75% de ocidentais e 15% de orientais. Esse novo contingente constituirá para o imperador um apoio político muito mais seguro: o Senado passará a ser um instrumento dócil às suas vontades. É dentre seus quadros que ele escolherá os governadores das províncias, os superintendentes das legiões e os chefes dos grandes serviços públicos (ROULAND, 1997, pp. 367-368).

O trecho acima demonstra com exemplo a família e Trajano ao mostrar o envolvimento cada vez maior de provinciais no Senado. Para Alföldy (1989), a ordem equestre tolerava uma população superior a senatorial, fato que tornou-se mais notável com o ingresso de provinciais durante o Alto Império. Compreendia um grupo mesclado devido à diversidade de origem geográfica e socioeconômica, no entanto com um estilo de vida senatorial, segundo Alföldy a ordem não era uma aristocracia transmitida como a ordem senatorial, o cidadão era admitido devido à sua elevação social via enriquecimento.

Havia entre eles grandes comerciantes, e grandes empresários e banqueiros, como por exemplo Cornélio Senécio, que segundo Sêneca recorria a todos os meios de ganhar dinheiro, inclusive ao contrato para a cobrança dos direitos alfandegários, usual entre os cavaleiros (Ep., 101,1 sgs.). De uma maneira geral, os membros da ordem equestre estavam mais interessados que os senadores noutras fontes de rendimento para além da terra, embora esta continuasse a ser a principal fonte para eles também (ALFOLDY, 1989, p. 139).

No período do Império, quando trabalhando para o estado os cavaleiros desempenhavam cargos na administração urbana. No exército romano um cavaleiro começava sua ocupação mandando em reduzidos contingentes, o avanço da quantidade de seus comandados condizia a de sua patente que passava, por conseguinte, de tribuno da legião a comandante de corpo de cavalaria. Completando a exibição da escalada da ordem equestre nessa nova existência romana cabe recordar que nas mais importantes posições do império, executadas por cavaleiros os mesmos chegavam a usufruir de um status análogo ao dos senadores nesse ponto.

À frente do apresentado percebemos que a elite provincial e a ordem equestre ascenderam em destaque dentro da sociedade romana mesmo antes do advento do período do Alto Império. A elite provincial surgiu com a anexação de seus contingentes

nos direitos de cidadania romana conforme as províncias iam adquirindo relevância econômica, já a ordem equestre foi convidada a agir na conjuntura política da República como integrante da recomposição da ordem senatorial. Os dois métodos mostraram-se mais intensos com o surgimento do Principado, pois esse modo de governo conferiu-lhes novas motivações. A elevação da elite provincial configurou a autenticação da sua importância dentro do império e a derrocada da supremacia da oligarquia de Roma, demonstrando assim o trânsito do regime municipal para um governo imperial consciente das colaborações provinciais para sua grandeza.

A ascensão equestre fundamentou-se como ponto de suporte do novo governo em razão do seu caráter mais dinâmico próprio de um grupo mais conectado às atividades comerciais em contestação ao entendimento agrário senatorial, entretanto suscetíveis às tradições dessa ordem os cavaleiros achavam-se mais inclinados a concordar e auxiliar com a administração do Principado.

Na época de Suetônio surge uma transmutação nas características da escrita, que esta diretamente concatenada ao momento histórico vivente dos romanos e que se torna extremamente relevante em sua escrita. Esta alteração é que o poder imperial não era mais exclusivamente a junção do Imperador e do exército, mais a união dos mesmos com o partido político do senado. Para Paratore a etapa da história romana do ínterim do nascimento de Suetônio é:

“(…) O resultado final foi ter-se instalado o trono um general proveniente da modestíssima família da Sabina, Vespasiano, para quem apenas da família materna, a do úmbrio Vespásio Polião, provinha um reflexo da dignidade senatorial, na pessoa do tio. No entanto, este imperador sagaz amadurecido graças à experiência dos reinados efêmeros de Galba, de Otão e de Vitélio, compreendeu que só o apoio das forças militares não era garantia suficiente para a estabilidade da sua dinastia, porque o capricho das milícias, especialmente com um Senado adverso, o haveria de derrubar com a mesma facilidade com que o elevara. Por isso, verificou-se um acontecimento singular: como no período da fortuna de Octaviano, assim também para Vespasiano o apoio do partido senatorio foi um expediente original para sair do aperto duma situação anormal, e dar estabilidade ao regime. E como a guerra de Ácio reafirmara, no esplendor duma grande vitória, o novo regime e o triunfo da romanidade sobre as forças do Oriente, assim a queda de Jerusalém, um ano depois da subida de Vespasiano ao trono, voltando a dar ao poder imperial o lustre da glória militar, e à romanidade o orgulho da preponderância esmagadora nos focos orientais de rebelião, reforçava a nova dinastia e cimentava ainda melhor a paz reconstituída entre a casa imperial e a oligarquia tradicionalista.” (s/d, p.677)

A época dos Flávios é de suma importância, já que houve uma certa estabilidade para os romanos, equilíbrio visto somente no governo de Augusto. E as artes romanas alcançam o seu pico de máxima disseminação. Para Paratore:

“(...) Enfim, na época flaviana deve-se apontar o início daquela literatura formalista e escolar em que veio a empobrecer-se rapidamente o ímpeto criativo da romanidade pagã, e a consciência hegemônica dos conquistadores do mundo enfraqueceu, esvaziou-se partir de dentro, permitindo que, primeiro, a reação helenístico – oriental e, depois, o imenso fascínio espiritual do Cristianismo anulassem, de certo modo, o antigo gênio político e militar dos Romanos. A que havia chegado o culto pretensioso da bela forma, a prejudicial sobrevalorização do fato literário acima de qualquer outra forma de vida moral e civil, vêmo-lo na época de Trajano e de Adriano, quando Suetônio renovou Varrão, mas quase somente no respeitante à civilização literária, com um bocadinho de interesse histórico, entendido no sentido mais banal de curiosidade memorialista.” (s/d, p.680)

Nesse período há uma tentativa de macular a imagem dos imperadores de nascimento romano, principalmente por parte dos *princeps* que nasceram fora da mesma, visto por Paratore como:

“(...)Mas outra palavra de ordem mais sutil e insidiosa era a comunicada pelo príncipe às letras e exprimia-se no Panegírico de Trajano, de Plínio, e, mais tarde, no *De vita Caesarum*, de Suetônio: a desvalorização de toda a história do Império anterior a Trajano e de todas as suas figuras principais. O novo imperador, consciente de que o Senado estava agora esvaziado de autoridade e era perigoso apagar suas susceptibilidades senis em questões formais, dava mostras de respeitar as garantias tradicionais, de forma a merecer o título de *optimus princeps* e a fama que haveria de levar Dante a colocá-lo a ele, pagão no Paraíso;(...)”(s/d, p.684).

No entanto fica óbvio que esse pensamento e atitudes não são aceitos por todos. Neste mesmo período vários intelectuais escreverão elogios e brados ao período republicano romano, inclusive o próprio Suetônio em sua obra.

A narrativa contida nos textos literários romanos segue a tradição romana dos registros anuais, na sua maioria, variados e informais. A pesquisa em arquivos anuais do Senado implica antes de tudo, pouca liberdade sobre o que escrever e sobre como organizar o material coletado. Esse método foi amplamente usado por Tácito em seus *Anais* e em suas *Histórias*, assim como Suetônio nas *De Vita Caesarum*.

Há por assim dizer, nas obras dos intelectuais romanos, uma visão idealizada da reconstrução política e ideológica de Roma, vista por meio da figura de Augusto. Com

intelectuais como Sêneca, Marcial, Plínio, o Jovem, Plutarco e Suetônio, encontramos na literatura latina, sinais de uma propaganda favorável ao sobrinho de César, Augusto.

A historiografia romana encontra em Suetônio o representante de uma nova ordem vigente na biografia. Em seu texto inovador, o autor desenvolve uma metodologia única, onde há o abandono do esquema produzido até então no gênero e adota uma variedade de ações públicas e privadas. (SOBRAL, 2007).

No primeiro capítulo dessa dissertação apresentaremos a origem e contexto social vivido pelos imperadores Trajano e Adriano, e como suas manifestações públicas perpetraram o ideal de governador em seus respectivos governos.

No segundo capítulo temos o papel da biografia como propaganda política na sociedade romana do I e II século d.C. Bem como o biógrafo Suetônio fez de sua obra mantenedora dessa propaganda e seu papel na sociedade.

No terceiro capítulo vemos como o uso de mitos e da figura do herói é usado na construção da imagem de governantes e seu papel na história de uma sociedade de origem mítica.

CAPÍTULO I

Do Poder Imperial e realizações de Trajano e Adriano

A designação *Imperium* refere-se ao episódio político que teve seu princípio no ano de 27 a.C., ano no qual Augusto teve seu poder individual consolidado. Não obstante, quando estabelecemos o uso da expressão “Império Romano”, partimos da conjectura, característica ao trabalho do historiador, de conhecer o passado e os princípios nele estudados (sociedade, política, raciocínio e instituições) em seu caráter, preservando-se de qualquer anacronismo em relação aos termos utilizados⁶.

Ressaltamos que o termo “Império” foi empregado para demarcar, considerando o processo histórico da Roma antiga, o nascimento de uma nova e notável instituição no cenário político social do período: Principado.

Consequência das intermináveis lutas internas (guerras civis) que assinalaram o período final da República Romana, o Principado surgiu como um sistema político híbrido: exprimia uma tendência ao poder pessoal-que visava garantir e consolidar a unidade política da *orbis romanorum* para conservar a ordem e a paz –ao mesmo tempo em que defendia tradição secular republicana e defendia os interesses e direitos dos cidadãos romanos em relação aos nativos provinciais (ROSTOVTZEFF,1967, p.162).

A ação individual de certos líderes políticos e o apoio de seus respectivos partidários, aliada a uma forte influência das formas políticas desenvolvidas nas monarquias helenísticas com as quais Roma entrou em contato direto, terminou por levar personagens que alcançaram o consulado, casos de Caio Mário, Pompeu, César, Marco Antônio e Otaviano, a concentrarem efetivos poderes de caráter pessoal e extraordinário. Um desenvolvimento paulatino que percorreu a última década do século II a.C e todo o século I a.C. fundamentado, em grande parte, no poder de *Imperium* concedido à magistratura consular e que passou a ter uma vinculação com características personalistas e exclusivistas (FRIGHETTO, 2008,p.149).

⁶ Para Pierre Grimal, “Essa designação, Império Romano, traduz melhor ou pior, a de *imperium romanum*, que muito antes de hoje chamamos Império, e que só começou na segunda metade do século I antes da nossa era, servia para designar não só o espaço no interior do qual Roma exercia o seu poder, como esse mesmo poder”. In: GRIMAL, Pierre. O Império Romano.op.cit, p.9. Segundo Alejandro Bancalari Molina, o conceito de “Imperialismo”, ou seja, o uso do termo “Império” para designar um Estado que desenvolve uma política de expansão e controle frente a diversos povos, é uma criação contemporânea do século XX, surgido na época de expansão e colonização da África e Ásia pelas potências europeias (em especial, o Império Britânico). Por isso quando nos remetemos ao Império Romano, devemos estar conscientes da sua especificidade. In BANCALARI MOLINA, Alejandro. Orbe Romano e Império Global.op.cit., p.37.

Otávio Augusto, nos idos de 27 a.C, foi o fundamental desses grandes personagens históricos, um homem que condensou vários poderes⁷ e funções frente ao Império Romano.

É importante para este [Augusto] e para os amigos que o rodeiam, trazer à luz do dia o facto de o *imperium romanum* ser uma coisa muito diferente de um Estado submetido a um rei, que o príncipe, que é o seu guia (é este o verdadeiro sentido de *princeps*, o título que Augusto se atribuiu, por três vezes, na *Res Gestae*), não é *Rex* nem *Basileu*, que não se assemelha, de modo algum, aos diádocos, sucessores de Alexandre na Macedônia, na Síria e em outros locais, que não é, como eles, o único detentor do poder, mas que este continua a pertencer ao conjunto do *populus romanus*, cuja *maiestas* permanece intacta. Uma vez estabelecida esta distinção, torna-se evidente, para a opinião pública, que o vencedor de Antônio não sucumbia à maldição plurissecular que, em Roma, atingia a palavra Rei, e cuja transgressão provocara ou permitira o assassinato de César (GRIMAL,1993,p.16).

Assim, compreendemos que a instituição Principado conservou-se durante o período devido a vontade da comunidade política de, por ela, instaurar a ordem e a paz na *orbis romanorum* –evitando-se assim, mais uma vez, os sofrimentos de uma guerra civil. No entanto, busca-se, almeja-se isso, mas não encontra-se essa realidade. Portanto, o elementar fato da manutenção da instituição Principado no decorrer do século I d.C. não deve indicar, necessariamente, sua plena imobilidade como sistema político, muito menos a corroboração completa de todos os imperadores pelo aglomerado político da época.

A sucessão imperial permaneceu como um grande problema: assunto de intrigas, e, verdadeiramente, lutas armadas ao encontro do poder. Enfim, o que efetivamente

⁷ No ano de 27 a.C., Otávio tenta abrir mão de seus poderes, porém o Senado lhe aufere mais poderes ainda, militares e administrativos. Desse momento em diante, ele se torna o chefe do Senado e Primeiro Cidadão (*Princeps*). Nessa mesma ocasião recebe o título de “Augusto”, antes só aplicado aos deuses, e que visava expressar a ideia de que Otávio era um restaurador e “aumentador” do Império Romano, investido da mais alta autoridade (*auctoritas*). In: ROSTOVTZEFF, Michael I. História de Roma. Op. cit., p.164-165. Segundo Renata Venturini, Augusto possuía o *Imperium*, isto é, o comando militar e a capacidade de agir nesse domínio. O *Imperium* designava igualmente um poder concreto, uma noção fundamental de comando, uma autoridade definida pela atribuição oficial de uma tarefa, isto é, o *Imperium Proconsulare*. Ao lado deste poder consular, o senado lhe atribuiu o poder tribunício. Portanto, ele reuniu os poderes do *imperium*, a *tribunicia potestas* – que lhe permitia a convocação dos comícios e do senado-, o *ius auxilii* –o direito de proteger os cidadãos, o *imperium consular* –autoridade sobre o governo das províncias -, o *pontificatus maximus* –controle administrativo e espiritual sobre os cultos e a hierarquia religiosa-, e a *censoria potestas* –para efetuar, entre outras prerrogativas, as tarefas do *census*, uma das quais era a nomeação para a carreira senatorial por meio da *lectio senatus*. Em todos os níveis, o poder imperial se apoiava na *auctoritas*. A *auctoritas principis* ilustrava o prestígio, a supremacia moral trazida na *virtus*, na *iustitia*, na *clementia*, na *fides* e na *pietas*. Ela resumia o valor da justiça associada à clemência daquele que controlava a lei, a confiança que ele inspirava como chefe político e religioso. In: VENTURINI, Renata Lopes Biazotto. Amizade e política em Roma: o patronato na época imperial. Acta Scientiarum. Maringá, 2001, p. 216.

conseguimos notar nesse período é que, a desgosto do Senado, foi o exército que conseguiu, na prática, um peso incontestável na escolha do novo Imperador⁸.

O regime monárquico é definitivamente implantado em Roma, mas as suas crises são ainda frequentes: de dez imperadores, só Tibério, Vespasiano e Tito morrem de morte natural. Continua, portanto, a haver um grave problema em suspenso, o da sucessão imperial. Notemos em todo caso uma inovação capital: o exército desempenha um papel determinante na escolha do imperador (LÉVEQUE, 1979, p.152).

O exército torna-se um componente cada vez mais importante naquela sociedade, e não sem razão: foi a instituição zeladora pela efetiva preservação e proteção do *orbis romanorum*. Se o prestígio do exército era progressivo, foi porque dele se exigiu cada vez mais desempenho. Sendo assim, a ideia da *Pax Romana* não envolve a inexistência ou descontinuidade de contendas sérias do ponto de vista militar.

Todavia, um certo número de revoltas inquieta o governo imperial. No tempo de Tibério, o príncipe númida Tacfarinas fomenta uma grave insurreição (17-24), apoiada por Juba II da Mauritânia. O eterno Jugurta desperta numa guerrilha interminável, mas Tacfarinas é levado ao suicídio e o Magrebe definitivamente submetido. Em 21, dois nobres gauleses, Sarovir e Floro, sublevam a Gália do Leste. Em 69, a favor da crise da sucessão, os Tréveros e os Lígones proclamam o Império das Gálias, mas os notáveis gauleses reunidos em Reims preferem continuar fieis a Roma. Mais importante ainda é a revolta dos Judeus, começada no tempo de Nero e esmagada por Tito. A tomada de Jerusalém depois de um cerco de cinco meses é seguida pela destruição total da cidade. Os faustos do triunfo, em que figuram o castiçal de sete braços e as mesas do Templo, são eternizados num arco erguido à entrada do Fórum. Os judeus já não constituem uma nação e muitos tem de se expatriar e engrossar as fileiras da diáspora (LÉVEQUE, 1979, p.155).

Ocorreu, sim, uma política militar que, apesar das várias conquistas, obteve primordialmente a consolidação de algumas fronteiras defensáveis e seguras para o Império Romano. Com o bom desempenho de alguns comandantes militares, dentre os quais alguns se tornariam imperadores, esse objetivo foi almejado, mas não sem perdas ou obstáculos. Do mesmo modo, ainda que devêssemos advertir que o Senado tenha perdido destaque prático na seleção direta dos sucessores de Augusto, essa instituição ainda exerceu bastante influência no conjunto da sociedade política, e conservar seu apoio era imprescindível para a própria legitimação do *princeps*. O *princeps*, ao associar-se ao Senado e à tradição política que o mesmo representava, obtinha autoridade em sua posição. Portanto, após o *aclamatio* pelas legiões, o novo *princeps* tinha necessariamente que obter o voto de confiança do Senado e, por conseguinte,

deter-se como defensor das práticas ancestrais, composição social e interesses/privilégios dos associados daquele grupo –tal com Augusto estabeleceu. Referindo-se ao apoio do exército e do Senado, María José Hidalgo de La Vega afirma que era “precisamente este doble reconocimiento [...] ló que daba legitimidad a los monarcas” (HIDALGO DE LA VEJA, 1995, p. 79).

Para Augusto proceder de modo contrário não era uma boa escolha, era quando as críticas começavam, e paulatinamente tornava-se mais difícil a preservação de um acordo universal em torno de seu governo. A eminência da continuidade de tais conflitos foram as muitas conspirações sucedidas contra a pessoa do *princeps*, por parte do Senado, e as perseguições e mortes atribuídas aos Senadores, pelo *princeps*. Em resumo, quando não se obtinha o equilíbrio entre ambas as partes, brotava o medo e desconfiança, criando um ambiente de desaprovação e tensão. Havendo tal prerrogativa de desavenças e conflitos, necessitamos estar sempre atentos ao juízo que nos chegou sobre esses governantes, pois a maior parte das fontes empregadas para conhecer e restaurar esse passado são oriundas desse ambiente senatorial –os membros conseguiriam ou buscariam ser muito ou pouco favoráveis ao composto da política do *princeps* vigente.

“A relação Príncipe/Senado deu a tônica não só no que se refere à administração imperial, como também, e isso nos interessa muito, definiu a produção da memória dos feitos engendrados (EHRHARDT, 2008, p. 51).

Fato importante que ocorreu no período, fato esse que certamente buscava auxiliar para uma melhoria na relação entre *princeps* e Senado, diz respeito ao novo hábito de adoção: mormente legitimada pelos formalismos estoicos. Realmente, o herdeiro do Imperador poderia ser escolhido entre os muitos membros aristocráticos senatoriais, ou seja, procurava-se o melhor dentre os melhores. É claro, que o que assistimos realmente acontecer nesse momento é uma apropriação da prática de adoção que admitia proveito aos integrantes mais ilustres daquela sociedade. Vemos o que María José Hidalgo de La Veja nos diz a respeito:

Desde una perspectiva constitucional, aunque no social, la adopción significa la mera sustitución de un heredero designado por un heredero aparente, pero el principio sigue estando basado en la herencia, pues, como se sabía, la adopción de hijos era una práctica legítima a todos los niveles, según las leyes romanas; pero esta ficción jurídica permitía que se llevara a la práctica la igualdad de oportunidades entre las familias de la aristocracia senatorial, u marcaba una victoria no de la teoría política estoica sino de la nobilitas imperial, que aseguraba así su derecho a proveer candidatos como soberanos y la basileía se organizaba no como heredera de una sola familia sino como concepto que expresaba una posesión común de todos. La filosofía

estoica como ideología de la clase dominante, cumplía su papel de sancionar y justificar esa realidad política. (HIDALGO DE LA VEJA, 1995 ,p.74).

O Senado procurava que a condução do poder fosse alcançada de modo claro, ou seja, de frente para a “assembleia dos homens e dos deuses”, salientada por presságios favoráveis, acolhida pela opinião geral e, fundamentalmente, assegurada pelo Senado; no entanto, seria melhor que o novo princeps fosse também o determinado dentre os maiores membros senatoriais; no entanto, quando a linha sucessória fosse hereditária, a ordem era de que ele obtivesse uma excelente formação, ou seja, um preparo especial⁹.

Assim, salienta-se para o período uma habilidade crítica visando consolidar o *princeps* com uma personagem que agisse, acima de tudo, nos moldes políticos delineados pelo Senado. Os imperadores posteriores a Augusto, sabedores de toda essa questão, deveriam ter enorme responsabilidade no intuito de fortalecer a instituição do Principado, almejando adequar seu molde governamental às novas características do I e II século d.C. e, também, honrar e acolher as antigas tradições políticas do Senado.

Ao se analisar o período dos imperadores Trajano e Adriano, busca-se entender o contexto de produção da biografia *De Vita Caesarum* assim como a reverberação dos ideais estabelecidos e institucionalizados por Augusto no século posterior ao seu domínio. Um dos caminhos adotados para se traçar um pensamento político em Suetônio, assim como os acontecimentos da sua contemporaneidade, é exatamente a carência de fundamentos para definir estas ideias. Portanto, adotaremos aqui a ordem de análise do contexto de Augusto, o nascimento do império, a formação das dinastias Julio-Claudiana e Flaviana assim como as influências culturais e políticas nesse período.

1. A adoção e origem de Trajano

⁹ ENGEL, J. M.; PALANQUE, J. R. O Império Romano. op. cit., p.72. Segundo Domingo Plácido Suárez, “La adopción, sin embargo, se convierte en la fictio que servía para la reproducción de las gentes tradicionales, que así podían pensar que efectivamente el poder imperial era algo a lo que podía acceder cualquiera de su clase, solo dependiendo de sus propias virtudes. En realidad, la adopción y la dinastía se presentan como los términos de las tensiones que persisten a escala del poder a lo largo de todo el período. El hecho de que se proclamara la designación del *optimus princeps* por parte de los senadores no era más que una nueva fictio, de acuerdo con las tradiciones jurídicas romanas, lo que tendría su culminación en la adopción de su propio hijo por parte de Marco Aurelio”. PLÁCIDO SUÁREZ, Domingo. Un Siglo de cambios. In: CORTÉS COPETE, J. M.; MUÑIZ GRIJALVO, E (Eds.). Adriano Augusto. Sevilla: Fundación Jose Manuel Lara, 2004, p. 22.

Integrante de uma nobre e antiga família romana, Marcus Cocceius Nerva, governou de 96 até 98 d.C. Visando sua já avançada idade no momento de sua ascensão e objetivando também apaziguar o clima tenso que perdurou no exército após a morte de Domiciano, logo tratou de arrumar um sucessor digno, o qual estivesse disposto a governar em concordância com o Senado e possuindo, óbvio, o apoio das legiões¹⁰. Vendo suas necessidades, concluiu e dotou Marcus Ulpius Trajanus, natural de Itálica, Hispania –Trajano torna-se o primeiro provincial a obter o título de *princeps*.

Nerva “adolecía de una base de apoyo militar, que se subsanó con la adopción de Trajano, que gozaba de un gran favor entre las legiones de Germania; pero, además, Trajano tenía un amplio apoyo senatorial”. In: (HIDALGO DE LA VEGA, 1995, p. 73).

inaugurated a period of over sixty years in which successions to the throne were determined by adoption rather than by birth [...] he was the first of the emperors to come from a province, and his origin was symptomatic of the rise of the provincial element within the ruling class. The way to the highest office was now becoming opened to all educated men, regardless of race and nationality; at present, westerners such as Gauls and Spaniards were still advancing much more rapidly than North Africans and easterners (GRANT, 1997, p. 294).

Imperador de 98 a 117 d.C., Trajano era um influente e reconhecido general. Partilhava, junto aos senadores, das ambições e esperanças em relação ao papel que o *princeps* deveria desempenhar naquela sociedade, contrastando ao modelo de tirano exercido pelo seu antecessor, Domiciano.

los análisis histórico más recientes han evidenciado la falacia de esa tradicional contraposición perfilada entre los reinados de Domiciano y Trajano reproducida en las fuentes antiguas. A través de estudios más ponderados y objetivos sobre la acción de gobierno de estos emperadores se ha podido determinar que la política trajanea en muchos aspectos continuaba la de Domiciano y en la práctica concreta se plasmaba en un aumento del carácter autocrático y autoritario del poder, aunque se manifestase necesariamente como restitua en su prerrogativa de criticar el pasado precisamente para glorificar aún más el presente y en un marco de connotaciones idealizadas sobre la libertas y la moderatio, que a pesar de su evidente eficacia propagandística no consigue enmascarar ni las contradicciones reales del gobierno trajaneo ni su resultado histórico (HIDALGO DE LA VEGA, 1995, p. 107-108).

Assim, estava Trajano consciente da importância da moralidade estoica e da proteção de seus ideais naquele período, buscando com isso a constituição de um ambiente estável e legítimo para o principado.

Com Nerva e Trajano tem início um novo capítulo da história do principado, no qual a característica principal é a harmonia entre a autoridade suprema e a comunidade. Esta reconhecida, uma vez por todas, o principado como indispensável e se prontificou a servi-lo. Em troca, o princeps aceitava a teoria estoica do poder imperial, integralmente, e tacitamente se comprometia a respeitar os sentimentos e a manter os privilégios da classe dominante. Também se comprometia a respeitar as antigas formas constitucionais, e a agir, pelo menos na aparência, não como monarca de poder ilimitado, mas como o primeiro e o melhor cidadão, como tal livremente reconhecido pelo Estado (ROSTOVITZ, 1967, p. 208).

Assim, nessa nova experiência de reconciliação com o conjunto da comunidade política, principalmente para com o Senado, fortaleceu-se mais ainda o poder do *princeps*, “convertendo-o a um poder menos limitado e mais autocrático” (ROSTOVITZ, 1967, P.208). Isso ocorre, graças à conduta aberta de Trajano para com o Senado, sempre buscando um bom relacionamento com a instituição, honrando seus direitos e a posição social de seus membros. No mais, prontificou-se a não dar cabo à morte de mais nenhum senador, honrou seus bens e testamentos, deu liberdade de expressão a seus familiares nas reuniões e honrou os magistrados.

No conjunto de suas atitudes políticas, dentre as várias realizações do período, destacamos a implementação do sistema de alimentação. Segundo Bravo Garcia, tal sistema visava “subvenir a las necesidades de las familias más necesitadas de los municipios mediante un complicado mecanismo de préstamos hipotecarios a bajo interés sobre las propiedades de las familias más acomodadas del municipio, cuyos intereses serían destinados a estos fines de asistencia social” (BRAVO, 1998, p.447). O que mais chamou atenção foi a recuperação das conquistas territoriais.

“Os recursos do Império ultrapassam as possibilidades de qualquer outro povo, e as discórdias com que se entretêm germanos e partos tornam improvável um assalto geral à fronteira. Os pessimistas temem antes uma espécie de apodrecimento interno, cujo remédio seria a retomada das conquistas. Com ajuda da filosofia estoica, que gosta de comparar a sabedoria com o estado de guerra, diz-se que a „paz é enfraquecedora“. Diz-se também perigosa, porque deixa desocupada uma soldadesca de tremenda brutalidade (ENGEL; PALANQUE, 1978, p.76).

O engendrar da política externa de Trajano buscava dois campos de ação: no primeiro relatava o reino da Dácia, uma contínua ameaça na problemática fronteira do Danúbio; o segundo relacionava-se ao império Parto, uma constante perigosa também, para toda a extensa região oriental.

A guerra contra a Dácia foi efetuada em duas etapas (101-102 d.C. e 105-106 d.C.), decorrendo na vitória romana e, conseqüentemente na formação de uma nova província imperial. Com o uso das minas da região, houve um enorme fluxo de riquezas para a capital do império, resultando assim num desenvolvimento próspero financeiro nos anos de 107 d.C e 113 d.C. Contra os partos, porém, o quadro desenhou-se mais complexo. Roma já havia tomado Petra, em 106 d.C., buscando assim uma nova possibilidade de rotas comerciais através do Mar Vermelho. Foi unicamente no ano de 114 d.C. que Roma impreterivelmente lançou-se à conquista do reino parto, tomando a região da Armênia e as cidades de Singara e Edessa. No ano de 115 d.C. todo o norte da Mesopotâmia já tinha sido conquistado. Babilônia, Ctesifonte e Seleucia, três capitais inimigas, foram tomadas em 116 d.C, não obstante uma rebelião judaica estourou em três lugares, Cirenaica, Egito e Chipre.

Juan Manuel Cortés Copete, “las dificultades no sólo afectaron a las nuevas provincias. Cirene, Egipto, Chipre y, quizás, la propia Judea se vieron inmersas en una terrible guerra. Los judíos de aquellas provincias, mal integrados en el Imperio, consideraron que el enfrentamiento entre Roma y Partia era la señal para el renacer del nuevo Israel. Grandes matanzas y destrucciones eran el testimonio de su paso, camino, al parecer, de Tierra Santa, donde deberían reunirse las tribus dispersas para inaugurar el Reino Mesianico. El movimiento se contagiò a las juderías de Mesopotamia. Al otro lado del Éufrates, partos, armenios, árabes, judíos y los griegos de las ciudades helenísticas hicieron causa común contra el invasor romano (COPETE, 2004, p.74).

No ano de 117 d.C., resultante de tais revoltas, o estado de instabilidade propagou-se por boa parte do Oriente, chegando as províncias recém-ocupadas. Trajano, frente a essa disposição de devastação no Oriente, partiu temporariamente para Cilícia, aonde veio a falecer em 117 d.C. Ao final de sua vida, sua glória e reconhecimento eram enormes, assim como as dificuldades que deixou ao seu sucessor, um homem que hipoteticamente deveria dar sucessão às boas relações políticas no âmbito interino de poder romano.

“Trajan’s talent for civil government, the popular aggressiveness of his military policies, and his agreeable, accessible personality had earned him the title of the Best Ruler “Optimus Princeps)” (GRANT,1997 ,302).

1.1. Sucessão por Adriano

Publius Aelius Hadrianus foi o sucessor em questão, governou o império de 117 d.C. até 138 d.C. Nascido em Roma, quando subiu ao trono tinha 41 anos. Primeiramente o fato que mais chamou atenção sobre esse novo *princeps* diz respeito ao modo como chegou ao Principado. No decorrer do governo de Trajano e com o seu apoio, Adriano executou um papel de destaque, ora em cargos administrativos, ora em cargos militares. Filho de senador parente de Trajano, poderia ser considerado, no período como um dos mais fortes concorrentes ao cargo de imperador.

Além da tutela de Trajano, outro personagem esteve preocupado com a formação de Adriano, como assinala A. R. Birley: “On the death of his father in 85 the boy was assigned two guardians, both men from Italia, M. Ulpius Traianus (the future emperor Trajan), his father’s cousin, and P. Acilius Attianus, a Roman knight” (BIRLEY,1997, p.132). Claro que no que refere-se ao seu enorme prestígio e experiência militar na época. Não obstante, é fato curioso ele ter sido designado oficialmente como herdeiro de Trajano. Teria sido a imperatriz Plotina, após a morte do marido, quem revelara o suposto desejo de Trajano, em seus últimos momentos, no que referia-se à sucessão por Adriano.

Fuera o no cierta la adopción de éste por Trajano pocos días antes de su muerte, es indudable que Adriano era uno de los más firmes candidatos al trono imperial por varias razones. En primer lugar, su ascendencia hispana como hijo de un senador de la Bética emparentado con el emperador, quien había acogido como tutor a Adriano y procurado su formación. En segundo lugar, la figura militar de Trajano reclamaba un sucesor similar, capaz de mantenerse en el difícil equilibrio político de controlar el ejército y gozar del apoyo del Senado. En tales circunstancias, Publio Elio Adriano reunía todas las condiciones para ser proclamado *optimus princeps* (BRAVO,1998, p.448).

No entanto, essa revelação acabou despertando desconfiança no Senado quanto a legitimidade sucessória de Adriano como *princeps*, tendo em vista a origem obscura dessa nomeação.

parece ser que el favor [...] de la emperatriz Pompeya Platina, esposa de Trajano, contando con la ayuda del prefecto del pretorio, P. Elio Attiano, resultó ser la clave para la adopción de Adriano y su nominación como sucesor en el poder imperial; la sombra de Pompeya Platina estuvo, desde luego, muy presente en los oscuros sucesos que roderaron el final de Trajano (CASTILLO,1989, p.205)

No mais, outra situação curiosa é que deve ser notada é o fato que Adriano estava taticamente situado quando da morte de Trajano: consolidado em Antióquia, perto do finado *princeps*, tinha sob seu comando todo o exército oriental –sendo esta a

maior concentração de forças de todo o Império, realidade que conferiria-lhe imenso poder.

A exposição de Adriano seria no sentido de instaurar uma perpetuidade entre o principado de Trajano e o seu, necessariamente naquilo que dizia à continuidade dos privilégios senatoriais.

se acuñaron en Roma diversas monedas una de las cuales mostraba a Trajano como emperador en el anverso y a Adriano con el nombre de „Hadrianus Traianus Caesar“ en el reverso; la otra presentaba a Adriano como emperador, „Traianus Hadrianus“, con los títulos de Trajano: „Optimus Germanicus Dacicus“, y, en el reverso, la leyenda „Adoptio“, con Trajano y Adriano dándose la mano y la denominación de este como Pater Patriae, además de otros títulos, y como hijo del deificado Parthicus Traianus. Es manifiesta la necesidad de proclamar la legitimidad de la sucesión (BIRLEY,1997, p. 112).

Assim sendo, destaca-se a ideia de que havia naquele instante certa objeção, por parte do grupo senatorial no que dissesse respeito ao novo *princeps*. Essa reticência resultou na necessidade, por parte de Adriano, de consolidar-se no poder e conter qualquer argumento ou problema mais sério que intimidasse sua posição.

lista de tareas es enorme. Abandonó las nuevas provincias orientales, sustituyendo el control directo de aquellos territorios por el indirecto de los reinos clientes. Terminó con los restos de la revuelta judía. Para eso, Turbón fue enviado a Egipto, donde controló un último rebrote del enfrentamiento entre griegos y judíos. Depuso al general Lusio Quieto, quien había sido nombrado por Trajano, al final de su vida, gobernador de Judea. Este nombramiento había causado malestar entre los judíos de Palestina, puesto que Quieto había reprimido con extrema dureza la sublevación de las juderías mesopotámicas. Su destitución hizo que se concibieran grandes esperanzas en el nuevo emperador, al que los judíos saludaron como libertador. Hizo frente a los movimientos de pueblos en el Danubio con su propia presencia. Consiguió que los roxolanos volvieran al redil y otorgó a su rey la ciudadanía romana; reorganizó la provincia de Dacia, dividiéndola para un mejor gobierno; frenó a los yácigos fortaleciendo las defensas de Panonia, donde fundó la colonia de Mursa. Posiblemente fue la destitución de Lusio Quieto lo que provocó la sublevación de los mauri, sus compatriotas. Turbón, de nuevo, fue el encargado de reprimir los desórdenes. Britania también fue devuelta al orden romano, aunque poco más se sepa del destino de la provincia en aquellas fechas (COPETE,2004 p.75-6).

Já no início de seu governo podemos notar uma nítida demonstração do que Adriano faria para conter alguma ameaça à sua pessoa ou a sua posição. No entanto, o modo escolhido para isso foi a violência, o que acabou por colaborar de modo negativo à sua imagem junto ao Senado.

Referimo-nos a execução de quatro senadores associados a Trajano e de ampla projeção política no período: L. Publilio Celso, Lusio Quieto, Cornélio Palma e C. Avidio Nigrinus. Para Gonzalo Bravo, essa sucessão de execuções, ocorridas “sin juicio

previo violaba la normativa vigente y sentaba em peligroso precedente contra los privilegios de la institución senatorial”(BRAVO,1998 ,p.448). Assim sendo, a execução desses membros senatorias, atesta uma atitude controversa.

“[...] las circunstancias tan absolutamente particulares por las cuales Adriano había llegado a detentar el poder imperial debieron de sorprender a muchos, pero desde luego contrariaron a alguns, sobre todo a aquellos que se encontraban muy próximos a Trajano y que gozaban de la confianza de este emperador, en parte porque naturalmente aspiraban a obtener la sucesión [...] en concreto, se ha apuntado que Lusio Quieto había preparado una atentado contra el emperador, que se llevó a efecto durante una cacería en Asia Menor y que los otros tres [Celso, Quieto e Nigrino] habían presionado a Trajano en un intento de evitar la adopción de Adriano. (CASTILLO, 1989,p. 207)

Todo esse clima de desavenças entre Adriano e os senadores, não foi unicamente no início de seu principado, ao contrário, aumentou ao longo de seu governo em decorrência às muitas deliberações que tomou, tanto políticas e como administrativas. Como Engel e Palanque nos mostram:

Adriano reorganizou o conselho imperial, nomeado por um ano, reunido regularmente e que, pela competência dos seus juristas, fazia concorrência com o Senado. Reformou as repartições públicas, eliminando delas os libertos para colocar no seu lugar cavaleiros. Criou novos funcionários, escolhidos entre os consulares, para despachar mais rapidamente os negócios da Itália aliviando assim a jurisdição senatorial. Isto era como que morder as atribuições da Cúria. Fixou definitivamente a carreira eqüestre, com seus escalões e títulos, pois tinha uma preferência acentuada pelos cavaleiros. Somando as suspeitas relativas a sua tomada do poder, o terror provocado pela execução, em 118, dos quatro marechais de Trajano que conspiravam, as crueldades do fim da sua vida e as suas falhas de caráter, compreende-se por que o Senado o detestava (1978,p.100).

Tais decisões tomadas por Adriano não favoreceram a relação com o grupo senatorial, e com isso as críticas a seu governo mantiveram-se. Logo no poder, procurou inverter a organização externa aplicada por Trajano, buscando acordo de paz para com os partos¹¹. De todos os senadores militaristas que estavam ansiosos por guerra, seja com subsídio financeiro ou moral e que enxergaram-se lesados com tal atitude, a insatisfação foi aumentando. No entanto, tais decisões são vistas com bom senso, pois uma vez necessário retomar territórios conquistados após várias rebeliões, seria um risco ao expor suas fronteiras já enfraquecidas em demais territórios.

¹¹ Segundo Michael Grant, “Without delay, he [Adriano] decided – as his predecessor may well have decided already – that the newly occupied eastern territories were untenable, and so, unwilling for adventures when he needed to consolidate his own power, he abandoned all that was left of Trajan’s temporary conquests and withdrew the Roman frontiers to the Euphrates again” In: GRANT, M. History of Rome. op. cit., p. 302. Anthony. R. Birley comenta que Adriano justificou tal empreendimento “citing the policy of the Antonines. In: The Cambridge elder Cato, „who declared the Macedonias free because they could not be protected””. BIRLEY, A. Hadrian to the Ancient History: op. cit., p. 134.

...considerada como uma decisão de bom senso. Roma não tinha possibilidade de guardar militarmente as conquistas que era preciso retomar a partir da conspiração judaica, com meios enfraquecidos e com as fronteiras ameaçadas por uma revolta dos mouros e por um ataque dos roxolanos (ENGEL;PALANQUE,1978, p. 99).

Não se pode, no entanto, dizer que a postura de Adriano seja simplesmente um sinônimo de uma atitude pacifista. Gonzalo Bravo defende essa interpretação crítica, segundo a qual “en Mauritânia y Britania, al principio, en Judea, al final de su reinado, hubo guerras que ponen en entredicho el pretendido, pacifismo” de este emperador”(BRAVO, 1998,p.519).Michael Grant aponta o acontecimento de cunho militar de maior relevância no período de Adriano:

“[...] there was one serious war towards the end of his life, a Jewish rising – not of the Dispersion this time, as in the previous reign, but in the homeland of Palestine itself. Hadrian’s establishment of a Roman colony and temple at Jerusalem, now renamed Aelia Capitolina after the emperor’s family name Aelius, caused great anger among the Jews, and under a talented leader, Bar Kosiba, they launched the ferocious and bloodily suppressed Second Jewish Revolt (132-135).(GRANT,1997, p. 303).

Sendo assim, o que analisamos é que Adriano tomou como base um pensamento mais prático ao se decidir por uma postura mais defensiva para o Império, tentando reestruturar seu território.

el problema mayor de la política exterior del princeps se muestra en una contradicción: la de una irrestricta y constante expansión imperialista hasta la concretización del dominio mundial versus la consolidación y mantención del imperio dentro de los limites.(MOLINA,2008, p. 229).

2. As imagens e suas manifestações públicas

O conceito de união, harmonia, e fortalecimento entre as discrepantes partes do *orbis romanorum* ganhava força, convertendo-se em uma conveniência para sua subsistência. O exército, por ora, despontava como o dispositivo nevrálgico para a estabilidade da conjuntura – fato que Adriano consentia, considerando seu programa de reestruturação do exército e aperfeiçoamento de suas técnicas e armamentos.

...reinforced the regulations on age for recruitment, checked military stores and made good deficiencies, and improved arms and equipment. Dio, without supplying as much detail, states that Hadrian „by his exemple and his instructions trained the army throughout the empire and disciplinedthe men,

so that even today [220 d.C.] the measures he introduced still stand. (BIRLEY,1997, p. 137)

No mais, Adriano focou nos limites territoriais e fortificações, na linha de defesa da *orbis romanorum*, edificando várias estruturas defensivas. Dentre todas suas edificações planejadas, a mais famosa, sem dúvida, é a Muralha de Adriano, na Britânia. Adriano gastou mais da metade do tempo de seu governo (12 anos de um total de 21) vistoriando as províncias, constantemente concentrado na organização militar, administrativa, jurídica e fiscal das várias regiões do Império.

reorganizo el consilium principis, dividió Italia en cuatro circunscripciones territoriales bajo el mando de otros tantos senadores de rango consular, codifico las normas de aplicación judicial más frecuentes de la legislación imperial (el llamado „edicto perpetuo“, que sería cursado a los gobernadores provinciales y magistrados con funciones judiciales), promulgo una ley para fomentar el cultivo de los campos no explotados (Lex Hadriana de rudibus agris), regularizo el cursus equestre y amplió la civitas romana otorgando derechos de ciudadanía (Latium minus) a muchos municipios o elevando el rango de éstos a colonias; en fin descentralizó la recaudación de ciertos impuestos a nivel provincial nombrando funcionarios encargados de tales cometidos [...] De hecho, respecto a Trajano, se observa una cierta continuidad también en la política interior: alimenta, obligaciones senatoriales, funcionarios financieros, etc. (BRAVO,1998, p.519).

A primeira de suas viagens durou de 121 d.C. até 125 d.C, passando por Gália, Germânia Superior, Raetia, Nórlica e Britânia, onde tinha grupos revoltosos na região, depois passou pelo Eufrates negociando a paz com os partos, e pelas províncias da Bítinia-Ponto, Ásia, Mésia e, por fim, a Grécia, onde ficou por nove meses até retornar para Roma. Em sua segunda viagem no ano de 128 d.C., inspeciona as fronteiras do Império, passando pela África, Mauritânia e Numídia. Em 132 d.C. mais uma vez na Judeia, onde ocorre uma grande revolta, e partindo no mesmo ano de volta a Roma. Vemos claramente que tais viagens atestam sua conduta e empenho no comando do seu Império, fortificando sua figura como governante universal, cosmopolita e centralizador do poder.

Para Maria José Hidalgo de La Veja:

...o ideal universalista que teve maior impulso a partir de Augusto acompanha uma concepção de tempo concebida em termos de uma “eternidade” do Império Romano. Ou seja, ao império universal corresponderia uma noção de império eterno. Em suas próprias palavras, a autora afirma que “será en el s.II, en época de Adriano, cuando nos encontremos con la más grandiosa expresión de este concepto representada en la magnífica construcción del templo de Venus en Roma, en la parte sur del Foro. Fue dedicado a conmemorar el aniversario de la fundación de la Urbs, asociando de manera novedosa la eternidad del emperador con la aeternitas de Roma e incorporando-la a una nueva aurea aetas. De manera similar ocurre con algunas acuñaciones de la época cuya iconografía expresa estos conceptos. Así, Roma como capital del imperio y centro del poder se convierte en “Ciudad Eterna” y así era considerada en su época. Este siglo II d.C. es el

siglo de la felicitas imperii, época de mayor apogeo del Imperio, regido por un emperador considerado como cosmócrator, y cuyo poder universal y divino se representa en la misma construcción del Panteón del Campo de Marte, edificio de gran significado ideológico y constructivo”. (2005, v.23, n.1. p. 278).

Quando temos em mente todas as medidas do governo de Adriano, vemos a imagem de um governante que empreendeu grande esforço no sentido do fortalecimento de seu poder central.

Examinamos no instante da sucessão de Adriano um porém: não tendo filhos legítimos, Adriano nomeara como herdeiro, seguindo a tradição da adoção, o senador Lucius Ceionius Commodus, que posteriormente teve seu nome modificado para Lucius Aelius Caesar – um hábito que visava, por meio do uso da designação “César”, instituir de modo mais objetivo o homem eleito à posição de *princeps* no futuro. Porém, com a morte de Lucius Aelius Caesar no decorrer do ano de 137 d.C. criou-se um impasse, acarretando a procura por outro sucessor digno. Nesse instante percebemos a estratégia de Adriano: filiou outro senador, Tito Aurelio Fulvo Boyonio Arrio Antonino, posteriormente conhecido por Antonino Pio, não sem antes impor-lhe diversas circunstâncias indiscutíveis. Entre as quais está o compromisso de ceder o governo em prol do filho de Lucius Aelius Caesar, Lucius Ceionius Commodus II (o futuro imperador Lucius Verus) e também a um jovem de origem hispana, sobrinho de sua esposa, Marcus Annius Verus (o futuro imperador Marcus Aurelius).

...todos as personagens abrangidas por estas combinações pertenciam às mais importantes famílias senatoriais, o que assegurou o consentimento dos Pais [senadores]”.(GRIMAL,1993, p. 98).

Doente, Adriano faleceria em julho de 138 d.C., somente após quatro meses depois de sua adoção dos Antoninos. Esse ainda teria 23 anos de governo até conceder a Lucio Vero e Marco Aurélio ao poder, no momento compartilhado. Dentre todas essas ocorrências o que não podemos descuidar é o pensamento que teve Adriano em vista disso –algo que, certamente, vinha na contradição do molde de centralização do poder em torno de uma única pessoa, anteriormente proposto e instaurado por Augusto como referencial à instituição Principado.

Hadrian has been called „the most remarkable of all roman emperor“ and „the intellectual emperor“. Ancient writers stressed his restless traveling, his insatiable inquisitiveness („omnium curiositatum explorator“) and his complex, many-sided personality („various, multiplex, multiformis“). His military and frontier policy, his obsessive generosity to the Greeks and his

ruthless treatment of the Jews weew the three elements which had the most long-term impact. (BIRLEY,1997, p. 149).

Para nós essa atitude acaba sendo inteligível no momento em que compreendemos as medidas inauguradas pelo Imperador Adriano ao longo de seu governo. Estas corroboravam para uma centralização que, apropriadas às circunstâncias, já não era mais adequada para garantir o total controle e governabilidade de um Império tão extenso. Portanto, do começo ao final do governo de Adriano, um importante princípio de alteração e renovação no cenário institucional do Principado, marcada pela utilização da denominação *Caesar* aos sucessores e futuros depositários do poder – o qual nessa nova ordem seria partilhado entre dois governantes.

Seguindo essa linha de raciocínio, poderíamos dizer, no que cita o âmbito de poder do Império Romano de início do século II d.C., que tal hipótese de uma elaboração necessária pelo governante encontrou sua utilidade quando encaminhada como elemento de reivindicação pelo grupo senatorial em associação a escolha de quem seria o *princeps*. De fato, essa inquisição voltava, como vimos anteriormente, aos contínuos debates entre o grupo senatorial e o *princeps* durante o primeiro século d.C.: o Imperador foi por vezes acusado de opressor e tirânico, ou seja, um homem que administrava sem ouvir à instituição a qual era representante, o Senado. Enfim, para seus integrantes não haveria de ser qualquer um que poderia ambicionar tal posição de poder. Entre todos os que estavam aptos a tal incumbência, estariam os senadores. Os mesmos defendiam a prerrogativa da tradição política que eles antes representavam, salientando o critério teórico de uma instrução retórica, que os mesmos conquistaram e, no domínio prático, o desempenho do *cursus honorum*¹² - característica que lhes garantiriam a experiência necessária para o desempenho da boa liderança.

...a retórica, tanto na Grécia como em Roma, tornarase o instrumento por excelência da educação e da cultura. Forma o espírito das elites (GRIMAL,1993,p. 106).

Sendo assim, vemos que o *Princeps* deliberava com um poder ilimitado, não havendo no Império Romano poder igual que fosse executado como alternativa ao poder do Imperador (ALFÖLDY,1989,p.116). A difusão de suas imagens pelos domínios imperiais tornou-se um tática que corroborou para a afirmação de seu poder e estabilização de seu sistema político-administrativo, e selando ainda mais a perda eminente de poderes dos senadores.

¹² Lembramos aqui do chamado *cursus honorum*, o qual compreendia uma alternância de cargos políticos e militares, de crescente poder, que os membros do senado deveriam cursar visando alcançar postos de cada vez maior importância. Trata-se, nesse sentido, de comprovar experiência e testar habilidades.

O *princeps*, incorporado das suas várias titulações e incumbências, possuía a posição de *pontifex maximus*, o que lhe dava estrutura de ser o líder da religião estatal e de ser cultuado por todo o Império. No entanto, a rotina religiosa de seus súditos não era abalada em seu desenrolar por qualquer intromissão por parte do Estado. Inclusive o culto ao Imperador, o qual era admitido como chefe, era preparado unicamente pelas de governo próprio e por conjunto de voluntários conhecidos por Augustales.

É notório o entendimento que as imagens nos oferecem evidências de práticas sociais como nos esclarece Peter Burke (2004,p.35), assim sendo, notamos a relevância desta condição junto as propagandas imperiais, pois os *princeps* serviam-se de suas imagens para esclarecer e explicar suas práticas sociais: as imagens e as manifestações artísticas públicas são testemunhas de etapas passadas do desenvolvimento do espírito humano, objetos nos quais é possível ler as estruturas de pensamento e representações de uma determinada época(BURCKHARDT, apud: BURKE,2004,p.36).

Para Burke, qualquer imagem adéqua-se como uma evidência histórica (BURKE, 2004,p.21). Vendo assim, notaremos que os imperadores Trajano e Adriano nos deixaram muitas evidências. A apropriação destas imagens nos possibilita observar como seus poderes foram disseminados nos domínios imperiais além de atestar a preferência evidenciada por Adriano com o mundo helênico. As imagens de estadistas estão diretamente perpetuadas a expressões de triunfo, corroborando seu objetivo de difusão da representação de poder aos seus governados.

As imagens nos mostram o reconstruir e pensar o passado de forma mais viva, constituindo assim um excelente guia para o poder de representações visuais nos segmentos da vida (BURKE,2004,p.23). Trajano e Adriano como os outros imperadores preocuparam-se com a situação do poder, certificando-se que em suas aparições seus súditos entendem-se que eles eram a maior força imperial. O poder, segundo Michel Foucault, é uma demonstração de autoridade, “Na verdade, não se exerce sem que custe alguma coisa” (FOUCAULT,1979,p.66).

Sendo assim, as representações de poder no Império Romano eram feitas de várias maneiras e em todos os lugares. O poder político dos imperadores constituía-se em todos os sentidos, conservando a sua *auctoritas* em toda a expansão geográfica limítrofe romana. Portanto, a administração, o exército, o direito e o conhecimento formavam um alicerce sobre o qual descansava o corpo imperial, e este assim só teria consciência de coesão política através do poder essencial do imperador.

Segundo uma análise do principado de Trajano, principalmente em meados de 113 d.C, pouco anterior a sua marcha ao Oriente (HIDALGO DE LA VEJA, 1995, p. 116), poderíamos representá-lo da seguinte maneira: em uma das faces da moeda, a representação cunhada do próprio *princeps*; na outra, a representação de Júpiter. A expressão do *princeps* Trajano junto ao deus Júpiter, nós passa a abstração da fusão do humano com o celeste, em que ambas as faces da moeda remetem a uma ideia de otimização. Esse artifício contribuiu para a legitimação do poder, uma vez que contrapor a figura de Trajano e Júpiter foi extensamente explorada pelas “propagandas políticas”, com o objetivo de conceder consistência aos valores imperiais. A exemplo disso, evoca-se o *Panegírico de Trajano*, escrito por Plínio, o Jovem ao agradecer o Imperador Trajano sobre a sua indicação como cônsul no ano 100. Neste texto laudatório, inaugura-se a denominação de Trajano como o *optimus princeps*. Esta uma clara alusão à sua vinculação com *Jupiter Optimus Maximus*.

A instauração dessas relações incide sobre a área religiosa, que acaba se alicerçando como um ambiente possível para o estabelecimento da *virtuas* de um representante, uma vez que nada é mais austero, puro e digno de admiração do que a iminência com o divino. Foi esse, como notamos, um dos meios pelo qual a figura de Trajano conseguiu destaque entre os imperadores romanos, pois assim sua efígie fora vinculada à teoria da origem divina. Através dessa teoria, o líder ganha uma espécie de amparo teológico, pois foi adotado pelos deuses antes de ser adotado pelo soberano em atividade.

No caso de Trajano, Plínio, o Jovem, em seus escritos, diz que todo o poder – *imperium* – do *princeps* tem o respaldo do *consensus universorum*, que lhe concedeu as circunstâncias de “melhor dos homens” e *electus a diis* (HIDALGO DE LA VEGA, 1995 p. 120). Ao mencionarmos o auxílio do *consensus universorum*, devemos levar em conta que a utilização dessa justificativa não possuía necessariamente uma validade jurídica, mas se mostrava tão basilar quanto a aclamação oficial, tendo em vista que assegurava a plena autenticação do líder no poder. Plínio, o Jovem chegou ao ponto de acreditar que o *consensus* do Senado, bem como a *adoptio* de Nerva, foram somente uma aprovação da vontade superior de Jupiter (HIDALGO DE LA VEGA, 1995, p. 122). Ao declarar a *adoptio* como uma demonstração proclamada dos deuses, Plínio pertence ao imaginário no qual Trajano e Jupiter apresentavam-se, relativamente, como *Trajanus Optimus Princeps* e *Jupiter Optimus Maximus*, tal analogia quase ultrapassa a fronteira entre deuses e homens.

Dessa maneira, a glorificação não invade o terreno da idolatria, mas coloca o *princeps* como uma manifestação da providência divina. Plínio, ao escrever o Panegírico em sinal de agradecimento a Trajano, traçou diversas comparações com o divino. Contudo, no quesito de demonstrar a expressão divina, damos ênfase a esta passagem: “Agora, livre e despreocupado, cuida apenas do céu, já que creditou a ti – Trajano – o cuidado e o trabalho referentes a todo o gênero humano”. (*Pan 80, 4*), estabelecendo com que a posição de Trajano fugisse do sobrenatural para estabelecer-se na representação direta dos deuses.

No entanto, essas considerações só chegariam aos intentos políticos-ideológicos, quando a teologia imperial¹³ mostra-se alicerçada em crenças e princípios nos quais os súditos efetivamente acreditassem. Alcançando essa meta, o governante passa a ser visto não somente com um líder, mas como benfeitor e salvador de toda a humanidade (HIDALGO DE LA VEGA, 1995, p.109).

Percebemos pelo exemplo de Plínio, o Jovem que a custódia de todos repousava nas mãos de Trajano, uma vez que ele fora escolhido pelos deuses. Toda essa posição de respeito, contentamento e proteção auxiliou a alimentar as convicções em torno da figura de Trajano, que nesse contexto passou a ser visto como “senhor do mundo”. Devemos lembrar que, antes mesmo de Trajano chegar ao trono, seu pai natural – Mario Ulpio Trajanus – vislumbrou presságios que já apresentavam a imagem de Trajano como o “senhor de todos”. No entanto, esse posicionamento superior não se embaralhava com a representação de um déspota, uma vez que, em Trajano, esse poder declarou-se como um *vindex libertatis* –remontando à tradição augusta, caracterizando-o como o salvador do *imperium* e da *res publica* (HIDALGO DE LA VEJA, 1995, p.112).

Essas representações estão todas nos apontamentos de Plínio, o Jovem, nos quais se reintegra a imagem de um *princeps* que reforça e respeita as leis – mesmo sendo ele superior a todos – e que, por isso, é reconhecido como uma “síntese do aristocrata pacífico e do chefe militar” (HIDALGO DE LA VEGA, 1995, p.113). Atentamos assim que a apreensão com o “interesse público” era atribuída das indagações levantadas por determinados indivíduos –mesmo em conteúdo referente às tropas –,o que atesta a precisa medida entre o pacificador –respeito às leis –e o chefe militar.

¹³ A configuração de uma *teologia imperial* tem sua máxima assimilação nas monarquias teocráticas do Baixo-Império, nas quais os fatores de caráter mágico-religiosos contribuem para a formação da ideologia política.

Tais características, mencionadas por Plínio, o Jovem e próprias de um *princeps* que honra a todos, estabelecem a tipicidade de uma representação ideal, que se mostra definida por símbolos tanto quanto racionais como carismáticos e religiosos. É com essa mistura de princípios que Plínio, o Jovem edificou a imagem de um soberano, seguindo, como descreve a historiadora Maria José Hidalgo de La Veja, quatro conceitos básicos: 1. a *libertas*; a submissão ao *princeps* às leis; a *adoptio* e, por fim as *virtudes imperiais* (1995,p.125).

Temos o conhecimento que a exaltação de normas ideais colidia nas próprias tensões sociais presentes no período. Desse modo, Trajano buscou dominar essas inquietações com medidas equilibradas, percorrendo normas que levassem a uma imagem de equilíbrio político-econômico, ecoado nos escritos de Plínio, o Jovem. Com resultado, a paz vivida no principado de Trajano devia-se em grande parte à existência daquelas premissas posteriormente citadas.

Na premissa da *adoptio* que diz respeito ao uso das *virtudes imperiais*, que, como observamos, determinam a estimulação de uma imagem modelo e exemplar de um soberano, uma imagem que seja apta de representá-lo, ao menos no âmbito teórico, como indivíduo excepcional a todos (FRIGHETTO,2001, p.81). É com a expressão das *virtudes* que, geralmente, o *princeps* veste-se de carisma e soberania, conseguindo então se assentar entre o divino e o humano. Compreendemos que essa construção virtuosa era uma prática que estava vigente em toda a ideologia política que cingia o *princeps*, visto que muitas das *virtutes* exaltadas em sua pessoa encorajavam e certificavam, nos grupos sociais que o cercavam, a difusão de um culto imperial.

Se adicionarmos a essas quatro premissas, expostas por Maria José Hidalgo de La Veja, as atribuições das *virtutes* definidas por Manuel J. Rodrigues Gervás – “elaborar, formalizar e intensificar a imagem imperial com o objetivo básico de criar uma estrutura política unitária” – notaremos que ambas assinalam na direção de uma utilização das *virtutes* para a constituição de um gênero de culto imperial. Assim sendo, compreendemos que a associação de ambas as ideias assegura uma definição das *virtutes* compatível com todas as esferas do principado romano.

Maria José Hidalgo de La Vega propõe, com o mesmo teor de Gervás, que as *virtutes* “*Tenían, pues, La función de elaborar, formalizar e intensificar la imagen imperial en la perspectiva de ir participando como un factor más en la construcción de una teología política de La realeza*”(1995,p.110). Indiscutivelmente, percebemos que as

teorias da *virtuas* relacionadas ao período do principado romano exibem raízes comuns no que diz respeito à sua definição e a sua aplicabilidade. Observando isso, propomos um apêndice às teorias que apresentamos.

Ao conjecturar essas noções no período por nós estudado, percebemos que seus *cliens*, como Suetônio e Plínio, o Jovem, desenharam o poder efetivado pelos *princeps* Trajano e Adriano, como razoável e tolerante. Ou seja, sempre muito perto da exemplaridade. No entanto, estudos apontam para um possível engano nessa questão. Trajano não só deu continuidade a alguns aspectos da política de Domiciano – extensivamente reprovado por Suetônio e autores contemporâneos a ele – como chegou a aumentar o caráter autocrático do poder. (HIDALGO DE LA VEGA, 1995, p.108). Como tais questionamentos exigem conhecimentos além dos aqui propostos, conduziremos a discussão para a indispensabilidade dos *princeps* buscando subterfúgios através de ideologias que dessem-lhe legalidade para erigir um governo central, singular e diferente. Quase como uma imposição, a contradição entre Trajano e Domiciano era apresentada, de modo favorável a Trajano, através da teologia imperial – a proposta de Maria Jose Hidalgo de La Veja –, com a qual as *virtuas* propiciavam contornos carismáticos ao *princeps* diante da sociedade.

A autenticação está intrinsecamente associada a *virtuas*, uma vez que elas edificam o *princeps* a uma posição de agenciador entre o humano e o divino, muito notada nos cultos imperiais (HIDALGO DE LA VEGA, 1995, p.109). Essa característica religiosa pode ser vista inicialmente nos muitos júbilos e juramentos aos deuses como forma de gratificação pelo amparo que Trajano assegurava a todos. A edificação de estátuas, de algo material, portanto, era uma outra maneira de se mostrar grato: “(...) Peço para que, primeiramente, permita que eu adicione uma estátua tua junto às outras, que irá adornar o templo que pretendo construir (...)”¹⁴. Com resultado, a qualificação otimizada que o envoltório religioso se mostra oportuno cria, voluntária ou involuntariamente, uma *imagem modelar* e exemplar de soberano.

Notamos que é necessário levar em conta que essa ênfase virtuosa era direcionada a um grupo específico, que estivesse distintamente ligado aos círculos de poder. (FRIGHETTO, 2008, p.81). Nesse formato, compreendemos que o uso da *virtuas*

¹⁴ Plínio, *Ep.X*, 8: “(...) *Rogo ergo ante omnia permittas mihi opus quod incohaturus sum exornare et tua statua(...)*”.

poderia ser um “catalisador do poder”¹⁵, já que ao se ostentar de *virtuas*, o cidadão poderia agilizar sua volta ao poder, ao alcançar o *status* cobiçado.

Por fim, delimitamos com maior objetividade a proposta de conceituar as *virtuas* como uma prática política que busca conseguir apoio das classes sociais importantes – no caso do principado de Trajano, basicamente os homens de vida pública e a parcela do exército.

Mesmo que o governante estivesse ratificado com um modelo a ser seguido, ele precisava do suporte dos cidadãos para firmar seu poder. Assim, suas virtudes não seriam somente para adequar o indivíduo como um exemplo de governante divino, mas para alcançar os níveis sociais que o legitimavam.

É significativo notar que definir Trajano como um escolhido de Júpiter – no limiar entre o divino e o humano – termina por afastá-lo da existência prática gozada pelos outros homens. Sendo assim, ao associar essas virtudes à busca de apoio, compreendemos que Trajano necessitava também ser visto como um protetor mais perto dos seus, ou seja, o *princeps* não era somente um emissário remoto, mas sim a expressão do ideal senatorial de *civilis princeps* (NOREÑA, 2001,p.254).

Essa proximidade assegurava mais familiaridade e mais tranquilidade tanto ao *princeps* quanto ao principado como um todo, uma vez que o objetivo de permanecer perto dos homens comuns afastava o *princeps* da imagem de um autocrata. Assim, Trajano, além da categoria de autoridade emanada pelo entendimento senatorial e popular (NOREÑA,2001,p.259), desfruta a profunda aclamação das legiões – *aclamatio pretoriana*.

Portanto, se para o Senado era importante a distinção de um *princeps* ao ideal senatorial, para as legiões era imperioso que Trajano representasse como um modelo militar e como detentor da *victoria*. Essa colocação de governante triunfador era legitimada pela divisão militar tanto pelas práticas em campo de batalha, com a glorificação da *victoria*, como pela convicção e apoio nos assuntos relacionados às particularidades do dia-a-dia dos legionários.

¹⁵ Esse termo foi retirado do texto *A Imagem do Rei nas Fontes Hispano-Visigodas: Aspectos Teóricos*, do Prof. Dr. Renan Frighetto. No contexto original, a função de “catalisador do poder” aliava-se à idealização de um soberano frente a um determinado grupo social: “Uma idealização especialmente pautada por uma série de uirtutes diretamente relacionadas com a tradição clássica e cristã e que tinha por objetivo a construção da imagem do *princeps christianus sacratissimus* que deveria colocar-se como parâmetro modelar para a sociedade hispano-visigoda e, principalmente, como catalisador do poder frente ao corpo nobiliárquico”.(p.83).

Para Rodríguez Gervás

...relata a mudança que o conceito de *Victoria* sofre do período republicano para o imperial romano. No primeiro momento, essa *virtude* ligava-se a uma teologia do triunfo baseada no direito dos auspícios e enquadrada nas instituições, de tal modo que o vencedor mantinha uma espécie de divinização temporal, sempre e quando seu triunfo estivesse dentro de algumas condições, *iustus triumphus*, sendo a primeira de todas a participação pessoal na vitória. Contudo, no final da República e, principalmente, no Principado, sofreu uma mudança significativa, pois passou a referir-se à assimilação da vitória – de qualquer vitória – pelo Imperador que detinha a chefia não de uma campanha concreta, mas de todo o principado, através do *imperium infinitum*. (1991,p.81).

Sendo assim, como as cartas de Plínio mostram um governante junto a seu funcionário – ao *legatus* –, absorto com edificações públicas e benfeitorias senatoriais, também encontra-se, apontamentos da proximidade de Trajano aos ideias militares.

A *auctoritas* é uma definição romana de cunho moral; segundo Engel e Palanque a *auctoritas*:

...define a situação de um homem valorizado pelos seus títulos, pelos seus méritos e pelos deuses que são colocados acima de toda e qualquer rivalidade, Cujos pareceres e iniciativas não são contestáveis. O vocábulo afirma implicitamente ‘a majestade’ que é vedado lesar, e disfarça uma monarquia que não ousa pronunciar o próprio nome (1978,p.13).

Portanto, é este o retrato político e a competência máxima do Principado – ou seja, o autêntico controle político deixado por Augusto e seus sucessores. Seguindo o pensamento de Engel, esta sociedade imperial se sustenta por muitos séculos.

A figura do *princeps* é assim edificada em cima destas influências. A aristocracia divide o poder político com um novo personagem principal, o *homo novus*. (OLIVEIRA, 1996,p.57). Essa figura, no entanto não encena apenas o ideal republicano, sendo assim modelo de atributo estoico e de equilíbrio de caráter.

Suetônio como resultado de sua época, manifesta toda essa efervescência em sua obra, narrando em suas biografias as manifestações dessa movimentação cultural e política nesse período, como o estoico. O autor expõem a vida dos imperadores, relatando o percurso de sucessão imperial e, assim, a legitimidade do sistema político do principado romano.

Diante destes pressupostos contextuais e conceituais será discutida a obra de Suetônio, principalmente no que tange às biografias de César e de Augusto em relação às figuras de Trajano e de Adriano.

CAPÍTULO II

A Construção e Ascensão do Ideal Romano de Princeps

A sociedade romana estava intrinsecamente ligada ao seu passado e origem. A historicidade da consciência romana, antes de tudo, é o elo entre os antepassados e seus descendentes. Por isso ela é tão harmoniosa e tão penetrada pelo tempo, porém no ambiente retratado, I século d.C., a conscientização mantém um caráter profundamente público, não se torna privada ou pessoal. A detentora dessa tradição e de sua perpetuação é a família. É essa família, antes de tudo romana e patricia, que lhes dá o fundamento da vida. A família romana é uma instituição pautada em uma ancestralidade que a une diretamente ao Estado.

A manutenção desse mesmo Estado e seus cargos de domínio eram confiados aos cidadãos romanos representantes de famílias aristocráticas romanas e, ao final da República e início do Império Romano, também famílias provincianas. A consciência pública é uma lembrança concreta e orientada pela ascendência e pelas tradições. A ascendência romana e seu passado glorificado era a representação do ideal de *humanitas* e de *mos maiorum*.

Roma era, no século I de nossa era, uma sociedade há muito matizada de helenismo, no convívio, na religião, no universo mitológico. Assim, os clássicos, cujo sujeito da reprodução (no caso César e Augusto, na obra de Suetônio) é um coletivo que se nutre de um imaginário que, no caso de Roma parece ter-se corporificado nas “virtudes romanas” e que são usadas como referências para os governantes do final do I século e início do II século. A literatura romana do I século d.C. tem profunda conotação política. O estudo da historiografia romana produzida desde o final do I século a.C., passando pelo I século de nossa era e chegando ao início do II século d.C., não representa tudo o que os romanos chegaram a produzir naquele campo de conhecimento; as biografias produzidas no mesmo período são terreno fértil de análise, tanto de seus personagens mais memoráveis como de toda uma sociedade.

A propaganda via obra literária tinha endereço certo: a elite romana formada por uma sociedade patrimonialista, marcada por relações de clientelismo e escravista. É

certo que a população mais humilde raramente tinha acesso às obras, mas recebia informações delas pelas vias de circulação culturais existentes nas complexas relações sociais. Principalmente porque a representação literária dos atos heróicos praticados no passado remoto, muitas vezes em argumentação de que estariam sob orientação divina, acabava por ser reproduzida no presente em relação à figura do *princeps*. Esse modo de veicular a informação acabava por condicionar a sociedade “atomizada”, como Baczko, afirma:

A propaganda difundia [as] imagens com um zelo crescente, permanentemente e em quantidades superabundantes. Elas condicionavam a sociedade atomizada, levando-a a aceitar uma identidade coletiva comandada pela representação de um poder infalível,..., a confiar no salvador carismático e protetor, a conformar-se com o modelo do homem [romano]...dedicado ao poder de seu grande chefe (*ibidem*).

Além da produção literária, os romanos tinham como suporte para essa construção a realidade concreta, cercada principalmente por um aparato cerimonial complexo e utilitário. Nesse aparato cerimonial, o que mais chama atenção são as representações religiosas e suas interpretações que também estão presentes na literatura.

1. A Biografia como fonte e sua intenção historiográfica

Suetônio reflete o pensamento geral existente nos círculos intelectuais romanos. A construção de suas biografias mostra bem esta ideia se observarmos que elas estão divididas em duas partes bem distintas. A primeira parte corresponde ao período em que o biógrafo desenvolve o discurso sobre as virtudes do imperador. Para tanto, se vale das práticas divinatórias na exaltação das ações dos imperadores. A segunda parte é construída com o discurso sobre os vícios e os defeitos morais e psíquicos do governante. Em resumo, as duas partes em que se divide o texto são produzidas sobre as bases do maniqueísmo -entre o bem e o mal -muito ao gosto do público literário romano da época de Suetônio, vale dizer, da elite dirigente romana na época de Trajano e de Adriano.

Vale ressaltar que entre os doze biografados, deve ser dado destaque às biografias de César e de Augusto que fogem a estes princípios narrativos. Esta dicotomia entre o início e o fim de suas vidas públicas é atenuada, pois estes dois

governantes, no final do Século I d.C., são as imagens representativas do ideal de governante romano.

Em *De Vita Caesarum*, Suetônio torna-se biógrafo de um personagem tipo: o imperador. Sua obra é uma narrativa de grande expressividade estética e de um grande colorido, já que é um biógrafo único ao narrar e personificar seus biografados com suas fragilidades e inconstâncias. Ao retratar o personagem imperador, Suetônio instala atração ao cenário por ele retratado, a sociedade aristocrática de Roma.

No entanto, restringimo-nos a analisar a vida de seus dois primeiros biografados: Caio Júlio César e Caio Otávio Augusto. Obteremos assim suas representações literárias idealizadas, uma vez que buscam o ideal de governante e líder. Como tais representações são fortalecidas pelas especulações de suas origens míticas, aliadas pela busca pessoal de seus biografados na construção desse ideal.

Atualmente, há uma importante produção historiográfica sobre o império romano. A partir do século XIX, tem sido possível compreender a extensão do domínio romano pelo mundo antigo expressos na historiografia. Recursos os mais variados têm sido apresentados ao historiador, como as descobertas arqueológicas, o que vêm consubstanciando as informações necessárias à compreensão dos mecanismos fundamentais do Império (OLIVEIRA, 2001).

Segundo Schimidt (2002) “a pertinência desses estudos transcende o âmbito universitário e enseja o debate sobre a questão mais ampla: qual o papel do indivíduo na história e na sociedade contemporânea?”.

Nessa perspectiva, enxergamos o papel do biógrafo e de seu biografado. O primeiro necessita primeiramente reunir o maior número possível de informações, sobre seu biografado, a fim de obter a verdade eminente a seu personagem histórico: as suas – se houve – memórias, seus grandes feitos, seus contemporâneos e suas opiniões sobre o personagem analisado, bem como o contexto histórico em que ele está inserido, entendendo assim o decorrer de suas escolhas e decisões. Buscando aproximar-se tanto quanto possível da verdade viva de cada personagem, com o máximo de precisão e integridade.

Para Jean Orioux (1989) “a vocação do biógrafo pressupõe a existência prévia de uma cultura histórica geral e um certo conhecimento do personagem – conhecimento correto ou não, mas que situa esse personagem”.

O biógrafo, independente do contexto em que está inserido, como vimos acima, tende a interferir em sua obra, querendo ou não. Assim vemos que da simples informação, há uma recriação de personagem, sendo ela objetivada por motivos políticos, ideológicos ou puramente sentimentais, eis o papel do biógrafo: retratar um personagem e interpolá-lo com suas considerações. É dessa vivência que nasce a biografia.

Jean Orioux (idem) afirma:

“...Podemos permitir-nos falar de uma arte da biografia. Não se trata já de adquirir conhecimento, mas de transformar conhecimentos mortos num homem vivo. Entra agora em jogo as afinidades, as instituições, às revelações –o que de forma alguma significa fantasia. Pelo contrário, a intuição só é válida se contribuir para prolongar, sem trair, a verdade histórica e psicológica do herói”.

Nas formas biográficas da época helênico-romana há uma inversão que excluiu o futuro. A juventude é tratada como uma antecedência da concretização da maturidade. A base do jovem é a sua essência como homem completo normatizada pela consciência pública, há uma dinâmica nessa situação somente pela luta de tendências e emoções e pelo exercício da virtude em si. É por isso que a unidade dessa coesão do homem tinha um caráter público, ela refletiria o espelhamento das suas virtudes nas dos seus antepassados, tornando-se assim o ideal do homem público, para si e para Roma.

Nesse contexto a biografia de Suetônio baseia-se na análise de um material biográfico específico: a vida social, a vida familiar, comportamento na guerra, relações de *amicitia*¹⁶, máximas dignas de lembranças, virtudes, vícios, aparência exterior e hábitos. É uma análise instituída através de rubricas. Dessa forma, a série biográfica temporal está quebrada. Estes pressupostos serão usados para a análise de Suetônio.

Para Oliveira:

Do ponto de vista histórico, a *amicitia* é uma reminiscência do período republicano adaptada às condições exigidas pela organização da monarquia imperial e marca bem as relações pessoais do *princeps*. No período republicano, a *amicitia* era caracterizada como a relação de indivíduos de

¹⁶ Segundo Oliveira (1996, p.115) Do ponto de vista histórico, a *amicitia* é uma reminiscência do período republicano adaptada às condições exigidas pela organização da monarquia imperial e marca bem as relações pessoais do *princeps*. No período republicano, a *amicitia* era caracterizada como a relação de indivíduos de uma mesma classe social ou, pelo menos, com uma posição social não muito diferente, e na relação *patronos-cliens* quando havia uma grande diferença nos respectivos poder, prestígio e fortuna. A principal característica da *amicitia* é o prestígio pessoal que o cidadão tem junto a *domus* imperial e ao Senado. O tratamento dispensado dentro do “círculo de amigos” tem uma conotação familiar, as pessoas que dele faziam parte eram tidas como *familiares princeps*, e essa forma se estendeu também aos “amigos” dos Senadores e dos eqüestres adotando-se o mesmo tratamento. Essa organização se torna cada vez mais ampla e é na amizade pessoal do príncipe que nascem. (1996, p.115)

uma mesma classe social ou, pelo menos, com uma posição social não muito diferente, e na relação *patronos-cliens* quando havia uma grande diferença nos respectivos poder, prestígio e fortuna. A principal característica da *amicitia* é o prestígio pessoal que o cidadão tem junto a *domus* imperial e ao Senado. O tratamento dispensado dentro do “círculo de amigos” tem uma conotação familiar, as pessoas que dele faziam parte eram tidas como *familiares princeps*, e essa forma se estendeu também aos “amigos” dos Senadores e dos equestres adotando-se o mesmo tratamento. Essa organização se torna cada vez mais ampla e é na amizade pessoal do príncipe que nascem. (1996, p.115)

1.1. O Biógrafo Suetônio

Gaius Suetonius Tranquilus, nasceu em Roma, provavelmente no ano 69 d.C., notabilizou-se como biógrafo e testemunha da moral e política da sociedade romana. Pertencente à classe dos cavaleiros, os *equites*¹⁷, intermediária entre as grandes famílias patrícias e as classes baixas, foi cliente do escritor Plínio o Jovem, de quem foi contemporâneo e amigo, recebeu boa educação em leis e na juventude exerceu o posto de tribuno militar e obteve o “*ius trium liberorum*”. Exerceu a advocacia nos tribunais de Roma e durante algum tempo foi um dos secretários imperiais sob o governo de Trajano (98-117).

Depois da morte Plínio, o Jovem –trabalhou para Septício Claro e, com a ascensão de Adriano como imperador (117), nomeado secretário particular do imperador “*magister epistularum*” era o responsável pela correspondência do imperador *ab epistolis* (121-122), entrou para a *domus* imperial como encarregado da biblioteca imperial e arquivo, sendo também conselheiro cultural.

Na função de encarregado da biblioteca imperial no governo de Adriano, consultou os arquivos imperiais que estavam à sua disposição. Morreu em Roma e sua celebridade deve-se principalmente às obras como: *De Ludis Grecorum*; *De Spectaculis et Certaminibus Romanorum*; *De Anno Romano*; *De Nominibus Propriis et de Generibus Vestium*; *Dr Roma et ejus Institutis*; *Stemma Illustrium Romanoru*; *De Claris Rhetoribus*; *De viris illustribus*, sobre as vidas dos mais importantes autores romanos,

¹⁷ Ordem eqüestre romana, formava a mais baixa das duas classes aristocráticas romanas, estando abaixo da Ordem Senatorial.

como as biografias de Horácio e Virgílio, e *De Vita Caesarum*, a mais importante de suas obras.

Suetônio, da ordem dos equestres é fruto de uma nova ordem instituída, desenha um molde a ser seguido que -assenta-se numa tradição diversa da historiografia. Tácito, contemporâneo de Suetônio, -comprometido com a história analítica romana do século I, acabou de finalizar os *Annais*; Suetônio, que convive nos mesmos círculos sociais de Tácito, segue o caminho da biografia, gênero de ordem mais simples, porém, mais adequado ao governo de um homem só. Ao analisarmos as características do trabalho de Suetônio, vimos que são frutos de um desenvolvimento que já ocorre ao longo da literatura Greco-latina. Entre os que anteciparam a biografia, podemos contar, além da saga heróica, o lirismo que se destacam no tratamento a uma personalidade: cantos fúnebres, hinos, elegias. Discursos e cantos fúnebres só reforçam as possíveis biografias.

De Vita Caesarum é uma coleção de biografias, de Júlio César e dos onze imperadores até a morte de Domiciano, organizadas por tópicos: antecedentes familiares do imperador, carreira antes da ascensão ao trono, ações públicas, vida privada, aparência, personalidade e morte, recheadas de avaliações críticas, humorísticas e ridicularizantes, que tiveram grande popularidade na Idade Média e no Renascimento, principalmente as anedotas, muitas delas baseadas em rumores ou simples boatos.

Para Desbordes:

Nos textos dele que ainda possuímos (...), vemo-lo tirar proveito de uma documentação que suas funções lhe tornaram acessível: assim, deve ter tido em mãos, particularmente, um importante dossiê de cartas e textos de Augusto. Vemo-lo, também, extremamente atento às particularidades da escrita, de uma perspectiva que seria hoje a do paleógrafo: destaca traços curiosos nos autógrafos de César e de Augusto (...) Podemos admitir que Suetônio, *scholasticus* que escrevia para outros amadores de velhos livros, compusera um repertório explicativo dos sinais críticos utilizados na anotação dos textos, sinais de escrita rápida e da decodificação da correspondência. Suetônio não era um teórico da envergadura, mas havia, sem dúvida, sentido a unidade dessas diferentes espécies de sinais, de *notae*, distintas das *litterae* comuns: significar sem passar pela representação direta do que se ouve no oral. (1990, p.38).

Em seu trabalho, Suetônio, admirador de Augusto, pinta-lhe um retrato entusiasmático, estimulado pelos seus imperadores contemporâneos – Trajano e Adriano -louvando-o claramente.

A historiografia romana encontra em Suetônio (69-141 d.C.) o representante de uma nova ordem vigente na biografia. Em seu texto, o autor desenvolve uma metodologia onde há o abandono do esquema produzido até então no gênero e adota uma variedade de ações públicas e privadas. (SOBRAL, 2007).

O autor tem uma técnica assinalada pela sua falta de fidelidade às fontes, embora utilizando-as. Suetônio retrata os vícios e as virtudes dos imperadores, e principalmente, através da sua representação da sociedade romana, suas bases políticas, sociais, étnicas e religiosas que demonstra um mundo na virada do I século para o II século de nossa era.

As biografias de Júlio César e Augusto têm papel importante no corpo desta obra por representarem uma idealização política de imperadores para o final do I século d.C. e início do II século d.C.. Embora o primeiro jamais tivesse sido imperador, suas imagens biográficas representam um ideal de governante e militar supostamente representado com perfeição pelos personagens e evocado nos tempos de Suetônio. No caso de César mais como de militar e no de Augusto como idealizador do Império e de sua política de manutenção e instituição da *pax romana*¹⁸. Essa identidade de papéis civis e militares existiu. Fato notável é como o princípio foi mantido com tanta tenacidade (FINLEY, 1985).

É desta forma, portanto, que se justifica esta pesquisa com o intuito de entender as construções ideais dos governantes presentes no período da formação do Império Romano em um contexto em que as tradições romanas devem ser reforçadas na visão da aristocracia de Roma. Aristocracia esta com uma nova roupagem e em busca de uma nova identidade, principalmente no período dos imperadores Trajano e Adriano, primeiros imperadores provincianos.

1.2 A propaganda política e a biografia

¹⁸ Longo período de “relativa” paz experimentado pelo Império Romano e idealizado por Augusto, iniciado quando Augusto declarou o fim das guerras civis e terminado no governo de Marco Aurélio, em 180. Expressão que continha o sentido de segurança, ordem e progresso para todos os povos dominados por Roma, obtido através da força das armas e pelo autoritarismo.

Ao estudar a trajetória de construção dos personagens César e Augusto, torna-se imprescindível a análise do papel ideológico da religião e suas manifestações rituais e míticas. Assim, ao estudar a figura do general e do *princeps* busca-se entender a profundidade das tradições e representações para a sociedade romana no final do século I a. C. e a remissão às práticas políticas e religiosas do século I a.C., período final da República romana. Roma era uma sociedade em que a moralidade obtinha argumentos tirados da velha moral cívica pautada no que os romanos identificavam como *mos maiorum* e *humanitas* (ARIÉS, 1989; VEYNE, 1992).

É certo que a população mais humilde raramente tinha acesso às obras, mas recebia informações delas pela via das relações sociais desniveladas. Principalmente porque a representação literária dos atos heróicos praticados no passado remoto, acabava por ser reproduzida no presente em relação à figura do *princeps*. Esse modo de veicular a informação acabava por condicionar a sociedade “atomizada”, como quer Baczko, uma vez que:

a propaganda difundia [as]imagens com um zelo crescente, permanentemente e em quantidades superabundantes. Elas condicionavam a sociedade atomizada, levando-a a aceitar uma identidade coletiva comandada pela representação de um poder infalível, ..., a confiar no salvador carismático e protetor, a conformar-se com o modelo do homem [romano] ... dedicado ao poder e ao seu grande chefe (1985,p.329).

O arcabouço ideológico fundava-se na estrutura de propaganda que buscava construir a imagem do *princeps* infalível, semideus, futuro *divus* e justiceiro. Além do mundo das idéias e das palavras, representado pela literatura, os romanos tinham ainda como suporte da construção dessa imagem, no plano da realidade concreta, o Senado, os generais e as forças militares e, principalmente, um aparato cerimonial complexo e utilitário, capaz de manter as categorias de valores morais nos patamares desejados pelo poder constituído.

Sobre Augusto:

Tinha rara beleza e foi muito atraente ao longo de toda a sua vida. No entanto, prescindiu a qualquer adorno e a tal ponto era descuidado com os cabelos que se prestava muito rápido e ao mesmo tempo aos cuidados de vários barbeiros, e raspava ou aparava a barba enquanto lia ou mesmo escrevendo. Tinha feições tão tranquilas e serenas quando falava ou se calava, que um dos nobres gauleses declarou aos camaradas ter sido de tal modo envergonhado e abalado por sua presença que, ao aproximar-se dele a pretexto de conversar, não o jogou de um precipício durante a travessia dos Alpes como determinara-se a fazer. Possuía os olhos claros e brilhantes: chegava mesmo a desejar que se julgasse possuir eles uma espécie de força

divina, e alegrava-se caso, a alguém que o olhasse mais fixamente, fizesse baixar o rosto como que diante do brilho do sol (SUETÔNIO, Aug. 89.1).

No que diz respeito aos anseios de mudança em relação à figura do *princeps*, pode-se notar que o biógrafo romano também, ao elaborar as biografias, não nega e até reforça a origem do imperador marcada por uma forte dose da influência de divindades que intervêm em suas personalidades. Esta necessidade de mudança das imagens imperiais é pautada na memória recente dos romanos em relação aos Flávios (Vespasiano, Tito e Domiciano) principalmente a Domiciano que personificou o imperador tomado pelos vícios e pelo desrespeito à aristocracia romana. Nas biografias de Suetônio, pode-se destacar também Nero como o *princeps* tomado pelos vícios.

A biografia romana é rica exatamente por dispor de uma documentação peculiar e única de seu biografado. Ela passa pela tradição oral familiar, memórias, até mesmo correspondências, mesmo que essa seja escassa e rara. Através dela conhecemos não só uma pessoa, mas uma época e toda a sociedade em que ela viveu. (OLIVEIRA, 1998).

2. A biografia de Suetônio e a sociedade romana

O caráter do biografado e suas particularidades são escolhidos por acontecimentos distintos ocorridos em épocas diferentes de sua vida, como comprovação de determinado traço é dada um ou mais exemplos da vida desse personagem. O princípio base aqui é a entidade do caráter, sob o ponto de vista do qual o tempo e a ordem das manifestações são diferentes. Já as primeiras manifestações desse caráter, determinando os contornos firmes dessa entidade, dispõem-se no seu interior, seguindo uma ordem sistemática. Suetônio têm grande representatividade sobre essa forma biográfica, que têm caráter essencialmente público. Na antiguidade, encontramos o início de um processo de privatização do homem e de sua vida. (BAKHTIN, 1988).

Suetônio não segue efetivamente um modelo rigoroso, o que se pode perceber em sua narrativa biográfica onde o cenário político é o maior referencial na maioria dos doze biografados. O autor trata os imperadores como seres humanos comuns que vão enredando práticas exóticas, inusitadas e criminosas.

É necessário entender que os historiadores são frutos de seu tempo, e assim, não deixam o seu presente fora de suas análises sobre o passado. As biografias e narrações de vida há muito tempo vem sendo contadas, o fato é que o interesse do historiador sobre esse tipo de narrativa se acentuou. Podemos atribuir este interesse aos movimentos da sociedade e ao desenvolvimento das disciplinas que estudam o homem em sociedade (BORGES,2005).

“Existe, portanto uma história da história que carrega o rastro das transformações da sociedade e reflete as grandes oscilações do movimento das idéias. É por isso que as gerações de historiadores que se sucedem não se parecem: o historiador é sempre de um tempo, aquele em que o acaso o fez nascer e do qual ele abraça, à vezes sem o saber, as curiosidades, as inclinações, os pressupostos, em suma, a “ideologia dominante”, e mesmo quando se opõe, ele ainda se determina por referência aos postulados de sua época” (RÉMOND: 1996).

Nas últimas décadas, quebrou-se o estigma de que as biografias e autobiografias sejam um gênero inferior a História. História ou ficção, o fato é que a biografia tem suscitado muitas indagações, justamente porque não se consegue distinguir perfeitamente a tênue linha que separa a História da biografia.

É verdade que a maioria dos biógrafos tenta dar sentido à vida do biografado, um sentido artificial, passando por cima das lacunas que os documentos deixaram. Acreditando que a vida apresenta essa ordenação cronológica tão perfeita, à base de ações e reações, onde o futuro do biografado necessariamente foi consequência de seu passado, e nesse ínterim nem a sorte nem a genialidade do biografado interferiram em sua própria vida (ZIEGLER, 2009). Neste aspecto, a análise das biografias de Suetônio é propor o estudo de um elemento que promove a estrutura narrativa das biografias deste autor. Portanto, para o autor, a melhor forma de se fazer biografia é inserir o biografado em campos e analisá-los (ZIEGLER, 2009).

Outro elemento a ser destacado é que a biografia prosperou nos períodos helenístico e romano quando os escritores davam estilo biográfico a tudo quanto se relacionava a todos os tipos de pessoas (MOMIGLIANO: 1988). Porém, era comum que os biógrafos pouco soubessem sobre a vida de seu biografado ou se utilizassem de outras fontes, assim a arbitrariedade com que os biógrafos escreviam constituía um problema, e um motivo para a biografia ser desmerecida, já que se pensava que os biógrafos não se preocupavam com a narrativa verdadeira dos acontecimentos (ZIEGLER, 2009).

É nesse aspecto que deve ser vista a construção das biografias de Suetônio para que possam ser analisadas como fontes historicamente construídas a partir de um determinado contexto do biógrafo e não de seu biografado já que muitos deles distanciavam-se temporalmente e “documentalmente” do período em que esta obra, *De Vita Caesarum* foi escrita.

Quando nos deparamos com os diversos romances históricos sobre o Império Romano, reconhecemos frequentemente ecos de Suetônio –O autor da *De Vita Caesarum*, torna-se fonte obrigatória para o período determinado pelo início do Principado até final do século I d.C. Diferenciando-se do método usado pela historiografia latina, seja no conteúdo, seja na fórmula, observando um esquadramento centralizado mais nas características do que em uma linha cronológica, Suetônio dá a sua opinião sobre cada governante com um vasto leque de curiosidades e anedotas, que fazem a alegria dos leitores de diversos períodos e fornece ricas informações aos historiadores modernos.

Ao escrever a *De Vita Caesarum*, Suetônio está consciente do caminho que percorre: historiografia e biografia representavam modelos diferentes de abordagem. A historiografia na antiguidade mostra-se descontextualizada ao tratamento do governo dos imperadores. Se, no período da República, faz-se história em decorrência da anuidade dos cônsules, no Império, a unidade governamental é ditada pelo tempo de duração do governo de cada *princeps*. Se, no período da República, instituíam-se o registro dos acontecimentos e feitos ocorridos na e pela comunidade do Senado, com o nascer do Império surge e desenvolve-se o protagonismo da figura do *princeps* daquela comunidade: o *princeps*, torna-se o principal agente da história, com suas qualidades e defeitos, e o registro biográfico toma seu espaço naturalmente.

É graça aos peripatéticos¹⁹ que a biografia teve seu aperfeiçoamento. Esse tipo de obra concentra-se na análise dos tipos humanos, toda a sua caracterização torna-se mais objetiva: uma verdadeira biografia formal. Entre seus seguidores, a biografia obedece um esquema, quase que totalmente imutável: nascimento, juventude e caráter, realizações e morte, sendo esses momentos acompanhados de profunda reflexão moral.

Apesar desse tipo de biografia ter uma tendência bem realista, é de se acreditar (com base em preceitos modernos) que essa mesma biografia valoriza pouco a

¹⁹ A Escola Peripatética, surgiu na Grécia e seguia os ensinamentos de Aristóteles, seu fundador. A escola sempre teve uma tradição empírica, –em oposição à Academia platônica, mais especulativa.

cronologia e o contexto, por ter em grande parte de seus relatos grande destaque para piadas, anedotas e divagações que estão presentes na obra apenas para divertir o leitor, já que aceita material e fontes duvidosas para dar crédito a essas “fofocas”. Toda a narrativa e seu texto maravilhoso em torno do nascimento, como um prelúdio fantástico do futuro, torna-se lugar comum, transmitido acriticamente. Sendo assim, não era necessário rigor histórico, nem tão pouco ele era essencial.

No entanto, a escola peripatética tem como mérito o desenvolver da biografia, pois delinea seus métodos e apontamentos. Também torna-se essencial saber que essa biografia, transmite toda a relevância sobre a cultura humana e discute as fontes e as influências dos filósofos e homens letrados nesse gênero literário.

Como gênero, a biografia existe desde os tempos de Caio Graco. Mas, como nota Momigliano, (1993,p.14), “ –o que existia na antiguidade era a noção de vida: a palavra “autobiografia” é invenção moderna”. Para os romanos era comum escrever-se sobre *De Uita sua*. Proliferaram os *Commentarii de uita sua*, durante o período que se estende desde a República até o Império. Os *Commentarii* de Júlio César galgam os passos da fama pela sua proeza literária e qualidades. Porém , também Augusto as compõe, além de seu famoso *Res gestae*, treze livros de seu *De uita sua*. A biografia memorial de um *protector*²⁰, de um amigo ou de um familiar é vista em Roma como uma forma de *laudatio*²¹.

Há muito tempo as tentativas para emoldurar-se um modelo da biografia suetoniana tem trazido à tona diversas teorias. No entanto, parece lógico supor que Suetônio seja herdeiro de uma longa tradição, e que tenha como modelos elementos tanto tradicionalmente gregos como romanos, como conhecedor da cultura helênica escreveu documentos em grego, mas prezava acima de tudo a restauração dos antigos costumes romanos.

Seguindo a linha da tradição peripatética, Suetônio escreve para moralizar e divertir. Promove em sua obra uma bagunça estudada e generalizada ao misturar capítulos relativos à vida privada com os da vida pública e os que seguem ordem cronológica com os de caráter sistemático. Plutarco segue do lado grego toda essa versatilidade e erudição aplicada à história de grandes políticos romanos. Cabe a Plutarco, no prefácio de seu Alexandre, elucidar as diferenças entre historiografia e

²⁰ Patrono, cujo papel era ajudar com recursos.

²¹ Oração que honra e exalta a memória do morto.

biografia: enquanto uma relata as grandes investidas, a biografia detêm-se à fatos individuais, como uma simples palavra ou gesto –fatos que historicamente são de pouca importância, más mais importantes para elucidar o caráter do que batalhas, campanhas militares, sítios à cidades. Assim Plutarco redime-se das omissões de certos fatos históricos com a necessidade da seletividade e de ater-se ao essencial, as características individuais de cada biografado. Partilhando assim, essa contingência com Suetônio.

Portanto, como já foi dito, a biografia revela-se, gênero imprescindível para historiar o governo da Roma Imperial, já que uma vez, em suas linhas e análises vemos o caráter do *princeps*, suas virtudes e vícios, já que no Estado havia a concentração das instituições na figura do imperador, e assim refletem a condução da história.

...com o Império, tornava-se impraticável respeitar o princípio da biografia de Catão de fazer história dos acontecimentos sem nomear os protagonistas (BRANDÃO,2009, p.23).

Suetônio, não é um escritor de histórias, mas sim da vida e porque não dizer, torna-se um criador de figuras históricas. O que mais nos importa, no entanto é, entender como o biógrafo organiza e forma esse conjunto de informações sobre os imperadores que serão apresentadas ao leitor. Trata-se, obviamente de um relato histórico, uma vez que mesmo escassas, tendenciosas, as fontes e suas óbvias e claras citações, dão embasamento às afirmações de Suetônio. O relato e toda a sua espinha estrutural, funcional e adequada, não é subjugada à cronologia, más aos diversos aspectos, os quais sofrem divisões por tópicos, da personalidade de cada biografado. Suetônio não está subserviente aos fatos históricos: antes de tudo, à favor da criação de seus personagens, a narração dos grandes acontecimentos históricos reduz-se sim, antes de mais nada a favor deles.

O autor retrata Augusto como homem justo e divino, e que guerreava somente por causas justas e necessárias, salientando sempre as qualidades do *princeps*:

Não levou a guerra povo nenhum sem justas causas ou necessárias e a tal ponto esteve alheio ao desejo de aumentar seu poder ou sua glória militar, que obrigou alguns príncipes de nações bárbaras a jurarem no templo de Marte Vingador que lhe permaneceriam leais e dentro dos limites de paz que rogavam (SUETÔNIO, Aug.31.3)

Percebe-se algumas vezes a rejeição que Suetônio tem a fontes anteriores, assim o autor, ao distanciar-se dessas fontes, insere um novo tipo de fonte: as memórias familiares, e é exposto também pelo autor, seu gosto por documentos arqueológicos.

Basicamente Suetônio transcreve e mistura todo tipo de fontes e de todos os gêneros: documentação particular ou pública, boatos, relatos de espectadores oculares, cartas familiares. Nos mostra provas arqueológicas, lugares, estátuas e inscrições. Aparentemente, o autor cita esse tipo de fonte para refutar opiniões adversas –sejam elas nítidas, como a de Plínio, o Jovem, ou negligenciadas, como algumas fontes discrepantes e que refletem-se nos textos de Plutarco e Tácito –, quando acredita que o assunto é polêmico, quando é menos conhecido ou quando quer transformar em provável uma afirmação. Suas fontes podem ser desconhecidas: não é prioridade a indicação do nome. Mas os autores citados são todos do tempo de César e Augusto.

Não buscamos nesse estudo comparar Suetônio e seu estilo ao de Tácito, são dois gêneros diferentes. Na escrita de Suetônio, não procuramos os ornamentos oratórios, presentes em poeticismos e arcaísmos. O mais relevante para nós não é saber o que Suetônio não é, e sim o que ele é. O biógrafo tem um estilo conciso, no entanto singelo. Mas tem características que um historiador evitaria: usa expressões em grego, cita literalmente os documentos e inclui um vocabulário técnico em sua obra.

No tocante ao vocabulário técnico, o biógrafo mostra-se conciso. Pertinente são as condições que se relacionam com a sua atividade de funcionário imperial e com a administração do Império. Muitos desenvolvem uma transliteração do grego aspirando à precisão, não a uma promoção do estilo. Suetônio desenvolve o contrário da prática ficcional dos historiadores: escolhe mencionar documentos ao pé da letra. Usa, com vimos, várias cartas de Augusto e de Cícero, discursos, *acta*²², editos, versos ditos nos triunfos.

Os tópicos das rubricas determinam assim o nível de linguajar a se usar. O autor não desenvolve assim discursos longos e demorados, introduz, porém, ditos célebres, frases corriqueiras que tornam as situações mais verdadeiras e autênticas. Acaba, em alguns trechos, até mesmo a dar palavra aos protagonistas, desenvolvendo algo como um diálogo.

Temos três elementos que destacam o narração dramática, o relevo, o movimento e a *mise en scene*²³, deparamo-nos aqui com o terceiro. Realçamos que, no tocante das estruturas, Suetônio capta a arte *mise en scene*, isto é, com um olhar a

²² Documentos oficiais do império.

²³ Expressão usada para descrever os aspectos em cena, o que essencialmente significa “tema visual”, colocar em cena, encenar.

destacar o dramático, apresenta singularmente os fatos decisivos. Constatamos assim que há desenvolvimento dramático ao longo das *De Vita Caesarum*.

3. Política, Poder e Mito em Roma no século I e II d.C.

Na representação literária do século I e II d.C, período em que está inserida a obra de Suetônio, a literatura é cercada por ideais fundamentais, imaginado e idealizado pelo homem romano tendo como principais conceitos a *res publica*²⁴, a *libertas*²⁵ e o *mos maiorum*.

Suetônio perpetua a figura romana do imperador e do tempo em que viviam. Sendo levado até mesmo a predileções e depreciações de alguns personagens, atitude embasada em sua situação política, pessoal e de seu grupo. Suetônio, junto com outros autores do período, como Plínio, o Jovem, critica abertamente a figura de alguns *princeps*. Uma das teses levantadas para o seu estudo é de que este autor promove a propaganda política para a elite romana, e é criando representações do bem e do mal que o autor, como muitos outros, critica e analisa a figura dos imperadores. Essa estrutura ideológica buscava construir a imagem ideal do *princeps*.

Ao construir essa imagem de governante ideal, Suetônio nos mostra nas biografias de César e Augusto grandes qualidades de ambos em relação a seus contemporâneos, sobre César:

Diz-se que discursava com voz penetrante, com movimentos e gestos incisivos e muito fascínio (SUETÔNIO, Jul.55.4).

²⁴ De acordo com o conceito ciceroniano, *res publica* serve para indicar o princípio subjacente ao povo ou a uma comunidade que habita um território comum. Assim, o "bem" ou "interesse comum" deve ser concretizado no âmbito da ação política. O bem comum representa o que é público, ou seja, pertencente a todos em comum, em contraposição aos interesses particulares próprios da vida privada ou doméstica. O conceito de *res publica* formulado por Cícero se compõe de princípios idealistas e utópicos. Cícero não se importava com as formas de governo, mas sim com o princípio norteador que deveria guiar o governante, ou seja, o bem comum. Na perspectiva ciceroniana, não importa se o governo assume a forma de monarquia (poder de um só homem; neste caso, o rei), aristocracia (poder de um grupo de homens) ou democracia (poder do povo). Para Cícero, o governo ideal ou justo é aquele que respeita a lei em conformidade com o interesse e bem comum. Ele contrapunha a república não à monarquia, à aristocracia ou à democracia, mas aos governos considerados injustos, ou seja, aqueles que não se guiavam pelo bem comum.

²⁵ Liberdade política plena do cidadão romano diante da *Res Publica*. Esta idéia se contrapõem à figura do *ditactor* existente e que acabou sendo vinculada à idéia de Monarquia.

Como orador ou militar igualou ou superou a glória dos mais eminentes. Após o processo contra Dolabella foi incontestavelmente incluído entre as maiores expressões dos tribunais (SUETÔNIO, Jul.55.1)

Neste aspecto, é a presença constante da tradição romana e a sua religiosidade, na sociedade romana do I século, que embasou a construção de um mundo de acordo com o seu ideal e de como as pessoas deveriam vê-lo. É através desses princípios ideológicos, políticos e religiosos que atua Suetônio na constituição de sua obra *De Vita Caesarum*.

Com as épocas helênica e romana, há o início de um processo onde há a transferência de esferas da existência do próprio homem para fora de si mesmo, e que torna-se uma exteriorização realizada numa coletividade, e por isso a coesão dessa extroversão tinha um caráter público (BAKHTIN, 1988).

A obra proporciona ao leitor uma macrovisão da cultura romana e de suas bases, e ao analisarmos, devemos lembrar que a biografia não é somente a reconstrução de uma vida humana, mas um referencial, um texto de comportamento moral e social de um indivíduo.

No século IV, o homem não é visto mais como elemento do Estado, porém, mais como indivíduo: o realismo da arte de Praxíteles e Lisipo reflete esse novo comportamento. As escolas de retórica e as escolas filosóficas desenvolvem a arte de falar do indivíduo, seja ele um terceiro, ou seja ele o próprio sujeito da enunciação. Os retóricos exploram o *encomium*; os filósofos, a biografia idealizada de monarcas e filósofos (MOMIGLIANO, 1993, p.102).

A grande inovação de *De Vita Caesarum* é a adoção de uma variedade de ações públicas e privadas dos biografados, e sua irreverência, sem nenhuma garantia de fidelidade irrestrita das fontes. Suetônio adota uma variedade de ações públicas e privadas dos biografados, atuando como mediador dos vícios e das virtudes dos imperadores.

A biografia nos torna imortal uma representação que é efêmera, a representação física e psicológica do imperador. Contudo, o advento da transformação em veículo manipulatório e de transmissão de ideias filosóficas e políticas heterodoxas acaba tornando-se perigoso durante o império. Suetônio, o primeiro escritor latino a aplicar a biografia aos imperadores, termina a *De Vita Caesarum* com um julgamento moral favorável aos Antoninos, sendo essa uma forma de transmitir a mensagem de sua obra de forma mais segura, já que havia o perigo de escrever uma palavra errada, de ser mal

interpretado e ser vítima da reação imprevisível de um imperador, ao analisar os seus antecessores. No entanto, a *libertas*, vista com relativa forma de expressão, é, para Suetônio, um dos pontos sempre pesados na avaliação dos imperadores à sua obra.

Acima de tudo, mais do que prender-se a um ou dois modelos, a esse ou aquele modelo, o autor sobressai a biografia greco-latina, com a evolução do governo da Roma imperial do primeiro século d.C., nasce assim a *De Vita Caesarum*. Sendo até hoje considerada o parente pobre da historiografia, Suetônio perde, na inevitável comparação com os grandes e geniais historiadores, como Tácito. E normalmente, costuma-se fazer uma abordagem histórica da participação e influência do biógrafo, o que leva a obra de Suetônio, a deixar de ser estudada por completo e ser mais desmembrada até do que deveria.

Como já foi dito, Suetônio não escreve uma história, mas utiliza-se de figuras históricas na sua *De Vita Caesarum*. A quantidade de detalhes biográficos dá vivacidade ao texto. O autor parece lançar mão da erudição para cativar o leitor. A constituição física do relato prática e adequada, subordina-se não à cronologia, mas as diversas características, divididas por tópicos, da personalidade de cada um dos biografados. Suetônio não é servil aos fatos históricos: é através da descrição de cada personagem que a narração dos grandes acontecimentos está subordinada.

Aos dezesseis anos perdeu o pai. Designado flâmine de Júpiter durante o consulado seguinte, divorciou-se de Cossúcia, moça de família equestre, mas particularmente rica, da qual ficara noivo. Casou-se com Cornélia, filha de Cina, por quatro vezes cônsul, da qual em pouco tempo lhe deu Júlia. De modo algum o ditador Sila conseguiu forçá-lo a que a repudiasse. Em vista disso teve cassado o sacerdócio, o dote da esposa e as heranças familiares e foi considerado do partido inimigo (SUETÔNIO, Jul.1.2)

Esses grandes eventos elucidam as várias características do biografado: é através dele que exclui ou seleciona-se a seleção de material. Pois bem, Suetônio não duvidará em repetir ou desmembrar os acontecimentos, em dar-lhes um valor acima da média a acontecimentos menores, fazer com que certos feitos sejam vistos como *exempla*, mesmo que, assim, seja necessário desarticulá-los de seu contexto cronológico ou político.(GASCOU, 1984, 545-547).

Como herança adquirida da erudição helenística temos a edição e comentários; a coleção de antigas tradições de cidades, santuários, deuses e instituições; a exposição sistemática de monumentos e reprodução de inscrições; compilação de biografias; e

cronologia. As listas bibliográficas incluídas por Suetônio nos *studia e eloquentia*, que lembram a erudição alexandrina, permitem ao biógrafo elaborar uma história da cultura de César a Domiciano. (BRANDÃO, 2005b, 55-67).

Suetônio explora o *mos maiorum*, porque não explora apenas o individual, analisa os hábitos comuns ao cidadão romano, como roupas, deuses que se idolatram, etc. Na *De Vita Caesarum*, Suetônio analisa a participação dos imperadores na extinção ou resguardo do tradicional modelo de vida romano. A imagem que o autor deixa transparecer de cada imperador, está intimamente ligada ao impacto que cada um deles tem, como indivíduo.

Administrou a justiça com o maior zelo e severidade. Chegou até a eliminar da classe senatorial magistrados culpados de peculato (SUETÔNIO, Jul.43)

A cada dia eram mais numerosos e mais ambiciosos seus projetos para embelezar a procer a cidade para defender e estender os impérios (SUETÔNIO, Jul.44)

Assim, através das fontes, temos também a comprovação das virtudes desses imperadores. Ao relatar a clemência de César no tocante às injúrias de poetas hostis, Suetônio aponta a *clementia* do ditador (SUETÔNIO, Jul.75). Para demonstrar o consentimento na outorga de Pai da Pátria²⁶ e a sinceridade da estima dos proponentes, o autor renuncia os relatos históricos em favor da toada afetiva da citação, diretamente do discurso de Valério Messala, assim como a replica *ipsis uerbis* de Augusto (SUETÔNIO, Aug.58.2). Não é o caso de apenas enfeites da erudição: Suetônio busca lembrar a sinceridade da afeição que os dotes de Augusto já haviam conquistado. (GASCOU, 1984, 218-220).

Para Brandão:

A atuação dos imperadores apresenta muito de calculado e teatral para o bem e para o mal. Se apareceu uma figura sobre-humana a presidir à passagem do Rubicão, terá sido encenação do próprio César, para motivar os soldados, que estariam hesitantes em prosseguir o seu avanço armado em território pátrio. O papel do espetáculo verifica-se também na cena seguinte em que o general, na arenga às tropas, chora e rasga as vestes para conseguir a fidelidade dos soldados – ao vê-lo gesticular e apontar o anel, os que estão mais distantes até pensam que ele está a prometer a todos o censo equestre. Também Augusto se mostra um perito na arte do espetáculo: no seu primeiro consulado, durante a consulta aos augúrios, doze abutres se mostraram (*se ostenderunt*), como outrora a Rômulo – certamente uma encenação do próprio Augusto. (2005, p.383).

²⁶ *Pater Patriae*

A ausência nítida de autores de peso demonstra o quanto a indicação de fontes pouco importa para Suetônio. É gritante que o julgo do biógrafo reflete, em geral, a base fortemente senatorial das fontes. Conserva-se a proverbial hostilidade aos imperadores que mais insultaram a poderosa ordem.

Suetônio distancia-se dos historiadores tradicionais de seu tempo. Na biografia, quase sempre os documentos oficiais não são a melhor prova, como nota o autor (SUETÔNIO, Aug.57.1): “*omitto senatus consulta, quia possunt uideri uel necessitate expressa uel uerecundia* (“não transcrevo os senatos-consultos, porque podem parecer ditados por obrigação ou por deferência”). Mais importante do que muitos editos, uma simplória carta familiar pode nos mostrar mais sobre o biografado. De qualquer maneira, Suetônio parece basear-se em mais fontes do que cita. Com certeza, serviu-se de propagandas, panfletos, anedotas e outros escritos. Ao não indicar preocupação sistemática de esboçar as fontes –na totalização das *De Uita Caesarum* o número de citações é reduzido –há uma contribuição para desmentir a tese de que Suetônio redigi como ingênuo erudito.

Suetônio exhibe os grandes eventos que são o foco tradicional da história e com a qual o autor não pretende concorrer. Consequentemente, a guerra na Gália, apesar da sua relevância na vida de César, vem reduzida em um único parágrafo. Mas é através dela que se analisam os valorosos militares, a devoção dos soldados e a autoridade inquestionável de César.

E em meio a tantos sucessos não conheceu mais do que três resultados adversos: na Britânia a sua frota foi quase aniquilada por violenta tempestade, na Gália uma legião destrocada diante da Gergóvia e no território dos germanos seus legados Tintúrio e Aurunculéio foram liquidados em uma emboscada (SUETÔNIO, Jul.25.4).

...Tornou os soldados totalmente dedicados a si e extremamente corajosos. (SUETÔNIO, Jul. 68.1).

Sendo a cronologia colocada em segundo plano ou sacrificada, os fatos podem sair da sua natureza temporal para se distribuírem pelas diversas rubricas. Inclusive, os grandes e importantes acontecimentos históricos, diversas vezes, tornam-se dependentes das *species* e são tirados de seu contexto, para servirem apenas como *exempla*²⁷.

Nos dias de hoje, podemos estranhar toda a importância e destaque que Suetônio dá aos *omina*. Porém, sinais e presságios são algo além de meras fábulas: são partes

²⁷ Modelo a ser seguido.

necessárias da vida dos *princeps*, contudo os mais crédulos, e regularizam, muitas vezes decisivamente, diversos acontecimentos. As convicções pessoais, por mais diferentes que sejam, a ímpia reação aos auspícios, ou as posturas paradoxais tornam as personagens mais humanas: o usual César mostra-se incrédulo aos presságios, porém segue os ditames populares na escolha de seu cavalo; e é bem coerente que o muito religioso Augusto demonstre medo dos trovões e dos raios.

Homens de carne e osso, muitas vezes submissos às suas superstições pessoais ou resignados à tradicional religião. Porém, é claro também um cosmos cultural onde, por vezes, a realidade e os mitos confundem-se. Salienta-se a conexão entre o extraordinário e a vida privada de cada imperador e a manifestação do sobrenatural na história da humanidade transversalmente à convicção de cada governante.

Segundo Brandão:

Para Suetônio, as ações, tomadas em si mesmas, surgem como manifestações exteriores e acessórias do essencial, que são as virtudes e os vícios. As ações, embora históricas, têm uma importância que não deriva diretamente do seu valor histórico. Mas, juntamente com as anedotas, estão ao serviço das opções estético-literárias de Suetônio, pois permitem “colorir” as *species* e dar vida concreta ao que é apenas abstrato – as virtudes e os vícios. Realmente, sem ações e ditos reveladores da personalidade, virtudes e vícios seriam abstrações vazias. (2009, p.59)

Outra maneira de seduzir o leitor e mostrar uma Roma vibrante é contar os boatos existentes. É corriqueiro creditar a Suetônio a marca de valorizar demasiadamente os rumores. Diversas piadas, por vezes se mostraram falsas, mas a verdade é que, o fato de circularem e simplesmente existirem, as fazia reais e cultivavam o ambiente social romano. Quanto mais mal intencionado era o imperador, piores eram os boatos que circulavam. Contudo, no Senado, a impotência senatorial perante muitos imperadores descambava em críticas veladas.

Ao nos mostrar tais histórias, Suetônio conhece o leitor e sabe o seu gosto por especulações, e que, porém, ao relacioná-las a determinadas características dos imperadores, dava-lhes valor moral. Sendo apenas rumores e confabulações, contudo, correspondiam à interpretação que Roma fazia, com certeza muitas vezes exagerada, de cada um de seus céares. Neste tocante, o imperador é visualizado como um personagem diante do povo de Roma que ora aclama, ora censura.

Afora isso, os escândalos colaboram para o convencimento do leitor. O modo como Suetônio expõe os acontecimentos pode levar o leitor a pensar que o autor não

interfere diretamente no texto, e o autor busca uma postura científica e objetiva, procurando assim dar a impressão de que se esquivava de todo o juízo moral da época.

Como cita Brandão:

No esforço para conferir vida real às suas personagens, Suetônio não descarta as informações mais pitorescas sobre a vida pessoal dos imperadores. Por vezes chega mesmo a pequenos pormenores: por exemplo, ao analisar os dotes físicos e morais de Tito, não se esquece de referir a sua rapidez de escrita, o jeito para imitar letras de outros, que o levava a confessar que podia ser um grande falsário (2005, p.72).

Num primeiro momento, o texto de Suetônio nos parece uma exposição positiva, onde a relação dos fatos é predominante. Na enumeração, o biógrafo aparentemente apaga-se por detrás dos acontecimentos relatados, mas a avaliação acaba aparecendo, de modo mais ou menos velado. Como notamos na seleção dos termos indicativos das virtudes e vícios, a própria seleção do vocabulário empregado desde o início demonstra um juízo feito. É, contudo, sob a nomeação de *impudicitia*²⁸ que Suetônio alude à relação de Nicomedes da Bitínia com o general Júlio César. É a repercussão, em Suetônio, do lugar comum da crítica contra a homossexualidade, sobretudo passiva (VEYNE, 1990,179).

É implícita a esfera do gênero e o modo como Suetônio sistematiza o seu material. O autor não se demonstra servil aos acontecimentos históricos, antes contudo, disponibiliza-os ao serviço da mensagem: a explanação do caráter de cada imperador. A relevância dos fatos não é estatística. Um fato singular, é demasiadamente relevante para definir o caráter de um imperador. A propagação de uma idéia constitui um modo de Suetônio dar mais vigor a certos fatos, tornando-os em geral (*mos*) o que é particular (*factum*): cada acontecimento, por mais inesperado que seja, é a manifestação do cerne do indivíduo. Poderá ser uma ação desmentida do ponto de vista histórico, mas a narração adquire maior *pathos*²⁹.

Citando Brandão:

O espetáculo estende-se à vida íntima onde os requintes levam a verdadeiras encenações: o banquete dos doze deuses, em que Augusto assume o papel de Apolo (*Aug.* 70); as artificiosas encenações eróticas de Tibério, em Cápreas, com alusões mitológicas a Pãs e Ninfas (*Tib.* 43);¹⁰ a exibição de Cesônia aos soldados, a cavalgar ao lado de Calígula, adornada como uma Amazona (*Cal.* 25.3),¹¹ e a sua ostentação, nua, aos amigos; as pousadas, ao longo das

²⁸ Um eufemismo para a passividade na vida sexual.

²⁹ Do grego, está relacionada ao excesso, paixão, catástrofe. Conceito, posteriormente cunhado por Descartes, que designava tudo o que se fazia acontecer novamente.

margens do Tibre e no litoral, onde matronas romanas imitavam as taberneiras e convidavam Nero desembarcar (*Nero* 27.3). Mais espantosos são os casamentos parodiados por Nero.¹² Inventa mesmo um novo jogo obsceno que parece evocar a sorte dos condenados às feras (*Nero* 29). Também Domiciano considera a atividade sexual como um jogo: apelida o *concubitus* de «ginástica de cama» e nada no meio das mais ordinárias meretrizes (*Dom.*22). (2005, p.385)

Porém o que claramente baseia a gradação é o atributo e a qualidade dos fatos: as medidas mais tenebrosas de Tibério, Calígula, Nero e Domiciano pendem a ser mostradas em último lugar, enquanto para Augusto, Vespasiano e Tito mostra-se as mais favoráveis ao final.

Para os antigos, o caráter é eterno: muda-se as atitudes. Nos maléficos imperadores, essa progressão atribui-se a um “retirar da máscara”. É o desvelar do *ethos*³⁰ que já estava oculto.

Resultado contrário tem a disposição das *Vidas* de Augusto, Tito e Oto, nas quais os acontecimentos positivos mostrados no final conquistam o leitor. Essas alterações, até certo ponto manipuladas pelo biógrafo, na maneira em que quase nunca correspondem a uma evolução austeramente cronológica, podam o insípido da apresentação e engrandecem a trama narrativa.

³⁰ Construção de uma imagem de si, destinada a garantir o sucesso, o caráter moral de um discurso, segundo Aristóteles.

CAPÍTULO III

Sedução e Aclamação na *De Uita Caesarum*

No final do período republicano em Roma um dos temas mais discutidos foi a chegada e a ascensão do *homo novus*, originário dos municípios e das províncias. O *homo novus* chegou a Roma para ocupar cargos na administração pública, principalmente aqueles reservados aos membros da Ordem Equestre. Sua presença acabou por acirrar mais ainda os ânimos nos círculos políticos, fazendo exaltarem-se as discussões sobre o *novo* e o *velho*. Os temas sobre ancestralidade esbarravam, todavia, na formação histórica da aristocracia romana (*nobilitas*) e sua aversão ao orgulho de nobreza que ainda recheava os discursos do segmento aristocrático mais tradicional de Roma.

A aproximação *nobilitas - novi homines* acabou por ter um lugar destacado nas relações políticas do período de maior crise da República romana, mesmo porque a aceitação dos *novi homines* arranhava a velha prática social baseada na ancestralidade e nos méritos familiares. Não que essas práticas tivessem desaparecido, como não desapareceram de fato, mas enquanto critério de ascensão o que se viu foi a valorização dos méritos pessoais do homem político.

Em contrapartida, e esta é uma das heranças recebidas pelo regime do Principado, instalou-se definitivamente em Roma a estratégia da propaganda política, capaz de promover a combinação dos interesses que estavam em jogo na crise que culminou com a ascensão de Augusto. Criou-se um imaginário baseado nos valores da tradição romana, que pode ser visto sob três aspectos, segundo Paul M. Martin:

1. a restauração dos valores morais e religiosos; 2. a ação militar e civilizatória; 3. a reconciliação nacional e a unificação do Império. É através das figuras míticas de Evandro, de Hércules, de Enéas e de Rômulo, apresentados como os precursores do *princeps*, que se desenha irremediavelmente a imagem da marca que o Imperador queria dar de si mesmo. Como um Virgílio ou um Tito Lívio, mas com a intenção dos gregos, Dionísio de Halicarnasso foi um dos cantores do reinado de Augusto (1971, p. 162).

A biografia dentre os gêneros históricos, um dos mais difíceis, é reveladora, por tudo o que desperta como declarações, descrições e ilustrações, pelas ondas que seus gestos ou suas pás põem em movimento ao seu redor. (DUBY, 1989).

O orador Cícero explora a valorização dos méritos pessoais do homem político, usando a linguagem da época. É o que se vê com a leitura de seus discursos políticos, por exemplo, e também na obra de Tito Lívio, na construção do imaginário de seu Principado.

Em geral, ao longo de um percurso mais que milenar, fala-se na biografia como “gênero compositório”, “híbrido”, “controverso”, “problemático”, “confuso”, “duvidoso”, ou seja, um “gênero menor”. Esse debate, comparado ao grande sucesso atual da biografia, me inspirou a pensar em suas “grandezas e misérias”, ou seja, em sua fecundidade e em seus limites. (BORGES, 2005).

1.O mito como objeto de Poder e Ascensão

Na idealização explorada pelo biógrafo, a imagem do homem é extremamente simples, e quase não tem momento de transformação. Ela nasce como uma imagem ideal de um modo de vida, de um chefe militar, de um personagem político. Com a enumeração das propriedades e virtudes de um chefe militar, afinal, essa forma é a totalidade daquilo que esta posição exige.

Os personagens biografados representam ideais de vida, de modos e exemplos a serem seguidos, onde os mesmos personagens exploram seus antepassados e origens na busca de uma resposta às suas privações, superações e posteriormente à suas glórias. Bakhtin vê nessa manifestação a assim chamada “inversão histórica”.

Para Bakhtin:

A essência de tal inversão resume-se no seguinte: o pensamento mitológico e literário localiza no passado categorias como o objetivo, o ideal, a equidade, a perfeição, o estado harmônico do homem e da sociedade, etc. Os mitos do paraíso, da idade do ouro, da época heróica, da antiga verdade, as noções mais tardias sobre o estado da natureza, sobre os direitos naturais congênitos e etc., são as impressões dessa inversão histórica. Simplificando, pode-se dizer que se representa como já tendo sido no passado aquilo que na realidade poderá ou deverá se realizar somente no futuro, aquilo que, em

substância, apresenta-se como um objeto, um imperativo, mas de modo algum como uma realidade do passado. (1988, p.264)

Sendo assim, as imagens desse futuro glorioso romano localizam-se obrigatoriamente no passado dos personagens biografados e em suas próprias origens, uma vez que há em vida, a busca desses personagens, –César e Augusto –, pelas suas representações e significação heróica e com certeza mitológica, sempre com a aprovação divina, objetivada por toda a sustentação do aparato e cerimonial romano, onde objetivos políticos e religiosos caminham indissolúveis.

Ao ter o corpo de Augusto queimado, não teve homem presente que não jurasse ter visto o espectro do morto ascender aos céus. (SUETÔNIO, Aug.3)

Ao estudar a trajetória da construção dos personagens César e Augusto, torna-se imprescindível a análise do papel ideológico da religião e suas manifestações rituais e míticas. A religiosidade Romana era visível em toda parte e em todas as ocasiões cotidianas do homem romano. Por ser uma crença em que o essencial era a esperança aplicada em dispositivos ritualísticos assim como festividades e espetáculos, as práticas religiosas faziam parte de um processo que levaria à realização de objetivos sociais públicos e privados. O romano cria em deuses, acreditava se possível comunicar-se com eles, descender deles. Justamente por depositarem nessa representação mitológica uma significação, é necessária decifrá-la.

Roma cuidava de seus objetivos: o espírito prático e expansionista, a unidade política, temporal, e a adoração simultânea de todos os Deuses. Por essa razão é que veremos no Estado romano uma onipresença do religioso – pagão, politeísta – na medida em que no último estavam calcadas, em última instância, a existência e a coesão social. É notável a literatura romana a esse respeito. Virgílio, em sua Eneida, buscou justamente nos espólios da Guerra de Tróia a tensão fundamental para a origem do povo Romano:

"Tanto as armas e o varão que, expulso pelo destino das praias de Tróia para a Itália, chegou primeiro ao litoral da Lavínia. Por muito tempo, na terra e no mar, esteve à mercê dos deuses superiores, incitados pela ira sempre lembrada da cruel Juno. Muitas provocações também sofreu na guerra, para fundar uma cidade e trazer os seus deuses ao Lácio. Daí saíram o povo latino, os antepassados albanos e as muralhas da poderosa Roma. Faze-me lembrar, ó Musa, as causas, que divindade foi ofendida e porquê, incitada, a rainha dos deuses fez com que sofresse tantos perigos e enfrentasse tantos trabalhos um varão insigne pela piedade. Pois tanta ira em corações celestes? Houve uma

cidade antiga, habitada por colonos tírios, Cartago, que se erguia diante da Itália e da foz do Tibre, cheia de riquezas e adestrada nas artes da guerra. (Eneida,s/d.,p. 31).

A manutenção da religião foi um fator preponderante para a política. Em primeiro lugar, a religião romana tinha um caráter material e utilitário de relacionamento com os Deuses. O romano tratava seus deuses como se com eles estivessem estabelecido um contrato para um auxílio ou socorro necessários; o cumprimento do contrato independe das virtudes morais da pessoa, sendo antes um cumprimento escrupuloso das práticas rituais: nada mais, nada menos. O deus, para o romano, nada mais era do que um concidadão que vivia no mesmo espaço que os homens, como o deus Marte – o deus que mata, protege os rebanhos e derruba o inimigo – que era considerado o campeão dos cidadãos. Como eram entidades muito poderosas que coabitavam a cidade com os homens, a religião se tornou o conjunto das relações que a comunidade mantinha com os deuses efetivadas em duas atitudes: o culto, para prestar homenagens e receber os favores, e o diálogo, para saber a vontade dos deuses na vida da cidade.

E é pela religião que notamos que a Roma monárquica vivia sob influência da cultura etrusca e que o primeiro ídolo de Júpiter, supremo deus de Roma, foi feito por artistas etruscos. Na Realeza (753 – 509 a.C), “o poder do rei não é mais do que o reflexo do poder absoluto de Júpiter.” A cidade, lar público dos homens, tinha o seu sacerdote e este recebia em nome do rei; assim, o rei tem em si todos os poderes, inclusive os religiosos, sendo *pontifex maximus* da urbe.

“No rei-sacerdote se olhava e via, não um deus completo, mas pelo menos o homem mais poderoso para conjurar a cólera dos deuses”. (COULANGES, 2004, p. 193).

Para Sanzi: “Emblemático, entre estas, é *Iuppiter Dolichenus*: o antigo deus da tempestade hitito-hurrita vestido como um *imperator* (com exceção ao boné frígio) é representado de pé sob o dorso de um touro em marcha enquanto segura em uma mão um feixe de relâmpagos e com outra empunha um machado de duas lâminas... Porém, se é indiscutível que tal repetição assim típica da iconografia de *Wettergott* no Antigo Oriente Próximo consinta em reconhecer no touro em marcha, no feixe de relâmpagos e no machado de duas lâminas um verdadeiro e próprio Leitmotiv iconográfico, é além disso verdadeira a constatação que *Iuppiter Dolichenus*, mantendo inteiramente esta tipologia plástica... a couraça com lambrequins que recobre uma túnica com mangas

curtas o *paludamentum* e a espada afivelada ao *balteus* ou ao *cinctorium* fazem deste deus um autêntico general romano. (Sanzi, 2006, pg 108.)

Na Roma imperial, em momento algum encontraremos esse culto ao antigo deus da tempestade a temática relacionada aos cultos orientais e de mistério, como esoterismos e iniciações.

A sucessão real não era natural, hereditária; deveria, acima de tudo, passar pelo crivo dos deuses em um cerimonial rigoroso. Tal uso tinha razão de ser: como o rei seria o chefe supremo da religião, e como a salvação da cidade ia depender das suas orações e dos seus sacrifícios, tinham os antigos o direito de, antes de mais nada, se certificar se esse rei era bem aceito pelos deuses. Pierre Grimal conta um caso interessante a respeito da intervenção divina na escolha do novo rei:

“a rainha TANAQUIL sonhou que um jovem adormecido possuía uma auréola luminosa em volta de sua cabeça, de modo que os áugures interpretaram isso como um sinal de que ele deveria ser o sucessor do trono; esse jovem era Servius Tullius, penúltimo rei de Roma”. (GRIMAL, 2008, p. 7-8.)

O rei, porém, com tantos poderes – que incluíam, além do sacerdócio, o exercício da jurisdição, comando do exército e a administração pública – necessitou distribuir funções em uma cidade cada vez maior e mais organizada. Na República (509 – 27 a.C.) 227, apesar do aumento do fluxo cultural vindo da Grécia, a confusão entre o indivíduo político e o religioso permaneceu, de modo que, na cidade de Roma, a estrutura político-religiosa continuou quase inalterada até meados do fim do Império.

No séc. III a.C a entrada nos colégios foi modificada: o *pontifex maximus*, responsável pela nomeação geral dos sacerdotes, passou a ser eleito por uma assembleia de 17 tribos sorteadas entre as 35 existentes. Finalmente, no fim do séc. II a lei *Domicia* aplicou o mesmo processo aos demais sacerdotes tornando-os, no dizer de Scheid, quase magistrados pelo prestígio que adquiriram.

Após o difícil período do final da República entre os séculos III e I a. C., Roma tornara-se o centro de um Império. Augusto compreendeu a importância que as tradições religiosas, pautadas no *mos maiorum*, poderiam desempenhar para seu programa político, atitude que tornara-se mais tarde inerente aos demais *princeps*.

É nesse ambiente que entramos no Império (27 a.C – 476 d.C). O gênio de Otávio Augusto identifica o grande e necessário poder dos colégios religiosos e, ao invés de minar o poder dos colégios, consegue para si a chefia de todos eles; Augusto só se sentiu senhor de Roma quando ocupou o cargo de *pontifex maximus*. Otávio Augusto consolida a helenização de Roma, como diz Mommsen : “a Itália foi convertida, de dona dos povos súditos, em mãe da nação ítalohelênica renovada” (Mommsen, 1973). É preciso compreender que a personalidade de Otávio Augusto, como a de Alexandre, faz toda a diferença no estabelecimento das relações entre religião e política. Augusto vê na religião um dos elementos essenciais da tradição e molda sua atitude nesse sentido.

O conjunto de cidadãos atribuiu-lhe o título de Pater Patriae com repentino e total consenso: em primeiro lugar a plebe, por uma legação enviada a Âncio; em seguida, porque não o aceitava através de um significativo número de pessoas coroadas de louro, durante certa ocasião em que se dirigia aos espetáculos em Roma; logo depois, recebeu-o na cúria senatorial, não por decreto ou aclamação, mas através de Valério Messala. Esse homem disse em nome de todos: “que o bem e a ventura estejam contigo e com tua família, ó César Augusto!, pois, assim julgamos rogar eterna ventura e êxito para essa república: o senado, em comum acordo com o povo romano, saúda-te com Pater Patriae”. Augusto respondeu-lhes entre lágrimas com tais palavras: -pois eu as cito literalmente, assim como as de Messala – “realizados os meus votos, o que mais, ó senadores, devo suplicar aos deuses imortais, a não ser que me seja permitido manter esta vossa aprovação até o último dia de minha vida?” (SUETÔNIO, Aug.58.2)

Antes de tudo, vale lembrar que sua Otávio, fora divinizada em virtude da paz que levou ao povo romano; chamaram-no de “*Augustus*” o que implicava ele estar imbuído de missão divina, e que não obedecê-lo era grave injustiça. Augusto realizou um grande resgate da religião oficial, construiu e reformou templos, incentivou os poetas – Horácio, Virgílio e Ovídio – a escrever a epopeia Romana, que traz por si só o elemento religioso.

O próprio Augusto era demasiado diligente com as questões de culto e não se cansava de louvar os deuses por todas as suas realizações. Suetônio conta que seus auspícios e presságios eram infalíveis e conduzia sempre seus atos por eles. Por conta disso, Albert Grenier afirma que: “o exemplo do admirado Chefe de Estado reconduziu o povo rumo às tradições oficiais da cidade” (Grenier, 1961). De outro lado, utilizou-se do mesmo expediente de Alexandre instituindo, ou deixando instituir, o culto real, porém não somente em seu nome, mas em nome do Estado. Nessa linha são construídos templos nas cidades do território romano em homenagem a Roma e a Augusto. Mas, do mesmo modo que Alexandre, essa deificação era incentivada somente nos territórios

estrangeiros; em Roma mantém-se uma postura mais sóbria, aceitando a missão divina confiada a Augusto, mas sem necessidade de culto.

Roma, portanto, viu na religião a salvação de sua unidade política, fator que Alexandre antevira e que gregos deixaram em segundo plano nos últimos momentos de sua glória. Esse é um dos fatores pelos quais Roma foi vencedora e herdeira do espírito grego, pois soube equilibrar o poder da fundação na construção da superioridade romana.

No caso dos Latinos, povo indo-europeu marginal, este elemento de sacralidade ter-se-ia mantido no contacto com os povos mediterrânicos, o que terá levado (os romanos) a concentrar nos *comitia curiata* os referidos dois elementos e a manter, após a queda da Monarquia, o mecanismo de atribuição dos auspícios – e do *imperium* – aos magistrados superiores através da *lex curiata* de império, função que subsiste nesses *comitia* e lhes dá razão de ser face à maior importância que assumem os *comitia centuriata*. São as classes inferiores (que no século seguinte hão de ser explicitamente designadas por plebeus) que acedem ao Estado, mas que continuam a ser desconsideradas pelos *patres* por não terem gentes próprias nem auspícios nem o favor dos deuses. A diferença de estatuto é de natureza religiosa e por isso os plebeus hão de permanecer impedidos de contrair casamentos com os patrícios até bem mais tarde durante o período republicano. Será essa uma das razões porque a revolução irá prosseguir até o novo regime se consolidar.

A explicação mais corrente e a que nos transmite a tradição literária é que os plebeus, prejudicados pela parcialidade, pela arbitrariedade patricia, cansados de tanta injustiça, teriam exigido ao Senado, conforme acima referido, que fossem reduzidas a escrita, de modo claro e para aplicação futura, as normas até aí secretas. Ter-se-á considerado que a questão não era somente de publicidade, requeria estudo, organização, daí os três enviados à Grécia e a nomeação da comissão de *decemviri legibus scribundis*. As doze Tábuas foram escritas, publicadas, cada cidadão passou a saber quais os seus direitos e os seus deveres, quais as penas a que estava sujeito em caso de infração, e tudo isto significou um avanço considerável numa perspectiva civilizacional.

Acerca do destino, tanto na atual sociedade, quanto na antiguidade romana, se percebe um comportamento de inquietude, ansiedade e angústia na busca de desvendar o futuro, seja este do indivíduo ou de alguém próximo. Na Roma antiga também é

perceptível a ânsia por saber o que o destino reserva, nesse sentido, não só questões profissionais e amorosas, como ocorrem atualmente, mas, principalmente, as questões políticas. Estas eram fortemente marcadas e determinadas pelas profecias dos augures, sacerdotes e oráculos. Porém, não podemos enquadrar o destino no mundo antigo aos nossos moldes ou, o que seria ainda pior, fazer um estudo do tema tomando como ponto de partida os conceitos contemporâneos, pois o destino, bem como, as noções de tempo e mundo, são compreendidos de forma distinta nesses períodos.

O historiador latino do século I a.C., Titus Lívius, provinciano da cidade de Pádua, local onde se mantinha o culto às antigas virtudes de Roma, ao que tudo indica, iniciou a escrita de sua História de Roma por volta do ano 27 ou 25 a.C., e teve como objetivo maior o de narrar os feitos do povo que, para ele, seria o maior do mundo. Acreditava ser esta uma missão da qual não poderia se desviar. Nesse intento, toma com ponto de partida para sua escrita a fundação de Roma, em 753. A.C., e estende-se até o começo do século I d.C.

O cunho moralizante, as concepções religiosas e as ideias de Destino são os fios condutores que nos foi possível observar no centro da trama elaborada por Lívio para dar sua contribuição historiográfica à sua tão amada Roma. Desse modo, os acontecimentos políticos, belicosos, públicos e privados são cuidadosamente alinhados pelo historiador na teia maior que é o Destino de Roma.

Para atingir seu objetivo de fazer uma história de Roma desde as razões de sua origem e, atrelado a isso, mostrar a importância das práticas de ritos e tradições que garantiram a grandiosidade da cidade, Lívio segue por toda a narrativa mostrando o trajeto das pessoas e o desenrolar de suas vidas, que poderá ter um fim trágico dependendo de seus atos. Ao tomar como exemplo aqueles que chegam ao poder, destaca a desventura dos que, para atingir tal patamar, lançam mão de meios ilícitos.

Em todas as biografias imperiais de Suetônio, ocorre uma referência à prática dos vícios da mais variada espécie, sobrepondo-se às virtudes, que ocupam um espaço em grau bem mais restrito. Percorrendo a narrativa, podemos reunir uma variada série dos primeiros, tais como a avareza, a cólera, a inveja, o ciúme, a ira e a luxúria, que somadas a outras formas de arbitrariedade-desacato, perversidade, ignomínia, crueldade, atrocidade, tortura e violência, se desdobram em atos de força e abuso de poder como por exemplo, a condenação à morte, sem julgamento e antecedida de aplicação de

suplícios — daí decorrem várias modalidades de punição por degola, envenenamento, estrangulamento, mutilação e outras formas

Assim, ao estudar a figura do general e do *princeps* busca-se entender a profundidade das tradições e representações para a sociedade romana no final do século I a.C e a remissão às práticas políticas e religiosas do século I a.C., período final da República romana. Roma era uma sociedade em que a moralidade obtinha argumentos tirados da velha moral cívica pautada no que os romanos identificavam como *mos maiorum* e *humanitas* (ARIÉS, 1989; VEYNE, 1992).

Segundo Eliade “os mitos oferecem uma explicação do Mundo e de seu próprio modo de existir no Mundo, mas, sobretudo porque, ao rememorar os mitos e reatualizá-los, ele é capaz de repetir o que os Deuses, os Heróis ou os Ancestrais fizeram *ab origine*”. (ELIADE, 1983).

Os mitos são histórias dramáticas que constituem um instrumento sagrado, quer autorizando a continuação das instituições, costumes, ritos, crenças antigas na área em que são comuns, quer aprovando alterações. O mito é percebido como algo valiosíssimo e vigorosamente influente.

O enredo das biografias de Suetônio revela enorme semelhança e constituem-se essencialmente dos mesmos elementos: sua ação desenrola-se num fundo geográfico amplo e variado. São dadas descrições às vezes muito detalhadas de algumas particularidades dos locais visitados, usos e costumes da população, e outras curiosidades e raridades. As biografias desconhecem a duração do crescimento biológico elementar. O tempo não é medido tecnicamente apenas nos limites de cada aventura em particular. Nesse tempo nada se modifica: o mundo permanece tal qual era, biograficamente a vida dos heróis também não se modificou, seus sentimentos permanecem inalterados, até mesmo as pessoas não envelhecem.

Em todos os lugares, pouco importando a esfera do interesse (religioso, político ou pessoal) os atos criadores são representados como atos gerados por alguma espécie de morte para o mundo, e aquilo que acontece no intervalo durante o qual o herói deixa de existir – necessário para que ele volte renascido, grandioso, e pleno de poder criador – também é visto de forma unânime pela humanidade.

Um dos principais autores que serão adotados para essa análise é o antropólogo Joseph Campbell. Campbell analisa a figura do herói como sendo o homem ou mulher

que conseguiu vencer suas limitações históricas pessoais e locais e alcançou formas normalmente válidas e humanas para tais superações (CAMPBELL, 1994). Suas visões, idéias e inspirações, vêm diretamente das fontes primárias da vida e do pensamento humano. Sua função primária, bem como da própria mitologia e rito, sempre foi a de fornecer os símbolos que levam o espírito humano a avançar.

Como símbolo mitológico, o herói não pode ser ordenado, inventado ou suprimido. Ele nada mais é do que produções espontâneas da *psiqué* humana, e cada símbolo absorve em si o poder criador da sua fonte, ou seja, o próprio homem.

Diz-se que seu corpo era marcado com sinais de nascença dispersos pelo peito e pelo abdômen, dispostos, quanto à forma, ordem e número, como as estrelas da Ursa Celeste (SUETÔNIO, Aug.80.1)

O percurso padrão da aventura mitológica do herói é uma magnificação da fórmula representada nos rituais de passagem: separação –iniciação –retorno, que podem ser considerados a unidade nuclear do monomito, onde em todo o mundo habitado, os mitos humanos têm florescido. Eles (os heróis) têm sido inspiração dos produtos do corpo e da mente humanos.

A aventura do herói costuma seguir um padrão de uma unidade nuclear: um afastamento do mundo, uma penetração em alguma fonte de poder e um retorno que enriquece a vida. Ele passa assim, refletido por diversos gêneros da Antiguidade: música, pintura, escultura e literatura. Bakhtin esclarece que na Antiguidade foram criados três tipos fundamentais de unidade de romance, três métodos fundamentais de assimilação artística, do tempo e do espaço, os cronotopos (BAKHTIN, 1988).

1.1 A aventura do Herói

O herói composto do monomito, como é o caso das biografias de Suetônio, é um personagem com dons excepcionais. Seja o ridículo ou sublime, grego ou bárbaro, sua jornada sofre poucas variações no plano essencial. Os contos populares representam a ação heróica do ponto de vista físico; as religiosas apresentam do ponto de vista moral.

O ciclo cosmogônico é apresentado com surpreendente consistência nos escritos sagrados de várias culturas, e dá à aventura do herói uma diferente conotação, pois

agora parece que a perigosa jornada não foi um trabalho de obtenção, mas de reobtenção, não de descoberta, mas de redescoberta. Os poderes procurados e perigosamente obtidos, segundo nos é revelado, sempre estiveram presentes no coração do herói.

O herói é o homem da submissão autoconquistada. Submissão esta que constitui a virtude primária e a façanha histórica do herói, pois possibilita por intermédio de suas próprias vitórias, que a maldição da morte seja suplantada pela virtude, e o herói renasce.

Quanto à estrutura, todos esses mitos são mitos de origem. Eles nos revelam a origem da condição atual do homem, e das regras de conduta e de comportamento humanos. O mito, em si mesmo, não é uma garantia de “bondade” nem de moral. Sua função, no entanto, consiste em revelar os modelos e fornecer assim uma significação ao Mundo e à existência humana. Daí seu imenso papel na constituição do homem.

Vejamos alguns exemplos acerca da figura do general Júlio César. Cícero, citado em *De Vita Caesarum*, em algumas de suas cartas, escreveu que “César teria sido conduzido por criados ao dormitório real, deitara-se numa cama de ouro, vestido em púrpura, e que era descendente de Vênus”. (SUETÔNIO, 1932).

Segundo Pierre Grimal (2008), Augusto representa em sua essência a busca por uma *persona* social. Augusto, empreendedor e visionário, contava com o apoio e a ajuda incondicional do povo e daqueles que apoiaram seu tio-avô, Júlio César. Sendo herdeiro legítimo de César, Otávio apropria-se de suas origens e galga passos maiores que os de antecessor, tendo sido posteriormente detentor de algo inédito para os romanos: a divindade em vida, *Augustus*. Desta forma, identifica-se a construção do mito de um herói unificado inerente às personagens identificadas como Júlio César e Otávio Augusto na obra *De Vita Caesarum*, assim como em todas as características inerentes a estes. A figura de um governante ideal acaba sendo a personificação das características presentes nas duas primeiras biografias de Suetônio.

Para Oliveira:

O mito é a narrativa daquilo que se pretende que seja. Uma descrição de valores abstratos e do chamado inconsciente coletivo que é utilizada no contexto literário do momento histórico analisado. O mito é ainda comunicação literária, recurso comum quando se trata de trabalhar o pensamento do segmento pessoal romano objeto de nosso interesse: esse

segmento constitui a camada política formadora da opinião pública, é ele que detém o poder, cuja representação é o *Princeps*.(1996, p.42)

O costume de divinizar os reis e imperadores tornava-se uma hipérbole ideológica, pois tais relações de governantes e governados eram análogas às existentes entre os homens e as divindades. Dizia-se que “os deuses” governavam os acontecimentos ou que dispuseram o mundo para o homem, onde dogmas serviam como modo de vida, e onde César e Augusto encontraram propositalmente, ou inevitavelmente um caminho propício para seus anseios.

Em todas as guerras civis não sofreu qualquer derrota (SUETÔNIO, Jul.36.1).

Suetônio, ao estabelecer os personagens biografados, apresenta estes mitos como forma de realidade para o mundo que o vive, e que dele nasce, aquilo que é natural e cultural, ou como cita Haroldo Bruno: “*A transformação do que é efeito de ideologia em resultado de história*”. (BRUNO, 1998).

Sob seu comando, as batalhas foram sempre de êxito indiscutível e a fortuna nem mesmo lhe foi ambígua (SUETÔNIO, Jul.36.2)

Os mitos, em suma, recordam continuamente que eventos grandiosos tiveram lugar sobre a terra, e que esse “passado glorioso” é em parte recuperável. A imitação dos gestos pragmáticos tem igualmente um aspecto positivo: o rito força o homem a transcender os seus limites, obriga-o a situar-se ao lado dos heróis míticos, a fim de poder realizar os atos deles. Direta ou indiretamente, o mito “eleva” o homem.

Tudo isso é revelado na existência do personagem glorificado. A imagem do personagem glorificado é estética e é evocada no momento culminante de sua existência, a imagem ideal e a imagem do defunto se fundem.

Não negaremos que Suetônio seja um erudito, mas as *De Vita Caesarum* não são apenas uma obra de erudição. A maioria das fontes relatadas figura em contextos que se enredam com um alicerce de importantes qualidades do caráter e apenas uma pequena parcela figura em contexto meramente informativo. Porém, além das fontes citadas, escassas no âmbito geral, Suetônio, sem preparar longos discursos, redige falas de seus biografados no discurso direto e indireto –essas sim, em grande quantidade, pois, seguindo o que nos diz Plutarco no prefácio de *Alexandre*:” um evento menor ou um dito de espírito dizem mais sobre o caráter do que grandes batalhas” (Plutarco,1986).

Para Suetônio, enquanto biógrafo, não é seu maior objetivo explorar a passagem histórica-política –o grande interesse de um historiador –, mas obter uma abordagem

focada nos exemplos e modos de cada imperador. Para isso, faz corrente uso da narrativa cronológica para os eventos que ocorreram antes à subida ao trono imperial. É nesse momento que Suetônio privilegia a abordagem narrativa *per species*, que só deixará para a narração da morte. Porém, Suetônio dá preferência a *gradatio* dos *exempla*, dos menores para os maiores acontecimentos, sendo esse o âmbito da rubrica em discussão.

Consequente da ordenação *per species*, a diferenciação entre virtudes e vícios tende a regularizar a classificação das rubricas e a distribuição da maioria das ações dos imperadores. Augusto exhibe traços sombrios antes da ascensão ao trono, porém o que perdurará, será sua imagem positiva. À meio caminho está César, onde as *espécies* boas e más surgem contrabalanceadas e a fama de tirania é, digamos expiada após sua morte, com o pesar do povo romano.

Temos então, uma ordem convincente, idônea e científica –uma alegação de erudito que prejudica um distanciamento de um clínico e uma evidente impassibilidade na enumeração dos fatos (GASCOU, J. 1984,683-688) –permite catalogar as boas e más as vontades de um imperador, porém também regulariza a idéia que Suetônio sobre ele quer comunicar.

Em uma lista razoavelmente longa de anedotas e acontecimentos, Suetônio expõem os vícios e separadamente os explana. Atos que para um historiador, tal qual Tácito, estabelecem o primordial da narrativa, em Suetônio, estão difusos sob cabeçalhos de vícios e virtudes. Para Suetônio, essas ações, em si mesmas, aparecem como declarações externas e atributos do essencial, que são as virtudes e os vícios.

Embora históricas, as ações têm uma relevância que não origina-se diretamente do seu mérito histórico. (GASCOU, J. 1984, 390-436). Porém, anexo as anedotas, servem as opções estético-literárias de Suetônio, permitindo “enfeitar” as *species* e concretizar o que é somente abstrato –as virtudes e os vícios. Obviamente, sem os atos ditos reveladores da personalidade, os vícios e as virtudes nada mais seriam do que abstrações vazias.

Foi também amante de rainhas, entre outras, Êunoe, esposa de Bógude, da Mauritània, concedendo a ela e ao marido inúmeros e amplos favores, conforme Nasão escreveu; mas privilegiou Cleópatra, cujos banquetes, muitas vezes, se estenderam até o amanhecer (SUETÔNIO, Jul 52.)

Na *De Vita Caesarum*, o momento mais marcante é o da morte, que frequentemente é visto como um esclarecimento global da vida. Surge assim, a morte, como onde o *ethos* terminantemente se efetua e se revela. Percebe-se que Suetônio demonstra seus maiores dotes estilísticos necessariamente na narração da morte: é então aí, que o autor inclui mais variedade e “enfeites” na sua escrita, buscando tornar esse momento mais dramático.

Quando o autor adentra nas narrativas das mortes por alguma causa natural, ele busca as referências que atestam o agravamento da doença, às últimas ações e falas dos imperadores que antevêm a chegada do fim e se aprontam para esse fim com discursos nítidos sobre o valor da sua vida. E o dramatismo nas mortes violentas é sempre mais intenso. É assim o fim aqueles que mereceram: a arbitrariedade no poder é o que para Suetônio se considere justa a morte de César (*iure caesus*) (SUETÔNIO, Jul. 76.1)

Vemos que o biógrafo nos oferece narrativas famosas pelo realismo e narrativas famosas pela beleza e dramatismo do relato. Encontra-se também vários tipos de linguagem. Podemos deduzir que a obra de Suetônio não será avaliada tanto por possuir uma forma original na escrita, mas pela escolha do material, pela elaboração e estruturação da *De Vita Caesarum*, pelo detalhamento, pela aptidão, enfim, de dar vida verdadeira às Vidas dos Césares já tão envoltas em mito. O autor consegue encantar o leitor e mesmo arremeter emoções fortes.

O biógrafo, assim como Plutarco, busca fugir do corriqueiro, do lugar comum, dos pormenores ignóbeis e vis. No entanto, a realidade é que todos esses elementos são parte da vida. Ao excluí-los, teremos literatura artística, mas não realismo. Faculta-se a Suetônio o mérito de dar à antiga Roma e a seus imperadores uma realidade persuasiva, mesmo que um ou outro relato particular seja suspeito. O leitor, por sua vez, vê os resultados como verossímeis e fica motivado pela curiosidade, fator necessário para desfrutar da leitura.

Esses princípios dão apelo à curiosidade do leitor, inspiram curiosidade e cooperam para tornar a sociedade recriada em uma Roma plausível. Através dos oito livros, Suetônio completa a história da Roma imperial desde César até Domiciano, esmiuçada na perspectiva da vida de cada imperador: não apenas a história política —é constante, como já vimos, grandes acontecimentos desta natureza estarem apenas resumidos—, mas também a história cultural.

2.A construção da imagem de um Princeps

As obras biográficas sempre fizeram sucesso. É incontestável a curiosidade em descobrir o passado através de seus personagens mais famosos. No próprio meio acadêmico o interesse pelas trajetórias individuais tem aumentado, inclusive e talvez principalmente, entre os historiadores.

Não é nossa preocupação imediata julgar as aptidões histórias de Suetônio. Por outro lado, mais do que julgar os seus méritos artísticos, importa agora perceber a sua forma de chegar ao leitor. Na *De Vita Caesarum*, Suetônio avalia o papel dos imperadores na destruição ou preservação do tradicional modelo de vida romano. Interessa-se pelo impacto que cada imperador tem, como indivíduo, nesse modelo: daí dependerá a imagem que vai deixar transparecer. O bom imperador preocupa-se com o *mos maiorum*, com a restauração das tradições antigas, como é o caso de Augusto; o mau irá corromper as tradições e costumes, como sucede com Calígula e Nero.

Suetônio serviu-se de fontes variadas. Mas predominam em sua obra as indicações genéricas e vagas. Teremos de fazer fé na honestidade do biógrafo, segundo Plínio. (BALDWIN, B. 1983, 191)

Há também, muita polêmica envolvendo não só as fontes, mas na própria origem de Augusto. Suetônio afirma que, não encontrou notas relevantes acerca das origens paternas de Augusto, algo que nos demonstra a seriedade da sua investigação, porém, que também deixa uma suposta origem humilde dos antepassados de Augusto, longe de especulações e insinuações.

As biografias de Júlio César e Augusto têm papel importante no corpo desta obra por representarem uma idealização política de imperadores para o final do I século d.C e início do II século d.C.. Embora o primeiro jamais tivesse sido imperador, suas imagens biográficas representam um ideal de governante e militar supostamente representado com perfeição pelos personagens e evocado nos tempos de Suetônio. No caso de César mais como de militar e no de Augusto como idealizador do Império e de sua política de manutenção e instituição da *pax romana*. Essa identidade de papéis civis e militares existiu. Fato notável é como o princípio foi mantido com tanta tenacidade (FINLEY, 1985).

É desta forma, portanto, que se busca entender as construções ideais dos governantes presentes no período da formação do Império Romano em um contexto em

que as tradições romanas devem ser reforçadas na visão da aristocracia de Roma. Aristocracia esta com uma nova roupagem e em busca de uma nova identidade, principalmente no período dos imperadores Trajano e Adriano, primeiros imperadores provincianos.

A evocação e a aproximação destes imperadores com as referências heróicas de Júlio César e Augusto. No final da *De Vita Caesarum*, a perspectiva é dignificante: os presságios que revelavam a chegada de um rei e o fato de Augusto ter sobrevivido a uma matança ordenada pelo senado firmam-se no relato do liberto de Augusto, Júlio Márato (SUETÔNIO, Aug. 94-3); quanto ao prodigioso nascimento de Augusto, que o faz um filho de Apolo, e sobre um prodígio da infância que lista Augusto com o Sol, temos o testemunho de Gaio Druso (Gascou, J. 1984, 461-462).

Para Oliveira:

O poder do *princeps* era ilimitado: no Estado romano não havia outro poder que pudesse substituir o imperador. A visão dos seus contemporâneos pode ser ilustrada pela com a passagem citada por Tácito sobre o “fraco” Cláudio, quando os senadores conservadores se opuseram ao seu programa de acesso da aristocracia gaulesa aos cargos senatoriais: ouviu as várias opiniões, não se deixando porém influenciar, e logo as contradisse levando o Senado a decidir então a favor de sua resposta. O *princeps*, detentor da *tribunicia potestas*, tinha o direito de tomar qualquer iniciativa legislativa e de promulgar qualquer medida que achasse necessária para a proteção do povo romano. (1996).

Grande destaque dá também o biógrafo aos vícios e virtudes da vida privada no que diz respeito aos vícios de César. Cícero que disse a César quando este advogava, no senado, a situação da filha de Nicomedes. Com os versos trocistas dos soldados no triunfo gaulês, o autor, faz subentender-se o fato como verídico. “*Gallias Caesar subegit, Nicomedes Caesarem: Ecce Caesar nunc triumphat qui subegit Gallias, Nicomedes non triumphat qui subegit Caesarem*”. (SUETÔNIO, Jul.49.4) .

Quanto aos amores de César lembrando a *impudicitia* e os *adulteria*, o autor discursa sobre a fama do general como sodomita e adúltero. Em oposição aos demandas sexuais, a temperança na bebida e a indiferença, quase notória pela comida. Sobre os costumes alimentares de Augusto, é citada sua moderação pelo vinho. Esta é uma ressalva essencial para a definição da personagem.

É por toda gente reconhecido seu pendor suntuoso pelos prazeres do sexo, seduziu um grande número de mulheres ilustres (SUETÔNIO, Jul.50.1)

Nada feriu sua dignidade viril a não ser a parceria com Nicomedes, que lhe custou sério e permanente descrédito e o expôs ao ludíbrio geral (SUETÔNIO, Jul.49)

Augusto é conhecido como um moralizador e como reintegrador de costumes. Suetônio, que, nas *De Vita Caesarum*, nos mostra singular importância aos espetáculos, denotando liberalidade, alega palavras de Augusto quanto a quantidade de jogos que em sua homenagem e em nome daqueles que não tinham recursos (SUETÔNIO, Aug.43.1).

Ele mesmo ministrou a justiça com assiduidade, algumas vezes noite adentro; se não estivesse bem de saúde, desempenhava suas funções com a liteira postada em frente ao tribunal ou até mesmo deitado em sua casa. No exercício dessa função, não só agiu de forma sumamente zelosa, mas também com brandura (SUETÔNIO, Aug.33.1).

Já no tocante quanto à rigidez da educação dada à filha e à neta, na severidade do *mos maiorum*, registra-se uma carta de Augusto a censurar L. Vinício pela arrogância de vir cumprimentar a sua filha. Portanto se absolve Augusto da desconfiança de que uma doutrinação desleixada estaria na base do delírio das Júlias e salienta-se a desventura do pai.

A história da morte dos biografados é muitas vezes polêmica, vítima de interpretações diversas. Para comprovar os indícios de uma inscrição a prenunciar a morte de César não é mera invenção, Suetônio sustenta-se na autoridade de Balbo, amigo de César (SUETÔNIO, Jul.81.2).

A narrativa destacada de suas mortes e de consternação popular diante de tão triste sorte, faz com que notemos o grande apelo popular e civil de ambas as mortes:

Os decuriões dos municípios e colônias transportaram seu corpo de Nola a Bovilas durante a noite em razão do clima, tendo sido ele depositado durante o dia na basílica ou nos maiores templos de cada cidade. De Bovilas, a ordem equestre recebeu-o, trouxe a Roma e depositou no vestíbulo de sua casa. O Senado mobilizou-se, com emulação, em tão grande empenho para preparar seus funerais e cultuar-lhe a memória (SUETÔNIO, Aug. 1.2)

Pai da Pátria, era a inscrição em coluna de mármore construída em frente ao fórum romano em homenagem ao falecido, onde aos pés dela, por longo tempo, continuou-se a oferecer sacrifícios, fazer promessas, solucionar litígios, jurando pelo nome de César (SUETÔNIO, Jul.85.2)

Em diversos momentos da *Vida* de César, Suetônio cita fontes literárias, porém, de outro modo, o embate com as outras *Vidas* faz com que percebamos a falta de fontes não literárias –que com certeza não existam em opulência: o período era perturbado e incêndios eram frequentes; Plutarco também não as relata. A grande maioria das citações alicerça qualidades fundamentais do caráter de César: a inclinação para a

tiraniam, a *libido*, sua disposição contida em relação à comida e à bebida, uma cultura literária muito grande e vasta, e clemência com os inimigos.

O relato acaba tornando-se mais autêntico quando apresentadas fontes hostis a corroborar virtudes e fontes favoráveis a citar os vícios. Aparentemente o autor evita as fontes mais conhecidas, embora Suetônio não demonstra separar as fontes que cita, embora apresente lado a lado fontes de gênero e importância diversa, para a *Vida* de Júlio César, há uma autoridade indiscutível. Não é ao acaso que Cícero é o mais repetida vezes invocado nessa vida. Já na *Vida* de Augusto, as fontes literárias estão presentes a testemunhar aspectos essenciais da vida do imperador, mas a polêmica, que aparece diversas vezes na *Vida* de César e continua no início da *Vida* seguinte, é atenuada.

Sobressaem os escritos de Augusto, sobretudo as cartas. Essas abarcam maior autoridade, quando constata-se que não citam cartas de qualquer outro sucessor. A repetição do uso de escritos de Augusto contrasta com a ausência do uso de escritos de César, na primeira das *Vidas*. O autor demonstra ter conhecimento das cartas de César, porém, não as cita como fontes. Suspeita-se haver um fascínio de Suetônio junto a figura de Augusto: entre todas as fontes, as cartas e escritos do herdeiro de César prevalecem e continuam até à *Vida* de Nero.

No que diz respeito à ordenação do seu trabalho, Suetônio tenta fazer algo oposto a Tácito, que monopoliza a cronologia, no mesmo modo que os antigos *Annales* dos pontífices. Para o biógrafo, a cronologia é vista em um segundo plano e, por isso, usada sobretudo antes da elevação do Império e no relato da morte. Usada como um método útil para resumir as ações ou acontecimentos que o autor não dá grande relevância para a descrição da personagem objeto da biografia.

Supõem-se que uma narração cronológica não outorga uma tão clara explicação e compreensão do caráter dos biografados; e que só a norma *per species*³¹ se adapta completamente ao seu objeto de estudo, permitindo assim, uma maior concentração de informação sobre a pessoa do imperador. Com aquela breve explicação, Suetônio preestabelece o leitor para um quadro mental de tipo acadêmico: demonstra-se um mote em cabeçalho, com uma entrada de enciclopédia, que posteriormente é elucidado com os fatos que o comprovam.

³¹ Por rubricas.

Além de várias interferências na primeira pessoa, o autor declara obviamente o seu juízo, com certa frequência, no começo de uma rubrica ou de uma série delas, determinando de antemão a conclusão geral a se tirar. Se colocamos em revisão os “cabeçalhos”, notamos que Suetônio é mais objetivo do que à primeira olhada possa nos parecer. Celebra a *moderatio* e *clementia* de César no modo com os inimigos, porém, censura-o pela falta de *abstinentia*³² para com os militares e civis; especula que o “abuso do poder absoluto” torna justo seu fim expondo seus excessos e arrogância. No que diz respeito a Augusto, diz que jamais intentou guerras sem serem justas e necessárias; que era um *princeps* mais útil que ambicioso, que demonstrou diversas vezes *clementia* e *ciuilitas*, e que por assim dizer, pode-se concluir que diante tais apreços era fácil imaginar o grau de apreciação que lhe era dedicado.

Afora essas análises destacadas, há ainda muitas outras, algumas nem tanto diretas. Assim os exemplos que seguem-se estão maquinalmente dependentes ao juízo de valor –o que contraria a presunção de objetividade do biógrafo e a teoria da argumentada impassibilidade do autor. Embora insinue afastamento em relação ao narrado, o biógrafo sabe aonde quer induzir o leitor à chegar . Ao escolher um título, com palavras-chaves pinçadas entre vícios e valores reconhecidos e mostrados no lugar certo, regulariza tudo o que vem a seguir. Quando os atos do imperador aparecem em destaque, os pré-conceitos tomam densidades reais e as virtudes e os vícios cessam de ser abstrações.

Sendo assim, a estrutura das *De Vita Caesarum*, é feita por *gradatio* ou clímax, que sucumbe no instante da totalidade do biógrafo, isto é a morte, local do desvendamento pleno do *ethos*. O fim geralmente surge como resposta a uma tensão que vai aglomerando e como reconstituição do equilíbrio e da ordem. Suetônio parece desejoso de que no fim, o leitor chegue ao máximo de sentimentalismo, do *pathos*, que acabará por mostrar a morte como castigo, ou as vezes como o fim de uma existência digna, por vezes com uma injustiça ou com um delito que necessita de uma nova expiação.

Arranjada uma série de indícios agourentos, a morte é acompanhada da reação das pessoas à notícia do falecimento. E é assim que vai incorrer a expiação, o último momento de compaixão. Suetônio tende, segundo Baldwin (1983,p. 488-491) a terminar as *Vidas* de maneira dramática. Então esse fim, frequentemente a última parte do texto,

³² Trata-se do respeito pelo alheio.

tende a propor, mitigar ou frisar o significado da morte e, conseqüentemente, da vida. Um impressionável número de *Vidas* finaliza com alusão ao destino, no momento que este cruza com um pecado pessoal: assim na *Vida* de César permanece a concepção de que um destino funesto atormentou os conjurados (*alius alio casu perit*), ao limite de alguns (segundo a propagação estabelecida pelo biógrafo) se suicidarem com o mesmo punhal com que injuriaram (*uiolauerant*) o ditador.

Essa busca de fins trágicos pela parte de Suetônio parece desejar a catarse do leitor e inspirar um sentimento de justiça. Porém, diversas vezes, não há um esclarecimento lógico para os acontecimentos. Não é, no entanto, apenas culpa: o destino também impõem seu peso – e é empreitada vã tentar fugir a ele.

Tal crescimento para a calamidade parece basear-se não apenas na tradicional mácula apropriada a dinastia júlio-claudia, porém também na discriminação mais genérica e derrotista de que uma degradação advém de tais dinastias. Observa-se um método depravado que exacerba-se, a partir de Tibério, até acarretar a ruína da dinastia edificada por Augusto. O mal é inerente: habita na natureza dos Césares.

Este desenvolvimento guiado para um fim confere às *Vidas* uma identidade de ação análoga, *mutatis mutandis*, à que Aristóteles apropria à tragédia e a epopéia. Assim temos a subversão, que Ullman reporta aos historiadores antigos, da separação aristotélica entre história e poesia, visto que este modelo de história narra, não só o que houve, também o que poderia decorrer, acerta também do geral, o sujeito da poesia, isto é, o que é plausível ou essencial que definido homem diga ou faça; e exerce, como a tragédia dos sentimentos de piedade e do pavor, com comparação à *catharsis*.³³

Por ser o topo da pirâmide social e pelo poder que possui, o *princeps* simboliza um arquétipo de conduta, ou seja, é a exposição do excesso ao qual ocasionado vício ou motivada virtude podem conduzir. O leitor, enquanto súdito, padece das conseqüências do comportamento de singular imperador e aprecia compaixão, gratidão, revolta ou medo, de outro modo, enquanto caráter e romano, assimila-se, por acercamento a esse modelo, do modo em que compartilha dessa sociedade e dos mesmos valores de que faz parte o imperador exposto.

³³ Termo originário grego que significa limpeza, purificação. Descreve uma mudança extrema na relação como conseqüência de fortes experiências vividas. Aristóteles foi o primeiro a usar em referência às emoções, nesse contexto refere-se a uma sensação literária, que idealmente seria experimentada pelas personagens de um jogo, ou há ser feito no final de uma tragédia, ou seja, a liberação da emoção.

Consideremos a consequência de determinada atitude, sai refinado das referidas escolhas e, ao mesmo tempo, moralizado, enquanto homem e cidadão romano. É claro, que *De Vita Caesarum* foi escrita para serem absorvidas de forma continuada. Só assim podemos alcançar os objetivos do autor. Um parecer culto de partes da obra, ainda não é o suficiente para compreender a *De Vita Caesarum*, leituras segmentadas têm levado muitos estudiosos a panoramas abusivos e restritivos.

O leitor de Suetônio é o romano culto de sua época, porém, é também o leitor de todos os tempos: daí a relevância e eternidade da obra e o interesse que tem suscitado ao longo dos séculos. Os defeitos da tirania perpetuam-se, *mutatis mutandis*, em todas as ocasiões; nos deparamos com eles nas sociedades mais propositadamente democráticas, enquanto *ciuilitas*, *moderatio*, *liberalitas*, *abstinentia*, *clementia*, *pietas* persistem de forma a serem ostentada.

CONCLUSÃO

Suetônio vivencia seu momento e sua contemporaneidade social romana. Através de sua ação social estabelece vínculos com seus governantes e com eminentes cidadãos romanos. Ao exercer a função administrativa em Roma esteve convivendo com suas fontes e personagens.

Sua produção cultural está claramente vinculada a seu tempo e protagonistas, homem de confiança do *princeps*, Suetônio emoldura sua obra em homenagem e a favor de seus governantes. A relação exposta de características de sua obra *De Vita Caesarum*, que excluem apenas as suas duas primeiras biografias já denotam tal situação.

Trajano, homem de armas e conquistador, reflete-se na figura de Júlio César. Augusto, político em Adriano. É na obra de Suetônio que esses governantes buscam a legitimação de seu governo e afirmação do culto imperial. O discurso é fruto de seu tempo e da subjetividade de seu ator e está agindo assim no imaginário social.

O conhecimento histórico é, pela sua natureza, (a) provisório e incompleto (mas nem por isso inverídico), (b) seletivo (mas nem por isso inverídico), (c) limitado e definido pelas perguntas feitas à evidência, e portanto, só “verdadeiro” dentro do campo assim definido. (Thompson, 1993,p.43).

Qualquer discurso está atado a padrões estruturais, definidas variantes de comprometimento ideológico e a peculiaridades de argumentação. Portanto a relação de texto e contexto é uma relação de intertextualidade. Relatos são passionais e sujeitos a várias interpretações, sendo assim, os relatos de nosso autor não são a única versão existentes sobre figuras tão eminentes.

O autor pertencente a um segmento social denominado elite romana, nada mais faz do que a propaganda política para essa elite. Ao buscar em figuras míticas sociais como Augusto e César exposições de virtudes e defeitos, vale lembrar que apenas nessas duas biografias o autor é tão claro quanto as suas virtudes, sobressaindo-as aos vícios, esses que ficam em evidência nas biografias posteriores; o autor nos leva a exposição social de ideal, de *Virtuas* e do *Mos Maiorum* romano. Seu texto literário desvela os conflitos sociais e ideológicos de seu tempo.

Ao considerarmos toda a sua obra, os líderes políticos descritos por Suetônio estão inseridos no período de transição da República para o Império. O final do I século a.C. e, foi definido como um período marcado por uma crise de ordem social e política,

e em seguida temos um século marcado por governos por vezes críticos para todos os cidadãos romanos. Governos marcados por abusos de poder e demonstrações exacerbadas de falta de controle emocional e político por parte dos governantes.

Houve uma busca natural de retomada do bom governante idealizado pelos romanos, Trajano foi o primeiro representante dessa busca. Primeiro imperador provincial era necessário uma afirmação e legitimação de seu poder.

A resposta da obra de Suetônio para essa busca, se deu na base de formação do que viria a ser o Império. Júlio César foi o responsável por mudanças políticas que eram lembradas e reconhecidas até o momento:

Suetônio tem razão. César, no seu reinado —é esse o nome que cabe para o seu regime— fez com que o Senado e os comícios passassem a ser câmaras de registros. As assembleias populares votavam as leis que ele elaborava e empossavam os candidatos oficiais designados por ele. Mas mesmo isso apenas em parte, pois reservava-se o direito de nomear pessoalmente os cônsules e a maioria dos outros magistrados. Ao Senado é reservada sorte análoga. César convoca-o pro forma, mas de fato toma as decisões por ele mesmo...” (ROULAND,1997:336)

O advento da glória romana propiciada por Augusto só foi possível graças a base política que César ofereceu, o caminho para a idolatria de um líder, bem como um único líder, modo de governo que vai acentuando-se aos poucos, porém pautado no *mos maiorum* romano e em sua origem mítica, é conseguido graças aos passos galgados por César. Otávio estabelece o Império Romano ao receber o título de *Augustus* do Senado, título com caráter divino e conseqüentemente o nascimento de um culto à figura do imperador. Inicia-se o Principado e período conhecido como Alto Império, reconhecido pela sua *Pax Romana*, de várias maneiras a melhor época do império.

A imagem de governante ideal é preconizada por vários arquétipos de suporte, amparada e amplificada por várias formas de discurso verbal, a imagem é desde a síncope da antiga República em favor das novas maneiras e utilidades do emergente poder, um irrefutável elemento de propaganda.

A obra de Suetônio permitiu e afirmou a propaganda de um ideal de poder, como o exemplo exposto por Augusto a um miríade de qualidades notáveis. A busca dessas qualidades está ligada a conceitos morais e próprios romanos presentes na vida política. A forma expressa por Suetônio passará a forjar uma busca na identidade imperial pautada no passado glorioso romano, associada de modo a redefinir e fabricar uma nova autenticidade.

Dessa forma, é lícito afirmar que, ao menos do citado período em diante, estabeleceu-se uma *tensão* entre o que havia na essência do indivíduo e o que era capaz de afetar o modo como ela a podia manifestar, ou seja, sua *persona social*.(MARTINS,2011 p.23)

Passados mais de um século da morte de Augusto, Suetônio escreve sua *De Vita Caesarum*, o *princeps* remete a esfera da lenda e alcançou dimensões sobrenaturais. O que a obra nos mostra são fatos conhecidos, reinterpretados à luz do divino. É a particularidade de recuperar o divino, de maneira paradoxal, no mortal com suas realizações. Augusto, como César, surge já no início, presenteado como predestinado. Sua divindade é colocada em destaque no começo de sua vida e reafirmada no fim, a encerrar o ciclo.

Após o *Divus Julius*, em que se arquiteta o advento do principado, o *Augustus* é mais um evento neste ciclo: o proclamar do novo regime, distinto da República. Até então, o percurso foi ascendente. A *De Vita Caesarum* de Suetônio são uma sequência de elementos concatenados entre si.

Cada biografia, embora autônoma em si mesma, tem de ser compreendida em coerência com a anterior e com a posterior. Na biografia de Tibério vemos uma exposição estrutural contrária da do seu antecessor. Na de Augusto o desenvolvimento se dá do negativo para o positivo, dos vícios para as virtudes, predominando as segundas, em Tibério vemos o processo contrário e os vícios predominam. Discorre-se pois, da fase seguinte de um discurso claramente degenerativo, que faz considerar próximas etapas ainda piores. Aproveita-se a natural aptidão do leitor para comparar as biografias, temos ao final imagens idealizadas e negativadas.

O papel social dos imperadores expressa a necessidade da manutenção da ordem vigente, a qual estão defendendo a conservação da liberdade e da *res publica*. Esses discursos buscam a construção de um símbolo que seja mantenedor da ordem em um discurso claramente maniqueísta, o do bom e do mau *princeps*.

Está imagem é fortalecida pelas expectativas. Após a leitura da Vida de Augusto, o leitor encontra-se dividido entre o temor e a esperança, diante da fase positiva de Tibério, constatará satisfação, por lhe aparentar que o sucessor de Augusto se revelará melhor do que seu antecessor. Porém essa esperança será exageradamente frustrada na segunda parte da biografia, primeiramente em decepção, depois em ojeriza.

Trajano e Adriano buscam essa idealização perdida, esse período áureo de governo e através de suas aproximações com esses césaes do início do século tem como objetivo a construção do mito vivo.

Ninguém, na atualidade, provavelmente duvidará que a biografia seja um tipo de história. (MOMIGLIANO, 1971, p. 6).

O papel social do *princeps* ficou na história como um importante representante dos consensos sociais em torno da imagem de figuras públicas em Roma. Preocupação entre essência e imagem tornam-se definidores à medida em que se alicerçam entre identidade e alteridade.

Todos nós construímos a nós mesmos (BURKE,1994,p.22).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes:

SUETONIUS. Gaius Tranquilus. *De Vita Caesarum*. Trad. H. Ailloud. Paris, Belles Lettres, 1932. Vol. I.

VIRGÍLIO. *Eneida*. Trad. David Jardim Júnior. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, s. d.

PLINY. *Panegyricus*. Trad. Betty Radice. Cambridge: Harvard University Press, 1969.

PLUTARCH. *De Liberis Educandis*. Traduzido por Frank Cole Babbitt. London & Cambridge/ Massachusetts: William Heinemann LTD & Harvard University Press, reimpressão 1986. (The Loeb Classical Library, Moralia vol. I).

Referências:

ADCOCK, F.E. *Las ideas y la pratica política em Roma*. Trad. M. Garcia Pelayo. Caracas: Instituto de Estudios Políticos, Facultad de Derecho/ Universidad Central de Venezuela, 1960.

ALBUQUERQUE, Eduardo Bastos de. *Distinções no campo de estudos da Religião e da História*. In: GUERREIRO, Silas (org.) *O estudo das religiões: desafios contemporâneos*. São Paulo: Paulinas, 2003 v.1.

ALEXANDRE Jr., Manuel. *Paradigmas de Educação Greco-Romana*. Humanitas vol. XLVII, 1995

ALFÖLDY, Géza. *A História Social de Roma*. Lisboa: Presença, 1989.

ALSTON, R. *Aspects of Roman History*. London / New York: Routledge, 1998

ARENDETT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. Trad. Adriano Correia. São Paulo: Perspectiva, 1997.

_____. *Origens do Totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ARIÉS, Philippe e DUBY, Georges. *História da vida privada. Do império romano ao ano mil*. Trad: Hildegard Feist. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

AROSTÉGUI, Júlio. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Tradução de Andréa Dore. Bauru: EDUSC, 2000.

BAKHTIN, Mikail. *Questões de Literatura e de Estética: a teoria do romance*. São Paulo: Editora Hucitec, 1988.

BALDWIN, B. *Suetonius*. Amsterdam, Hakkert, 1983.

_____. *Hadrian's dismissal of Suetonius: a reasoned response* : Historian° 46, 1997.

BANCALARI MOLINA, Alejandro. *Orbe Romano e Império Global*. Santiago de Chile: Editorial Universitária, 2008.

BARTHES, R. *Mitologias*. México: Siglo XXI ed., 1999.

BASIN apud GAY, Peter. *O coração desvelado: a experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud*. Tradução de Sérgio Bath. São Paulo: Companhia das Letras, 1999

BENNETT, J. *Trajan Optimus Princeps. A Life and Times*. London /New York: Routledge, 1997

BERAD, Mary. *The Roman Triumph*. Cambridge: Harvard University Press, 2007.

BENOIT, Hector e FUNARI, Pedro Paulo Abreu (org). *Ética e política no mundo antigo*. Campinas: Unicamp, 2001.

BIANCHI, Lorenzo. *I Culti orientali a Roma*. In: ROMArcheologica. Guida alle Antichità della Città Eterna. Febbraio - Anno VI- N.21. Roma: Elio Rosa editore, 2004.

BIANCHI, Ugo. *Problemi di Storia delle Religioni*. Itália: Editrice, 1958.

BIRLEY, A. *Adriano*. Trad. José Luis Gil Aristu. Madrid: Editorial Gredos, 1997.

_____. *Hadrian to the Antonines*. In: The Cambridge Ancient History. Volume XI. The High Empire, A.D. 70–192. London: Cambridge University Press, 2008.

BLÁZQUEZ, José Maria. *Trajano*. Barcelona: Ariel, 2003.

BLOCH, M. *Apologia da História, ou, O Ofício do Historiador*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

_____. *Os Reis Taumaturgos; o caráter sobrenatural do poder régio em França e Inglaterra*. Trad. Júlia Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. *Lutas sociais na Roma antiga*. São Paulo: Europa-América, 1974.

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora UnB, 2000.

BORGES, Vavy P. *Grandezas e Misérias da Biografia*. IN: _____.Pinsky, Carla B. (org).Fontes Históricas.São Paulo: Editora Contexto, 2005.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

_____. *A ilusão biográfica*. In.: _____ Ferreira, M e Amado, J. Usos e Abusos da história oral. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.

_____. *A economia das trocas lingüísticas*. Extraído de: ORTIZ, Renato (org.). São Paulo: Ática. Coleção Grandes Cientistas Sociais, vol. 39, 1983 p.156-183.

BRANDÃO, J. L. *Suetônio e drama: da tragédia ao mimo*. Humanitas n°57, 2005.

_____. *Os políticos e as humanidades (a cultura nas Vidas dos Cesares de Suetônio)*, Biblos n° 3, 2005.

_____. *Máscaras dos Césares: teatro e moralidade nas Vidas suetonianas*. Coimbra: ECH, 2009.

BRAVO, Gonzalo. *Historia del mundo antiguo: una introducción crítica*. Madrid: Alianza Editorial, 1998.

BRUN, Jean. *O estoicismo*. Lisboa: Ed. 70, 1986.

BRUNO, Haroldo. *Qvae Svnt Caesaris Caesari –Uma proposta de leitura dos Commentarii de Bello Gallico*. Tese de Doutorado, Unesp –Campus de Araraquara, 1998.

BURKE, Peter (org). *A escrita da história. Novas perspectivas*. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: Editora da Unesp, 1992.

_____. *Testemunha Ocular – História e Imagem*. Bauru/São Paulo: EDUSC, 2004.

_____. *Hibridismo cultural*. Trad. Leila Souza Mendes. RS: Editora Unisinos, 2003.

_____. *A invenção da biografia e o individualismo renascentista*. In REH, *Indivíduo, biografia, história*. vol.10, n19, 1997, p.85-97. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2038/1177> . Acesso em 15 de março de 2013.

_____. *A escola dos Annales (1929-1989)*. A Revolução Francesa da Historiografia. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.

_____. *A fabricação do Rei*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

CALANDRA, E. Adriano, Emperador Filohelena. In: CORTÉS COPETE, J. M.; MUÑIZ GRIJALVO, E (Eds.). *Adriano Avgvsto*. Sevilla: Fundacion Jose Manuel Lara, 2004, pp.87-102.

CAMPBELL, Joseph. *A imagem mítica*. Campinas: Papirus, 1999.

_____. *O poder do mito*. São Paulo: Palas Athena, 1994.

CANCHI, Giani. *Religione Romana*. In: Enciclopédia Garzanti di Filosofia. Trad. Ivan Esperança Rocha. Milão: Garzanti Editore, 1981.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Etnia, Nação e Antiguidade: um debate*. In.: Fronteiras e Etnicidade no Mundo Antigo. Anais do V Congresso da Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos. Pelotas, 2003; Canoas: ULBRA, 2005 p.87-104.

CARDOSO, Zélia de Almeida. *A Literatura Latina*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes, com revisão técnica de Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CIZEK, Eugen. *Structures et Idéologie dans "Les Vies des Douze Césars", de Suétone*. Paris: Belles Lettres, 1977.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: Entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990.

_____. *Práticas da leitura*. 2ª ed. SP: Estação Liberdade, 2001.

_____. *A Beira da Falésia: a história entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2002.

_____. *A história hoje: dúvidas, desafios, propostas*. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 7, n.13, 1994.

CHAUI, Marilena. *Introdução à História da Filosofia*. Volume II. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CLARKE, M.L. *The Roman Mind*. Studies in the history of thought from Cicero to Marcus Aurelius. London: Cohen & West Ltd., 1956.

CORASSIN, Maria Luiza. *Biografia e História na Vita Aureliana*. Revista Brasileira da História, São Paulo, ANPUH/ Ed. Unijuí, v. 17, n. 33, 1997.

CORTÉS COPETE, J. M.; MUÑIZ GRIJALVO, E (Eds.). *Adriano Avgvsto*. Sevilla: Fundacion Jose Manuel Lara, 2004.

COULANGES, Fustel. *A Cidade Antiga*. Trad. Fernando de Aguiar. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

DESBORDES, Françoise. *Concepções sobre a escrita na Roma Antiga*. Tradução: Fúlvia M. L. Moretto. São Paulo: Editora Ática, 1990.

DOSSE, François. *A História em Migalhas: dos Annales à Nova História*. São Paulo: Edusc, 2003.

_____. DOSSE, F. *A oposição História/ Memória*. In: ____ História e ciência social. São Paulo-Bauru: EDUSC, 2004.

DUBY, Georges. *Idade Média: idade dos homens*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. *A história continua*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993

DURKHEIM, Émile. *As Formas Elementares da Vida Religiosa*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ECO, Umberto. *Interpretação e Superinterpretação*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ELIADE, Mircea. *História das idéias e das crenças religiosas*. V.II. Tradução: Roberto Carlos de Lacerda. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

_____. *O Sagrado e o Profano*. Trad. Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. *O Mito e a Realidade*. Trad. Paola Civeri. São Paulo: Perspectiva, 1991.

ENGEL, J. M.; PALANQUE, J. R. *O Império Romano*. São Paulo: Atlas, 1978.

FARIAS JUNIOR, José Petrúcio. “Biografias e Historiografia: contribuições para interpretação do gênero biográfico na Antiguidade” *Revista Espaço Acadêmico*. No. 68, ano VI, janeiro/2007.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *A nova “velha história”: o retorno da história política*. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p.265-271.

FINLEY, M. I. *Aspectos da Antiguidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

_____. *A política do Mundo Antigo*. Rio de Janeiro: Zahar Edições, 1985.

_____. *História Antiga: testemunhos e modelos*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Ática, 2004.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

_____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FRIGHETTO, Renan. *Imperium et orbis: conceitos e definições com base nas fontes tardo antigas ocidentais (séculos IV-VII)*. In: Andréa Doré; Luís Filipe Silvério Lima; Luiz Geraldo Silva. (Org.). *Facetas do Império na História: Conceitos e métodos*. 1ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2008, v. 1, pp. 147-162.

_____. *Algumas considerações: o poder político na Antiguidade Clássica e na Antiguidade Tardia*. Stylos (Buenos Aires), Buenos Aires, v. 13, pp. 37-47, 2004.

FUNARI, P. P. A.. *Júlio César, poder, instituições e jurisdições na construção biográfica de Plutarco*. In: Marcella Lopes Guimarães; Renan Frighetto. (Org.). *Instituições, poderes e jurisdições*. Curitiba: Juruá, 2007, p. 175-180

_____. *Cultura popular na Antiguidade Clássica*. São Paulo: Contexto, 1989.

_____. *Roma: vida pública e vida privada*. São Paulo: Atual, 1993.

_____. *Letras e coisas: ensaios sobre a cultura romana*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

_____. *Antigüidade Clássica: a história e a cultura a partir de documentos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

_____. *Razão, possessão, derrisão: três faces das práticas divinatórias entre os romanos*. São Paulo: Cássica, 1991.

GAY, Peter. *O estilo na história: Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GASCOU, J. *Suétone et l'ordre équestre* : REL n°54, 1976.

_____. *Nouvelles données chronologiques sur la carrière de Suetóne*:

Latomus n° 37, 1978.

_____. *Suetone historien*, Paris, de Boccard, 1984.

GENTILI, Bruno; CERRI, Giovanni. *History and biography in ancient thought*. Amsterdam: J.C. Gieben, 1988.

GERVÁS, Manuel J. Rodriguez. *Propaganda Política y Opinión Pública en los Panegíricos Latinos del Bajo Imperio*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1991.

GIARDINA, Andrea (org). *O homem romano*. Lisboa: Editora Presença, 1992.

GODINHO, Vitorino Magalhães (org). *A história social: problemas, fontes e métodos*. Lisboa: Editora Cosmos, 1967.

GRANT, M. *History of Rome*. Nova York: History Club Book: 1997

GRENIER, Albert. *El Genio Romano en la religion, el pensamiento y el arte*. México D. F.: Union tipográfica editorial Hispano-Americana, 1961.

GRIMAL, Pierre. *O Império Romano*. Lisboa: Edições 70, 1993.

_____. *Dicionário de mitologia grega e romana*. Tradução Victor Jabouille. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

_____. *O século de Augusto*. Lisboa, Edições 70, 2008.

_____. *História de Roma*. Trad. Rita Canas Mendes. Lisboa: Texto & Grafia, 2008.

GUARINELLO, N. L. *Império Romano e identidade grega*. In: FUNARI, P. P.A.; SILVA, M.A.O. (Orgs). *Política e identidades no mundo antigo*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2009.

HADRILL, Andrew Wallace. *Augustan Rome*. London: Bristol Classical Press, 1993.

_____. *Patronage in ancient society*. London: Routledges, 1989.

_____. *Suetonius*. s.l: intl PUB Marketing, 1995.

_____. *Rome's Cultural Revolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

HAGG, Tomas. *The art biography in antiquity*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

HERMANN, Jaqueline. *História das religiões e religiosidade*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

HIDALGO DE LA VEGA, María José. *El intelectual, la realeza y el poder político*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1995.

_____. *Algunas reflexiones sobre los límites del oikoumene en el Imperio Romano*. Gerión, Madrid, 2005, v.23, n.1. pp. 271-285.

HOBBS, Thomas. *Leviatã; ou matéria, forma e poder de uma República eclesiástica e Civil*. Trad. João Paulo Monteiro. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

JACQUES, François e SCHEID, John. *Rome ET l'intégration de l'Empire (44 AV. J-C. 260 AP.J-C) Tome I. Les structures de l'Empire romain*. Paris: Nouvelle Clío, 2002.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Trad. Bernardo Leitão. Campinas:UNICAMP, 2003.

LÉVEQUE, Pierre. *Impérios e Barbáries do século III a.C. ao século I d.C.* Tradução de Ana Maria Rabaça. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1979.

_____. *O mundo helenístico*. Trad. Teresa Meneses. Lisboa: Edições 70, 1987.

LEVI, Giovanni. *Usos da biografia*. In: AMADO, Janaína, FERREIRA, Marieta (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

LEVICK, Barbara. *Image and Substance*. London: Pearson, 2010.

LEVILLAIN, Philippe. *Os protagonistas: da biografia*. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

LUTERO, Martinho. *Sobre a autoridade secular*. Trad. Hélio de Marco Leite Barros. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

MARTINS, Paulo. *Imagem e poder*. São Paulo, Edusp, 2011.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Trad. Maria Júlia Goldwasser. São Paulo, Martins Fontes, 2001.

MANUEL ROLDÁN, José; MARIA BLÁZQUEZ, José; CASTILLO, Arcadio del. *Historia de Roma: Tomo II - El Imperio Romano*. Madrid: Cátedra, 1989.

MARROU, Henri-Irénée. *História da educação na Antiguidade*. Trad. Mario Leonidas Casanova. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1966.

MASSENZIO, Marcello. *A história das religiões na cultura moderna*. Organização da edição brasileira: Adone Agnolin. São Paulo: Hedras, 2005.

_____. *La relazione sacro/profano: analisi e verifica di una scelta metodológica*. In: *The notion of 'religion' in comparative research: selected proceedings of the XVI th Congress of the Internacional Association for the History of Relifgions, Rome 3rd-8th Setember, 1990*. Edited by Ugo Bianci with cooperation of Fabio Mora and Lorenzo Bianchi.

MILLAR, Fergus. *El Imperio Romano y sus pueblos limítrofes*. Madrid: Siglo veintiuno, 1973.

MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Tradução de Maria Beatriz Borba Florenzano. Bauru/SP: EDUSC, 2004.

_____. História e Biografia. In.: *O legado da Grécia*. Uma nova avaliação. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1988, p. 188.

_____. *Os limites da helenização; a interação cultural das civilizações grega, romana, céltica, judaica e persa*. Trad. Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1991.

_____. *The development of greek biography*. Massachusetts: Harvard University Press, 1971.

MOMMSEN, Theodor. *História de Roma*; (excertos). Trad. Antônio Olinto. Rio de Janeiro: Editora Opera Mundi, 1973.

MOORE, Vlifford Herschel. *The Ethical Value of Oriental Religions under the Roman Empire*. In: The Harvard Theological Review, vol.8, n2, 1915, p.166-181. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1507165>. Acesso em 29 de junho de 2012.

NOREÑA, Carlos F. *The Social Economy of Pliny's Correspondence with Trajan*. American Journal of Philology: The Johns Hopkins University Press, 2007.

_____. *The Communication of the Emperor's Virtues*. Journal of Roman Studies, London, v.91, 2001.

OLIVEIRA, Andréa Lúcia Dorini de. *Poder e Mito: o Principado na perspectiva da literatura (Tácito, Suetônio e Plínio o Jovem)*. Dissertação de Mestrado. Unesp – Campus de Assis. 1996.

_____. *Princeps e Basileus nos Discursos de Díon Crisóstomo (96 a 117 d.C.)*. Tese de Doutorado. Unesp – Campus de Assis. 2001.

OLIVEIRA, Carlos Roberto. *Imaginário e Prática Historiográfica em Roma (14-117 d.C.)*. Relatório de Pesquisa financiada pelo CNPq. Assis, Unesp, 1998.

ORIEUX, J. “A arte do biógrafo”. In: LE GOFF, Jacques *et alli*. *História e Nova História*. Lisboa: Editora Teorema, 1989.

PARATORE, Ettore. *História da literatura latina*. Lisboa: Fundação Colouste Gulbenkian, s/d.

PETIT, Paul. *La paz romana*. Barcelona: Editorial Labor, 1969.

PLEBE, Armando. *Breve História da Retórica Antiga*. Tradução de Gilda Naécia Maciel de Barros. São Paulo: EPU, 1978.

PROST, A. *Doze lições sobre a história*. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

POTTER, David S. *A companion to the Roman Empire*. Oxford: Blackwell Publishing, 2006.

RÉMOND, R. (org) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

ROCHA, Everardo. *O Mito*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

ROSA, Claudia Beltrão da. *A religião na Urbs*. In: SILVA, Gilvan Ventura da e MENDES, Norma Musco (org). *Repensando o Império Romano. Perspectivas socioeconômica, política e cultural*. Rio de Janeiro: Mauad; Vitória, ES: EDUFES, 2006.

ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história conceitual do político (nota de trabalho)*. In: *Revista Brasileira de História*. SP, vol. 15, n. 30, 1995, pp. 9-22.

ROSSI, Andrea L. D. O. C. & CINTRA, Renata. “Práticas Divinatórias nas Biografias de Suetônio”. In: ROSSI, Andrea L. D. O. C. (org.) *Migrações e Imigrações entre saberes, culturas e religiões no mundo antigo e medieval*. Assis/SP, UNESP, 2009.

ROSTOVTZEFF, Michael Ivanovich. *História de Roma*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

ROULAND, Norbert. *Roma, democracia possível? Os agentes do poder na urbe romana*. Brasília: Unb, 1997.

SANZI, Ennio. *Cultos orientais e magia no mundo helenístico-romano; modelos e perspectivas metodológicas*. Trad. Silvia M. A. Siqueira. Fortaleza: Ed.UECE, 2006.

SCHEID, j. “O Sacerdote”, IN: GIARDINI, Andrea (org): *O homem romano*. Lisboa: Editora Presença, 1991.

SCHMIDT, Benito Bisso (org). *O biográfico: perspectivas interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

SILVA, E. C. M. *A helenização de Roma: convergências e impasses*. In: Gilvan Ventura da Silva. (Org.). *Grécia, Roma e o Oriente*. Vitória-ES: Flor&Cultura, 2009, v. 6.

SILVA, Gilvan Ventura e MENDES, Norma Musco (org). *Repensando o Império Romano – Perspectivas sócio-econômica, política e cultural*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

SOBRAL, Aldo Eustáquio Assir. *Suetônio revelado: o texto narrativo biográfico e a cultura política em “As Vidas dos Doze Césares”*. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, 2007.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um panfletário de erros – Uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

ULLMAN, B. L., *History and tragedy* : TAPhA n°73, 25-53,1942.

VENTURINI, Renata Lopes Biazotto. *Amizade e política em Roma: o patronato na época imperial*. Acta Scientiarum. Maringá, 2001.

VOVELLE, Michel. *Ideologias e mentalidades*. Tradução: Maria Julia Goldwasser. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

WEINSTOCK, Stefan. *Divus Julius*. Oxford: Clarendon Press, 1971.

WELLEK, René e WARREN, Austin. *Teoria da Literatura*. 4º ed. Trad. José Palla e Carmo. Lisboa: Publicações Europa-América, [197-]

WILKINSON, L.P. *The roman experience*. London: Elek, 1975.

YATES, F.A. *A arte da memória*. Campinas: UNICAMP, 2007

YAVETZ, Z. *Julius Caesar and his public image*. London: Thames & Hudson, 1983.

ZAMPAGLIONE, Gerardo. *The Idea of Peace in Antiquity*. Translated by Richard Dunn. Indiana: University of Notre Dame Press, 1973.

ZANKER, P. *The power of images in the age of Augustus*. Michigan: University of Michigan Press, 1988.

ZIEGLER, V. *Plutarco e a formação do governante ideal no Principado Romano: uma análise da biografia de Alexandre*. Dissertação de Mestrado. Assis, UNESP, 2009.